



O REVELAR DO POTENCIAL:
IMPULSIONANDO O CRESCIMENTO
E O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVOS
EM MOÇAMBIQUE





O REVELAR DO POTENCIAL: IMPULSIONANDO O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVOS EM MOÇAMBIQUE

African Futures and Innovation Programme
Institute for Security Studies
Pretoria, South Africa

Kouassi Yeboua e Blessing Chipanda

All rights reserved.
No part of this publication may be reproduced or transmitted, in any form or by any means,
without prior permission from the publisher or copyright holder.

© Institute for Security Studies, 2024

Every effort has been made to trace the copyright holders and to obtain their permission for
the use of copyright material. The publishers apologise for any errors or omissions and
would be grateful to be notified of any corrections that should be incorporated in
future editions of this report.

This report was produced with support from Irish Aid.



**Government
of Ireland**
International
Development
Programme

The contents of this publication are the sole responsibility of the authors and
can in no way be taken to reflect the views or position of Irish Aid,
the Institute for Security Studies or the African Futures and Innovation Programme.

www.futures.issafrica.org

Índice

Resumo Executivo	1
Introdução	3
<i>Ferramenta de previsão: a plataforma de modelização International Futures (IFs)</i>	5
<i>Ajustamento da Trajectória Actual: Modelação da produção de gás e o seu impacto fiscal</i>	7
<i>Tendências económicas na Trajectória Actual</i>	9
<i>Tendências da pobreza e da desigualdade na Trajectória Actual</i>	12
Sectores de desenvolvimento: Trajectória Actual e Cenários	17
<i>Governança e estabilidade em Moçambique</i>	17
<i>Cenário da Governança</i>	20
<i>Demografia e saúde em Moçambique</i>	21
Demografia	21
Saúde	25
<i>Cenário Demográfico e de Saúde</i>	29
<i>Educação em Moçambique</i>	30
<i>Cenário da Educação</i>	36
<i>Infra-estruturas em Moçambique</i>	37
Água, saneamento e higiene	38
Energia e acesso à electricidade	39
Transportes	42
Tecnologia da informação e da comunicação	44
<i>Cenário das infra-estruturas</i>	45
<i>Agricultura em Moçambique</i>	46
<i>Cenário da Agrícola</i>	50
<i>Indústria Transformadora em Moçambique</i>	51
<i>Cenário da Indústria Transformadora</i>	52
<i>Comércio internacional em Moçambique</i>	53

<i>Cenário do Comércio Livre (ZCLCA)</i>	56
<i>Fluxos financeiros externos em Moçambique</i>	57
<i>Cenário dos Fluxos Financeiros</i>	58
Comparação dos impactos dos cenários	61
O Cenário Combinado	65
Conclusão e recomendações políticas	69
Anexo	73
<i>Dados do projecto</i>	73
<i>Intervenções em cenários</i>	75

Resumo executivo

Moçambique, situado na África Austral e fazendo fronteira com seis países, é rico em reservas minerais, terra arável e tem uma linha costeira de 2 500 Km. Após a independência em 1975 e o fim de uma guerra civil de 16 anos em 1992, Moçambique começou a registar progressos socioeconómicos. Entre 1993 e 2015, foi uma das economias de mais rápido crescimento em África, com uma taxa média de crescimento anual de cerca de 8%. Este crescimento foi impulsionado por factores como a estabilidade política e macroeconómica, a recuperação da actividade económica no pós-guerra, o aumento do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nas indústrias extractivas e os esforços de reconstrução no pós-guerra. Este rápido crescimento económico melhorou a esperança de vida, reduziu as taxas de mortalidade e alargou o acesso à educação, à água e à electricidade.

No entanto, estas elevadas taxas de crescimento não foram suficientemente inclusivas e não foram acompanhadas por uma transformação estrutural da economia. O país continua a ser um dos mais pobres do mundo, sendo que em 2023 o seu PIB per capita era de cerca de US\$ 450 e os níveis de pobreza e desigualdade eram elevados. O crescimento pós-2015 abrandou para uma média de cerca de 3% devido a vários desafios, incluindo o escândalo das “dívidas ocultas”, a insurgência em Cabo Delgado, as catástrofes naturais e a pandemia da COVID-19. O Governo de Moçambique enfrenta a tarefa urgente de alcançar um crescimento sustentável e inclusivo, com esperanças depositadas nos megaprojectos de gás. No entanto, as experiências anteriores em África indicam que a extracção de recursos naturais nem sempre conduz aos resultados desejados. Por conseguinte, alcançar um crescimento significativo requer liderança estratégica e investimento no desenvolvimento sustentável.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique (2023–2043) procura responder a estes desafios através da diversificação económica e da melhoria das infra-estruturas. A descoberta de 150 triliões de pés cúbicos de gás natural em 2010 tem o potencial para dar um impulso económico ao país, mas as projecções de receitas são incertas devido à volatilidade dos mercados. Além disso, a economia informal do país – que em 2021 representava 96% da força de trabalho – impede o desenvolvimento e limita as receitas públicas. Em 2022, 71% da população vivia em situação de pobreza extrema, afectando assim 23 milhões de pessoas.

Uma análise utilizando a ferramenta de previsão do *International Futures* (IFs, na sigla inglesa) sugere que Moçambique provavelmente não atingirá a maioria dos seus objectivos de desenvolvimento até 2043, de acordo com as trajectórias actuais, devido a questões de governação, estrangulamentos nas infra-estruturas, baixa produtividade agrícola e diversificação económica limitada. A análise de cenários sectoriais – que modela intervenções políticas ambiciosas, mas realistas, em oito sectores (agricultura, educação, governação, infra-estruturas, saúde e demografia, fluxos financeiros, indústria transformadora e comércio) – mostra que o cenário das Infra-estruturas terá o impacto mais significativo no crescimento do PIB de Moçambique até 2043, seguido dos cenários da Agricultura, Governação e Comércio Livre (ZCLCA). No campo da redução da pobreza extrema, o cenário mais impactante será o das Infra-estruturas, seguido dos cenários dos Fluxos Financeiros, da Indústria Transformadora e da Governação. A curto e médio prazos (ou seja, até 2035), o cenário da Agricultura tem o maior impacto no PIB. O desenvolvimento das Infra-estruturas e o cenário da Agricultura terão o impacto mais significativo na redução da pobreza em comparação com os outros cenários.

As constatações sublinham que nenhum cenário isolado é uma panaceia para alcançar um crescimento inclusivo significativo até 2043. Todos os cenários aumentam o PIB, tendo as infra-estruturas o impacto mais significativo. Um esforço abrangente para melhorar os resultados em todos estes sectores ajudará a colocar o país na via do crescimento e desenvolvimento inclusivos. O impulso a favor do desenvolvimento integrado em todos os sectores acima referidos (o cenário combinado) oferece as melhorias mais substanciais. Terá como resultado uma economia (PIB) que é US\$ 47 mil milhões superior à previsão para 2043 da Trajectória Actual. O PIB per capita (paridade do poder de compra, ou PPC) será, em 2043, superior em US\$ 1 536, face ao que seria na Trajectória Actual. A taxa de pobreza a US\$ 2,15 é de 22,4% em 2043, face aos 44,9% previstos na Trajectória Actual para o mesmo ano. Este cenário combinado exige um forte empenhamento político e um investimento sensato das receitas do gás natural, de modo a se alcançar um crescimento sustentável e inclusivo.

O estudo recomenda intervenções políticas ambiciosas, mas exequíveis, em todos os sectores e salienta a importância de mitigar os riscos de catástrofes naturais e os impactos das alterações climáticas. De uma maneira geral, o estudo sublinha que, para que Moçambique possa alcançar um crescimento significativo, terá de evidenciar uma liderança abrangente e estratégica e investir no desenvolvimento sustentável. Ao abordar as questões de governação, reforçar as infra-estruturas, melhorar a produtividade agrícola e diversificar a economia, Moçambique pode abrir caminho para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Introdução

Situado na África Austral, Moçambique está localizado entre a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabué, a África do Sul e o Eswatini. É um dos 22 países de baixo rendimento em África e em 2023 tinha uma população estimada em cerca de 33 milhões de habitantes. O país possui reservas minerais consideráveis, vastas terras aráveis e uma extensa linha costeira ao longo da qual flui a corrente quente de Moçambique – que alimenta a sua rica vida aquática.

Moçambique alcançou a independência em 1975, mas só após o fim de uma guerra civil de 15 anos – ou seja, em 1992 – é que o país começou a registar progressos socioeconómicos. Entre 1993 e 2015, Moçambique foi uma das economias africanas com crescimento mais rápido, com uma taxa média de crescimento anual de cerca de 8%, fruto de vários factores, como a estabilidade política e macroeconómica, a retoma da actividade económica no pós-guerra, o aumento do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nas indústrias

Gráfico 1: Moçambique, mapa político



extractivas e a reconstrução pós-guerra.¹ Durante este período, alcançaram-se ganhos importantes, como a redução das taxas de mortalidade materna e infantil, o aumento do acesso a serviços de educação básica para raparigas e rapazes, água e electricidade. Cerca de um terço da população tem agora acesso à electricidade, em comparação com apenas 4% em 1998, e, na última década, os novos casos de VIH diminuíram 34% e as mortes relacionadas com a SIDA 27%.² A combinação destes resultados reflecte-se na melhoria da esperança de vida dos moçambicanos, que passou de 51 anos em 1992 para cerca de 61 anos em 2021.

No entanto, o país continua a enfrentar desafios de desenvolvimento significativos. Encontra-se entre os países mais pobres do mundo, sendo que em 2022 o seu PIB per capita era de US\$ 447 (taxa de câmbio de mercado) ou US\$ 1 243 PIB per capita (PPC). Em África, apenas a Somália, a República Centro-Africana, o Burundi e o Sudão do Sul é que registam um PIB per capita mais baixo. De acordo com as últimas estimativas, no final de 2022, 71% dos moçambicanos viviam abaixo do limiar de pobreza internacional de US\$ 2,15 por dia³ e o país encontrava-se entre os mais desiguais da África Subariana. No seu relatório de 2021/2022, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classificou Moçambique como um país com baixo desenvolvimento humano. Registando uma pontuação de 0,446/1 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, ocupa o 185.º lugar entre 191 países, o que é muito abaixo dos seus vizinhos.

O crescimento pós-2015 tem sido lento (com uma média de 3% entre 2016 e 2022). Durante este período, veio a praça pública o escândalo da “dívida oculta”, o qual coincidiu com uma série de choques, incluindo uma insurreição no Norte de Moçambique, ciclones tropicais e a pandemia da COVID-19, enquanto o desemprego, a pobreza e a desigualdade têm aumentado.

A década anterior de elevadas taxas de crescimento não foi acompanhada por uma transformação estrutural, nem pela industrialização da economia, a qual continua a depender fortemente do sector extractivo, com ligações limitadas aos restantes sectores económicos, e de um sector agrícola de baixa produtividade, extremamente vulnerável aos choques climáticos e às alterações climáticas. Factores como uma infra-estrutura inadequada, uma aplicação ineficaz das políticas, a corrupção e um ambiente empresarial deficiente limitam a diversificação económica e a qualidade do crescimento.⁵

O Estado vê-se agora confrontado com a questão premente de saber como alcançar um crescimento sustentável e inclusivo a longo prazo, a fim de assegurar uma redução constante da desigualdade de rendimentos e da pobreza extrema. As expectativas de que os megaprojectos de gás nas províncias do Norte transformem o futuro do país são elevadas. No entanto, a experiência noutras regiões de África tem demonstrado que a extracção de recursos naturais raramente tem cumprido as suas promessas, causando frequentemente mais danos do que benefícios. Traduzir

1 World Bank, Poverty Reduction Setback in Times of Compounding Shocks: Mozambique Poverty Assessment, Junho de 2023

2 UK–Mozambique development partnership summary, Policy paper, July 2023

3 Salome Ecker et al. (2023), o impacto da crise do custo de vida na pobreza em Moçambique e possíveis respostas políticas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

4 PNUD, Human Development Reports 2021/2022, <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>

5 Neil Balchin et al. (2017). Economic transformation and job creation in Mozambique, Synthesis paper

o crescimento e as receitas da extração de recursos naturais em resultados de desenvolvimento melhorados e inclusivos exige uma liderança visionária e elites governativas orientadas para o desenvolvimento, de modo a gerir cuidadosamente e investir as receitas no desenvolvimento económico e humano sustentável.

A *Estratégia Nacional de Desenvolvimento* (ENDE) 2023–2043 orienta o processo de desenvolvimento do país, com o objectivo de alcançar uma visão de longo prazo para o país. Os seus objectivos incluem a melhoria das infra-estruturas do país, o aumento da produtividade e competitividade, a promoção da diversificação económica, a promoção do acesso a serviços básicos, a promoção da inclusão social, o reforço da governação e transparência, bem como a sustentabilidade ambiental para aumentar a capacidade produtiva do país, as condições de vida da população e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Para atingir estes objectivos, a ENDE está estruturada em torno de cinco pilares principais: (i) Transformação Estrutural da Economia; (ii) Transformação Social e Demográfica; (iii) Infra-estruturas; (iv) Governação; e (v) Ambiente e Economia Circular. Cada pilar possui objectivos estratégicos, indicadores de resultados e metas que abrangem o período 2023–2043.

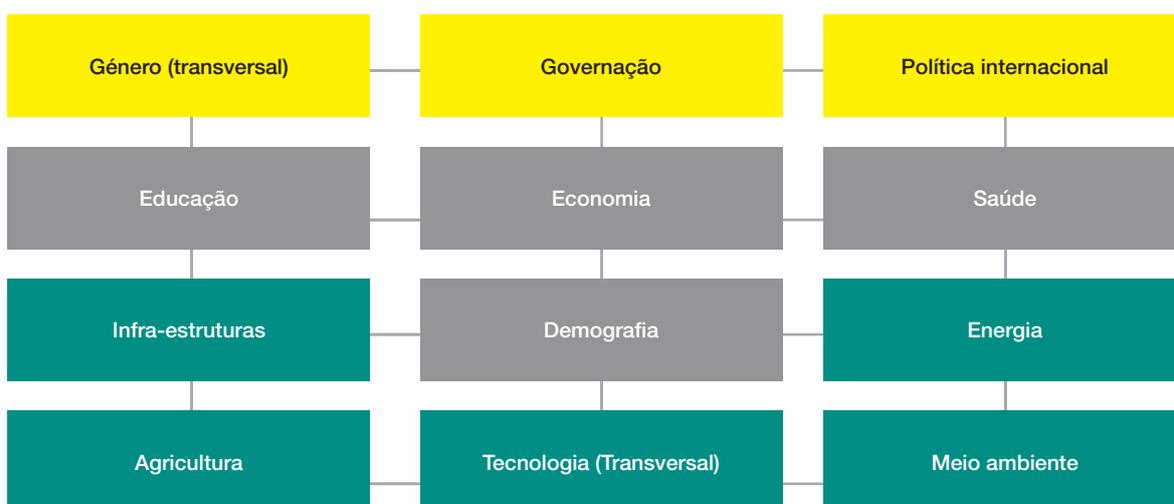
Este relatório complementa o Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique, realizado pelo Laboratório de Diagnóstico do Crescimento da *London School of Economics (LSE)*, que analisa a situação socioeconómica passada e actual do país, bem como os principais constrangimentos vinculativos ao crescimento inclusivo. Adoptamos uma abordagem prospectiva para analisar o futuro provável de Moçambique ao longo da previsão da Trajectória Actual (ou cenário de *statu quo*) e respondemos às seguintes questões: Quais são as tendências que moldaram o Moçambique moderno e como é que se comparam com as tendências de outros países com níveis de desenvolvimento semelhantes? Dadas as políticas actuais, as condições ambientais e as receitas futuras advindas dos megaprojectos de gás, qual seria a situação em 2043, de acordo com as metas da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique 2023–2043? Este relatório explora uma série de cenários sectoriais para emular o seu efeito comparativo e cumulativo no sentido de um crescimento e desenvolvimento sustentados e inclusivos em Moçambique.

Ferramenta de previsão: a plataforma de modelização *International Futures (IFs)*

A análise prospectiva deste relatório baseia-se na ferramenta de modelação *International Futures (IFs)*, desenvolvida pelo Frederick S. Pardee Center for International Futures da Universidade de Denver, nos Estados Unidos. A IFs é uma ferramenta que permite reflectir a longo prazo sobre a evolução específica de cada país, regional e global. O modelo integra previsões em muitos submodelos, incluindo demografia, economia, saúde, educação, infra-estruturas, agricultura, energia, tecnologia, governação, política internacional, questões sociopolíticas e ambiente. Estes submodelos são dinâmicos e integrados, permitindo simulações que demonstram como as alterações num sistema podem levar a alterações em todos os outros sistemas. As capacidades de análise de cenários da IFs permitem aos utilizadores explorar o impacto potencial das intervenções políticas simuladas ou enquadrar a incerteza a longo prazo nos sistemas de desenvolvimento e entre eles.⁶

6 BB Hughes, *Exploring and Understanding International Futures: Building a Global Model System*, London: Elsevier, 2019

Gráfico 2: Representação visual da plataforma de modelização *International Futures (IFs)*



A IFs modela o desenvolvimento de 189 países e a sua interação, incluindo 55 países em África, que podem ser combinados para analisar e prever o futuro de qualquer grupo de países. Para gerar as suas previsões, combina diferentes técnicas de modelização, que formam uma série de relações baseadas na literatura académica. A IFs utiliza dados históricos que remontam a 1960 (quando disponíveis) para identificar tendências e produzir um cenário de “previsão da Trajectória Actual” a partir de 2019 (o ano base actual). A Trajectória Actual é um cenário dinâmico que representa a continuação das actuais opções políticas e dos avanços tecnológicos e não pressupõe choques ou catástrofes significativas. Ultrapassa a extrapolação linear das tendências passadas e actuais, tirando partido dos nossos conhecimentos disponíveis sobre a forma como os sistemas interagem, para produzir uma previsão dinâmica. Actualmente, a IFs é uma das poucas plataformas de modelização global capaz de projectar a realização de muitos dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a nível de país,⁷ e tem sido amplamente empregue na análise do desenvolvimento africano.⁸

As séries de dados da IFs provêm de uma série de fontes bem conhecidas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial de (OMS) e vários organismos das Nações Unidas (ONU), como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para a População (UNPF), etc. Estas organizações recolhem e normalizam dados que são essenciais para comparações entre países.

7 W Verhagen, CC Pereira, DK Bohl, ME Meziere, MT Irfan e JD Moyer, Guinea-Bissau: Exploring Alternative Futures of Development, Report 1: Economic and human development trends to 2040, UNDP Guinea Bissau & Frederick S. Pardee Center for International Futures, 2022, Bissau, Guinea Bissau and Denver, US

8 JD Moyer, DK Bohl, T Hanna, I Mayaki e M Bwalya, Africa's Path to 2063: Choice in the Face of Great Transformation, Denver and Johannesburg: Frederick S. Pardee Center for International Futures and NEPAD Planning and Coordinating Agency, 2018, https://korbel.du.edu/sites/default/files/2022-02/NEPAD_PARDEE_Africa%E2%80%99s%20path%20to%202063%20Choice%20in%20the%20face%20of%20great%20transformation-ilovepdf-compressed.pdf; DK Bohl et al., Development Trends Report for Southern Africa, Denver: USAID, 2017, http://pardee.du.edu/sites/default/files/USAIDSouthernAfricaDevelopmentTrends_0.pdf; DK Bohl et al., Development Trends Report for South Africa, Denver: USAID, 2017, <http://pardee.du.edu/sites/default/files/USAIDDevelopmentTrendsSouthAfricaApril2017>

O projecto recorre a um ficheiro de dados de projecto adicional, que inclui séries de dados-chave actualizadas, tal como fornecidas pelas várias autoridades moçambicanas. A série de dados que foi ajustada para este estudo é apresentada num anexo a este relatório.

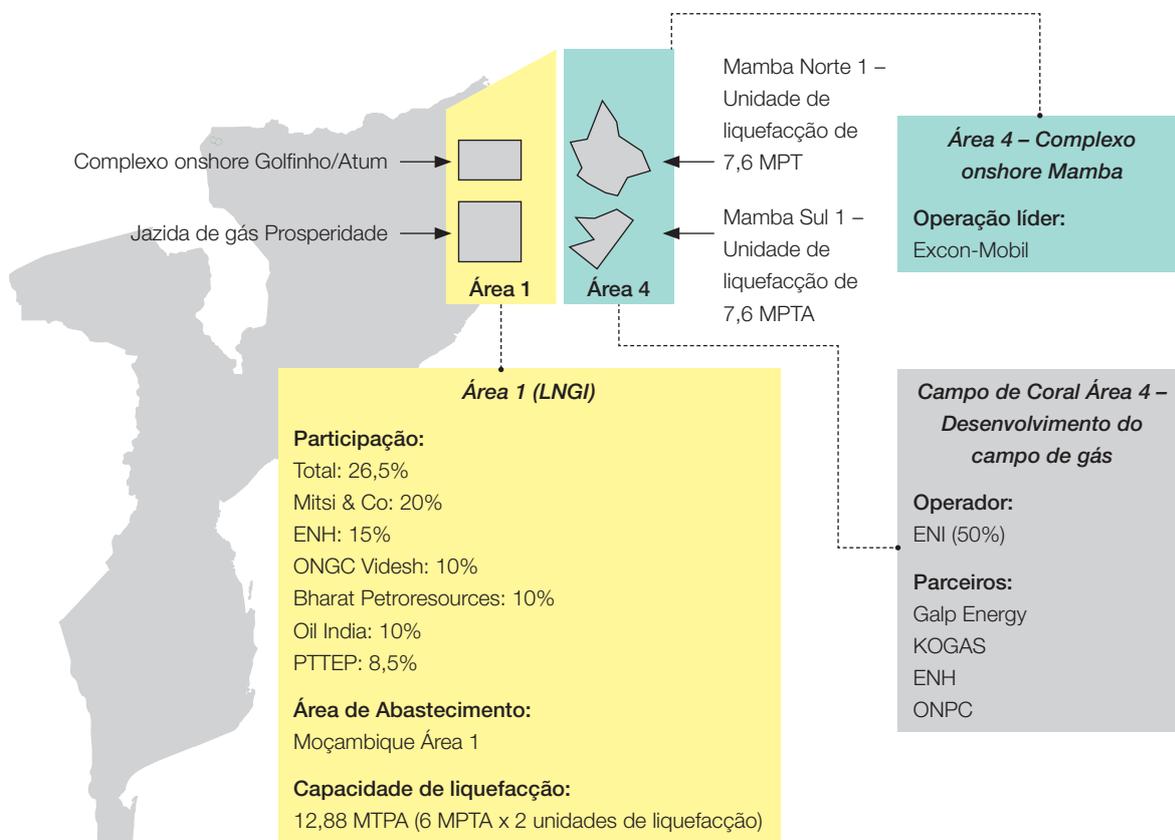
Este relatório utiliza os países africanos de baixo rendimento como referência para avaliar o progresso histórico e futuro de Moçambique. Sempre que apropriado, Moçambique é comparado com os seus pares regionais.

Ajustamento da Trajectória Actual: Modelação da produção de gás e do seu impacto fiscal

Para este estudo, ajustámos a Trajectória Actual de modo a ter em conta o projecto de gás e o seu potencial impacto nas perspectivas de desenvolvimento. Tal ajustamento foi feito com base em estudos e consultas com especialistas em gás, economistas e funcionários do governo durante uma reunião de consulta realizada em Maputo.

Em 2010, Moçambique fez descobertas significativas de gás natural, totalizando aproximadamente 150 triliões de pés cúbicos (TcF, na sigla inglesa) nos blocos adjacentes da Área 1 e da Área 4 na Bacia do Rovuma offshore, situada ao largo da província de Cabo Delgado, a norte. Moçambique

Gráfico 3: Mapa de gás natural liquefeito (GNL) de Moçambique



Fonte: Relatório de País do FMI, N° 19/167

tornou-se assim o terceiro maior detentor de reservas de gás natural em África, depois da Nigéria e da Argélia.⁹

A TotalEnergies e os seus parceiros de consórcio vão explorar o campo de gás natural liquefeito (GNL) na Área 1, conhecido como o campo de gás Offshore Área 1 Golfinho/Atum, localizado na Bacia do Rovuma, em águas profundas de Moçambique. O investimento para este projecto está estimado em US\$ 20 mil milhões. A Área 4 inclui dois projectos: o campo onshore Área 4 Mamba e o campo offshore Área 4 Coral Sul, controlados por um consórcio liderado principalmente pela ExxonMobil e pela ENI, sendo que envolve um investimento estimado em US\$ 30 mil milhões (combinando as componentes onshore e offshore).¹⁰ Cabe notar que a decisão final sobre o investimento a fazer no campo Coral Sul da Área 4 (offshore) está pendente, sendo que os especialistas prevêem que tal será tomada entre 2025 e 2026.

Dados os atrasos significativos na exploração do gás, o calendário para a produção de gás e as receitas associadas estimadas são altamente incertos. As projecções de receitas variam significativamente em função dos pressupostos, especialmente o preço de venda do GNL. Em 2018, o Governo de Moçambique (GdM) estimou que as receitas públicas de ambas as áreas variariam entre US\$ 35 e US\$ 63,6 mil milhões durante a vida útil dos dois projectos, sendo o valor provável (o seu cenário de base) de cerca de US\$ 49,4 mil milhões. É importante notar que as receitas públicas só aumentariam significativamente a partir de 2032, uma vez que os acordos inerentes ao GNL foram estruturados de modo a que, nos primeiros anos, as receitas fossem principalmente canalizadas para empresas estrangeiras, ajudando-as a recuperar os seus investimentos.¹¹ Em contrapartida, uma previsão independente das receitas públicas, efectuada pela empresa Open Oil, em 2021, situou-as em cerca de US\$ 18,4 mil milhões, prevendo-se uma parte substancial após 2040 (70%).¹²

As incertezas em torno das projecções de receitas resultam de factores como a volatilidade dos preços do mercado internacional do gás, as flutuações cambiais, a concorrência dos produtores estabelecidos e os objectivos globais destinados a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Se esta última ambição se concretizar, o valor do GNL cairá, tornando as receitas do Estado muito inferiores às previstas. De um modo geral, as projecções das receitas do GNL são difíceis de prever e, por vezes, pouco fiáveis.

Neste contexto, consideramos as receitas estimadas pelo GdM no seu cenário base (US\$49,4 mil milhões). Um estudo recente de 12 países africanos que exploraram recursos de petróleo e gás entre 2001 e 2020, concluiu que as previsões de receitas eram exageradas em todos os 12 casos numa média de 63%.¹³ Uma abordagem mais conservadora neste estudo modela 37% das receitas estimadas no cenário base, que é de US\$ 18,3 mil milhões, em linha com

9 Relatório de País do FMI, Nº 19/167

10 Relatório de País do FMI, Nº 19/167

11 Receitas públicas previstas dos projectos de gás, https://www.inp.gov.mz/pt/content/download/1372/9256/version/1/file/Republic+of+Mozambique_Government+Revenues+from+Gas+Projects.pdf

12 J West e D Lepiz, Too late to count: a financial analysis of Mozambique's gas sector, OpenOil, January 2021. <https://stopmozgas.org/wp-content/uploads/2022/03/Too-late-to-count-a-financial-analysis-of-Mozambiques-gas-sector.pdf>

13 D Mihalyi, and T Scurfield, How Africa's prospective petroleum producers fell victim to the presource curse, *The Extractive Industries and Society*, November 2020

a estimativa da Open Oil de cerca de US\$ 18,4 mil milhões. Com base na estimativa do GdM, de 2018, prevê-se que a produção total de gás seja de cerca de 3,5 mil milhões de barris de petróleo equivalente (BBOE, na sigla inglesa) durante o período de vida útil do projecto (2023–2048).

Tendências económicas na Trajectória Actual

A agricultura, a exploração mineira e a energia constituem a base da modesta economia de Moçambique. De 1992 a 2015, o país classificou-se consistentemente entre as 10 economias de crescimento mais rápido do mundo. No entanto, a revelação de dívidas não reveladas em 2016, geralmente designadas de “dívida oculta”, precipitou um declínio acentuado no crescimento, desencadeando, simultaneamente, uma crise de governação económica e uma desaceleração prolongada da actividade económica, sendo que o crescimento caiu de 6,7% em 2015, para uma média de 3% entre 2016 e 2019. Esta queda do crescimento foi ainda agravada: pelo impacto cumulativo das catástrofes naturais em 2019; pela escalada da insurreição no Norte de Moçambique desde 2017; pela pandemia global em 2020; e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, à qual se associam elevados preços da energia e dos alimentos.

No futuro, as perspectivas de crescimento de Moçambique parecem ser positivas. A produção de GNL e as receitas pública associadas deverão impulsionar as taxas de crescimento do PIB, embora estejam em risco os choques relacionados com o clima e a incerteza em torno da situação de segurança no Norte – a despeito das recentes melhorias e da instabilidade macroeconómica. Prevê-se que a dívida pública total se estabilize em cerca de 92% do PIB a médio prazo.¹⁴

O modelo económico da IFs baseia-se na tradição clássica do crescimento económico, sendo que dedica grande atenção aos trabalhos mais recentes sobre a teoria do crescimento endógeno, e à perspectiva neoclássica da abordagem do equilíbrio geral.¹⁵ O lado da oferta do modelo económico baseia-se na função produção Cobb-Douglas e utiliza o trabalho, o capital e a produtividade multifactorial/total dos factores como principais motores do crescimento económico. No modelo, a produtividade multifactorial ou total dos factores é determinada pelo capital humano (educação e saúde), pelo capital social (eficácia da governação, corrupção e liberdade económica), pelo capital físico (infra-estruturas) e pelo capital do conhecimento (despesas em I&D e difusão do conhecimento resultante da integração comercial). Cada uma destas quatro categorias contribui positiva ou negativamente para o crescimento económico.

Analisando os principais factores determinantes da produtividade multifactorial/total dos factores, o modelo mostra que o capital físico (infra-estruturas) é actualmente a barreira mais significativa em Moçambique ao crescimento da produtividade. Este facto deve-se às deficientes infra-estruturas do país, e tal constatação está em consonância com a conclusão do recente Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique, realizado pelo Laboratório de Diagnóstico do Crescimento da *London*

14 Mozambique Macro poverty outlook, The World Bank, April 2024

15 Barry B Hughes, IFs economic model documentation, Working paper 2015.07.20, July 2015. <https://korbel.du.edu/sites/default/files/2021-12/IFs%20Economic%20Model%20Documentation.pdf>

School of Economics (LSE).¹⁶ Com base na Trajectória Actual de desenvolvimento, prevê-se que o défice em matéria de infra-estruturas continue a ser o maior entrave ao crescimento da produtividade no país até, pelo menos, 2043.

Devido ao atraso na exploração do gás, os benefícios dos megaprojectos em termos de crescimento económico materializar-se-ão, provavelmente, só para além do nosso horizonte de previsão (2043). Num cenário de manutenção do *statu quo*, que incorpore o GNL, a taxa média de crescimento entre 2023–2034 será de 5,8%, face aos 7,1% em 2035–2043. A taxa média de crescimento entre 2023 e 2043 será de 6%, ou seja, 3,2 pontos percentuais abaixo dos 9,2% previstos no cenário optimista do GdM para o mesmo período, na Estratégia de Desenvolvimento Nacional (2023–2043). Como resultado destas taxas de crescimento positivas esperadas, o PIB de Moçambique (em US\$ constantes de 2017) triplicará de US\$ 15,7 mil milhões em 2023, para US\$ 48,2 mil milhões em 2043, ou seja, cerca de US\$ 7 mil milhões acima dos US\$ 41 mil milhões projectados num cenário sem recursos de gás natural no mesmo ano.

Em 2023, Moçambique tinha o 7º PIB per capita em termos da paridade do poder de compra (PPC) mais baixo de África. Como mostra o Gráfico 4, Moçambique reduziu significativamente a diferença entre o seu PIB per capita e a média dos seus pares em África entre 1995 e 2015, reflectindo o elevado desempenho do crescimento registado durante este período. O fosso começou a alargar-se novamente devido ao fraco desempenho do crescimento pós-2015 e ao elevado crescimento populacional.

Na Trajectória Actual, é provável que Moçambique não colmate o fosso em relação à média dos seus pares, uma vez que o seu PIB real per capita (PPC 2017) aumentará 64,7%, de US\$1 300 em 2023 para US\$2 141 em 2043 – isto é, abaixo da média de US\$ 3 254 da África de baixo rendimento e US\$215 superior ao PIB per capita de US\$1 927 em 2043, num cenário sem recursos de gás natural. Quanto ao PIB real per capita (taxa de câmbio de mercado), este aumenta 87%, passando de US\$465 em 2023 para US\$870 em 2043, cerca de metade dos US\$1 610, no mesmo ano, da África de baixo rendimento. O aumento do PIB per capita de Moçambique, entre 2023 e 2043, será modesto face ao aumento do PIB durante o mesmo período. O elevado crescimento populacional significa que as taxas de crescimento económico se traduzem em menores aumentos do rendimento per capita.

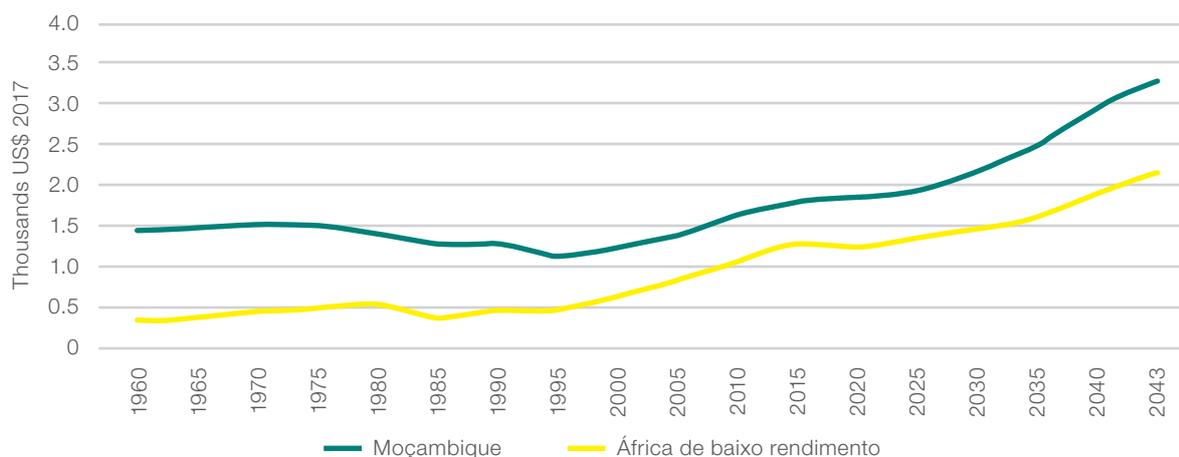
Moçambique registou uma mudança limitada na estrutura da sua economia. O modelo de crescimento existente – que depende fortemente de grandes projectos extractivos – não gerou um crescimento inclusivo através da criação de oportunidades de emprego.

O sector extractivo está fortemente dependente de megaprojectos que não criam oportunidades de emprego para muitos moçambicanos, sendo que a maioria da população economicamente activa permanece no sector agrícola. Apenas 58% da população em idade ativa é economicamente ativa. Daqueles que estão empregados, 66,8% ainda praticam actividades primárias (agricultura, silvicultura, pesca e mineração), e apenas 4,5% estão empregados nas indústrias transformadoras ou nos sectores da energia e construção. O sector dos serviços (transportes, comunicações, comércio, finanças e actividades de serviços administrativos) absorve os restantes 12,8%.¹⁷

16 Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique, Relatório final

17 Estratégia Nacional De Desenvolvimento, 2023–2043

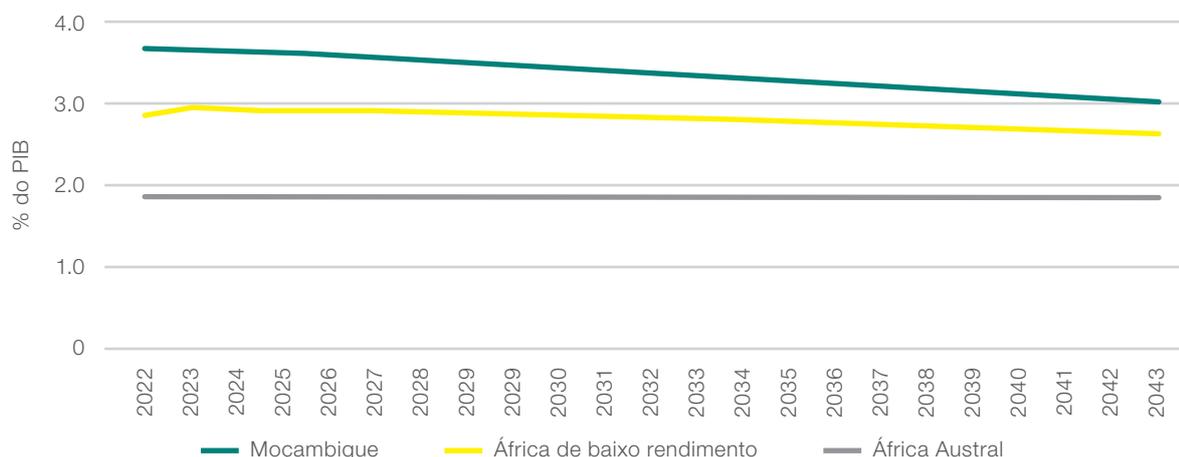
Gráfico 4: Tendências do PIB per capita (PPC): Moçambique e outros grupos, 1960–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do FMI

Como muitos outros países de baixo rendimento, a dimensão da economia informal é muito significativa em Moçambique. Em 2021, Moçambique tinha uma taxa de informalidade de cerca de 96% entre a sua força de trabalho.¹⁸ Os países com elevada informalidade têm uma série de desafios em termos de desenvolvimento, tais como a baixa mobilização de receitas. O crescimento económico tende a ser inferior ao potencial em países com elevados níveis de informalidade.¹⁹ Um estudo recente realizado em Moçambique mostra que, em comparação com as microempresas formais, as empresas informais vendem cerca de 14 vezes menos, obtêm lucros 17 vezes inferiores e são 2–3 vezes menos produtivas.²⁰

Gráfico 5: Dimensão da economia informal na trajetória actual, 2022–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos de Elgin e Oztunali (2008), e Schneider e Enste (2012)

18 Aga et al. (2019), Informal firms in Mozambique: status and potential, The World Bank, <https://documents.worldbank.org/curated/en/275211562775522380/pdf/Informal-Firms-in-Mozambique-Status-and-Potential.pdf>

19 C Deléchat e L Medina, What is the informal economy? Finance & Development, IMF, December 2020, www.imf.org/Publications/fandd/issues/2020/12/what-is-the-informal-economy-basics

20 Aga et al. (2019), Informal firms in Mozambique: status and potential, The World Bank, <https://documents.worldbank.org/curated/en/275211562775522380/pdf/Informal-Firms-in-Mozambique-Status-and-Potential.pdf>

Em 2023, a dimensão do sector informal em Moçambique era equivalente a 36,5% do seu PIB. No âmbito da Trajectória Actual, a informalidade diminuirá para cerca de 30% do PIB até 2043, acima da média de 26% dos países africanos de baixo rendimento, e de 18,4% da África Austral.

O nosso trabalho de campo revelou que o tempo, as taxas cobradas e a burocracia complicada requeridos para registar uma empresa no país e a falta de informação e formação para cumprir as regras, são alguns dos principais factores que impedem a formalização das empresas informais. As entrevistas realizadas indicaram que alguns funcionários do Estado não conhecem os regulamentos e pedem mais documentos do que os necessários para registar uma empresa, o que constitui uma prática que desencoraja a formalização. A formalização das empresas informais para impulsionar a economia moçambicana e as receitas fiscais deve ser gradual, uma vez que, na ausência de oportunidades no sector formal, o sector informal é actualmente a força vital da crescente população de jovens moçambicanos. O GdM deve começar por realçar o que estas empresas informais ganham com a formalização (isto é, apoios como crédito e formação para crescer, o acesso ao mercado de grandes empresas formais, etc.) e formar os funcionários do governo responsáveis pelo registo de empresas.

Tendências da pobreza e da desigualdade na trajectória actual

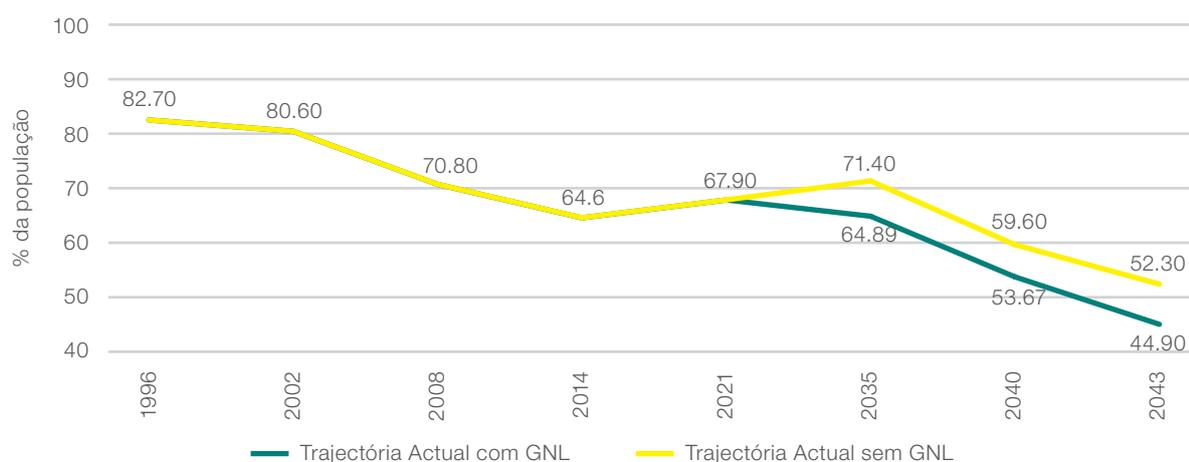
A plataforma de previsão da IFs baseia-se em medidas internacionais de pobreza extrema. Assim, utilizamos o limiar de pobreza de US\$ 2,15 USD por dia (PPC 2017), salvo indicação em contrário, para manter a coerência com as análises internacionais da pobreza. Como tal, as taxas de pobreza aqui relatadas diferem das taxas de pobreza mensuradas, usando a linha de pobreza nacional, que a partir de 2020, era de MZN 40 por dia na ausência de oportunidades no sector formal.²¹

Usando um limiar de pobreza de US\$2,15 em 2022, Moçambique tinha a quarta maior taxa de pobreza (71% da população) entre os 22 países de baixo rendimento em África. O Gráfico 6 mostra as tendências históricas da pobreza e as projecções na Trajectória Actual. Indica que a pobreza não é um fenómeno novo, mas uma questão de longa data em Moçambique. A tendência descendente da taxa de pobreza no período 1996/1997–2014/15 foi invertida e a referida taxa aumentou de 64,6% para 71% em 2022, eliminando assim os importantes ganhos na redução da pobreza da década anterior. No entanto, o número de pessoas que vivem em pobreza extrema em Moçambique tem aumentado consistentemente de 13 milhões em 1996, para quase 17 milhões em 2014, e 23 milhões de pessoas em 2022.

No período que se seguiu a 2015, assistiu-se a uma acentuada volatilidade económica, tanto a nível interno como a nível mundial, que resultou numa inversão significativa da redução da pobreza. Vários choques – incluindo a crise da dívida oculta e a subsequente instabilidade macroeconómica – levaram a uma desaceleração notável do crescimento económico. Esta situação foi exacerbada pelo impacto dos graves ciclones Kenneth e Idai em 2019, pela pandemia da COVID-19 e pela crise do custo de vida, induzida pelo início da guerra na Ucrânia no início de 2022. No final de 2021, antes do

21 World Bank, Mozambique Poverty Assessment, June 2023. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099091123142528718/P17686006100df030b5b807d052b0ff880>

Gráfico 6: Pobreza monetária em Moçambique (<US\$ 2.15 por dia/por pessoa), 1996–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14

início da guerra na Ucrânia e da crise do custo de vida, a pobreza extrema (<US\$2,15/dia) afectava aproximadamente 67,9% da população moçambicana (cerca de 21 milhões de pessoas). Cerca de 3,3% da população moçambicana foi classificada como extremamente pobre em 2022, face ao ano anterior, devido aos elevados custos da alimentação, energia e transportes. Isto representa um aumento de 4,8% nas taxas de pobreza extrema em Moçambique durante este período, tendo atingido 71% no final de 2022.²²

A pobreza em Moçambique afecta desproporcionalmente os jovens, as mulheres, os indivíduos com níveis de educação mais baixos, os residentes em agregados familiares rurais maiores e os que trabalham no sector agrícola. Geograficamente, as províncias das regiões Norte e Centro do país são as mais afectadas pela pobreza. Em contraste, a Província de Maputo e a Cidade de Maputo, no Sul, têm as taxas de pobreza mais baixas, situando-se em 22,4% e 11,4%, respectivamente.²³

Na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) de Moçambique, o objectivo é o de reduzir a proporção da população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional de 68.2%, actualmente, para 35.8% até 2043. Na Trajectória Actual de desenvolvimento, a taxa de pobreza em Moçambique (a US\$ 2,15) atingirá 44,9% em 2043, ou seja, cerca de 25 pontos percentuais acima da média de 21,2% da África de baixo rendimento, no mesmo ano. O número de pessoas pobres atingirá um pico de 32,5 milhões em 2030, devido ao crescimento populacional, antes de diminuir de forma constante para 24,8 milhões em 2043. Na trajectória sem ter em conta o GNL, a taxa de pobreza será de 52,3%, o que equivale a 29 milhões de pessoas.

Mesmo com o impulso significativo para o crescimento económico da produção de gás natural, Moçambique terá provavelmente quase o mesmo número de pessoas a viver na pobreza extrema em 2043 que tem hoje. Para que o crescimento contribua efectivamente para a redução da

22 Salome Ecker et al. (2023), the impact of the cost-of-living crisis on poverty in Mozambique and possible policy responses, United Nations Development Programme

23 World Bank, Poverty and Equity brief, Mozambique, October 2023, <https://pip.worldbank.org/country-profiles/MOZ>

pobreza, precisa de acontecer de uma forma que beneficie os pobres. A produção de gás pode gerar empregos, mas poucos serão de natureza permanente. Numa trajectória de cenário *statu quo*, Moçambique falhará a meta dos ODS de eliminar a pobreza extrema até 2030 por uma margem substancial.

O fardo histórico e contínuo da pobreza em Moçambique é, em grande parte, uma função: das suas taxas de crescimento populacional; do acesso limitado à educação, à saúde e aos serviços básicos, especialmente nas zonas rurais; da baixa produtividade; da falta de resiliência contra as catástrofes climáticas no sector da agricultura; das fracas infra-estruturas; das catástrofes naturais recorrentes em algumas regiões; e do elevado e persistente nível de desigualdade de rendimentos, que afecta negativamente a coesão social.²⁴

Embora a desigualdade de rendimentos tenha diminuído ligeiramente durante o período 2015–2020, Moçambique continua a ser um dos países mais desiguais da África Subsariana. O coeficiente de Gini é uma medida padrão do nível de desigualdade de rendimentos, e em 2019, o coeficiente de Gini nacional era de 0,50/1, em comparação com 0,54/1 em 2014. Muitas vezes, o pressuposto implícito nas estratégias de redução da pobreza é que a redução da pobreza virá através do crescimento, ou seja, os benefícios de um crescimento económico mais rápido irão repercutir-se na redução da pobreza. Embora o crescimento económico seja necessário, não é suficiente para reduzir a pobreza, uma vez que os níveis de desigualdade fazem a diferença. Está provado que níveis mais elevados de desigualdade minam o efeito de redução da pobreza facilitado pelo crescimento económico,²⁵ porque uma má distribuição inicial dos recursos físicos, humanos e financeiros torna muito mais difícil às pessoas pobres participarem e, por conseguinte, beneficiarem, das receitas do crescimento económico. A despesa e o investimento públicos têm sido distribuídos de forma desigual entre as regiões, com a riqueza concentrada na região sul, especialmente em Maputo.

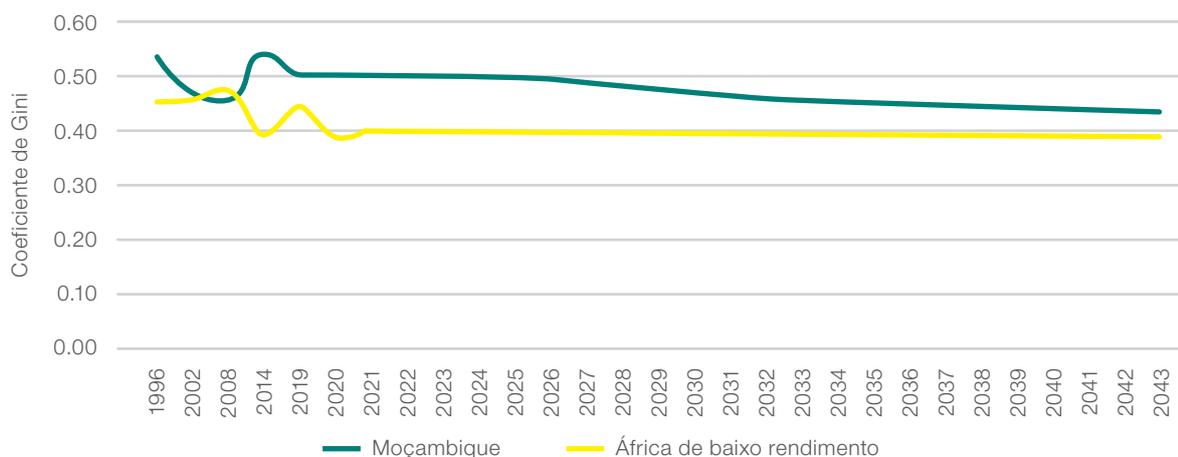
Sem combater a desigualdade, o crescimento económico terá pouco efeito na redução da pobreza em Moçambique. A ENDE (2023–2043) identificou a desigualdade como um desafio, e a meta é de atingir um coeficiente de Gini de 0,3 até 2043. O Gráfico 7 mostra como a desigualdade de rendimento pode evoluir no futuro, na Trajectória Actual.

Na Trajectória Actual, o coeficiente de Gini inerente a Moçambique, em 2043, será de 0.43, acima da meta de 0.3 e da média de 0.38 para a África de baixo rendimento. Para atingir o objectivo de criação de riqueza inclusiva, o Estado deve comprometer-se com políticas que redistribuam os benefícios do crescimento económico a todos. Para este fim, Moçambique terá de combater a corrupção, criar mais empregos, abordar as desigualdades de género no acesso a bens e serviços, aumentar as redes de segurança social e resolver os desafios de definição de grupos-alvo, entre outras coisas.

24 World Bank, Mozambique —Poverty Assessment—Strong but not Broadly Shared Growth, April 2018

25 AK Fosu, Growth, Inequality and Poverty in Sub-Saharan Africa: Recent Progress in a Global Context, *Oxford Development Studies*, 43:1, 2015, 44–59; M Ravallion e S Chen, What Can New Survey Data Tell Us about Recent Changes in Poverty and Distribution? *World Bank Economic Review*, 11:2, 1997, 357–82

Gráfico 7: Desigualdade de rendimentos em Moçambique, 1996–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do FMI

O GdM implementou várias iniciativas e programas de protecção social destinados a apoiar os indivíduos que enfrentam a pobreza e a vulnerabilidade. Incluem prestações pecuniárias para idosos e pessoas com deficiência e doenças crónicas e ajuda a grupos vulneráveis, como crianças subnutridas, órfãos e pessoas com VIH, juntamente com iniciativas de obras públicas e serviços sociais. O maior programa de assistência social, o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), inscreve principalmente pessoas idosas (91,5%), seguidas por pessoas portadoras de deficiência (5,9%). As mulheres constituíam 64,7% dos beneficiários da assistência social em 2022.²⁶ Tendo em consideração que em 2021–22 mais de 90% das receitas fiscais eram absorvidas pela massa salarial e pelos custos do serviço da dívida, o país terá dificuldade em afectar mais recursos à despesa social.

26 Mozambique social protection situation, ILO, <https://www.social-protection.org/gimi/ShowCountryProfile.action?iso=MZ>



Sectores de desenvolvimento: Trajectória actual e cenários

Esta secção apresenta uma visão geral de oito sectores de desenvolvimento ao longo da Trajectória Actual de desenvolvimento de Moçambique e o impacto de um único cenário optimista associado a cada um deles. Os oito sectores e cenários são: Governação, Demografia e Saúde, Educação, Infra-estruturas, Agricultura, Indústria Transformadora, Comércio Internacional (a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana), e Fluxos Financeiros Externos.

Dado que o novo GdM – que será eleito este ano – precisará de tempo para se instalar, antes de lançar o seu programa de desenvolvimento, as intervenções políticas em cada cenário começam em 2026 e apresentam um impulso subsequente de 10 anos até 2035, sendo que as melhorias se manterão até 2043.

As várias intervenções que se farão sentir nos cenários baseiam-se numa calibração cuidadosa do que é realisticamente possível. Tal baseia-se em comparações do que foi alcançado por países com níveis de desenvolvimento semelhantes aos de Moçambique, através de um processo de avaliação comparativa (ver Anexo). As intervenções constituem uma visão optimista do futuro de Moçambique. O objectivo é o de destacar as intervenções políticas necessárias para acelerar o desenvolvimento humano e económico em Moçambique.

A governação e a estabilidade em Moçambique

A boa governação é fundamental para o progresso económico. Uma maior segurança e estabilidade a nível nacional cria um ambiente propício ao investimento nacional e estrangeiro. Cria condições para que os governos possam adoptar estratégias de desenvolvimento eficazes e sustentáveis. A boa governação e a segurança são transversais a todos os sectores; criam incentivos e confiança para o investimento e a inovação. A boa governação é crucial para a utilização eficiente dos fundos públicos destinados ao desenvolvimento e para se conseguir a melhoria do bem-estar da população.

Moçambique tem um longo historial de instabilidade militar e política. Nos últimos anos, o país tem lidado com conflitos armados e insurreições, particularmente na província de Cabo Delgado, no

Norte do país, onde grupos militantes islâmicos têm estado activos. No entanto, desde o fim da guerra civil, em 1992, o país tem vindo a realizar eleições presidenciais, legislativas e provinciais multipartidárias. As tensões continuam a existir entre os três principais grupos políticos: a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), e a qualidade das eleições tem vindo a deteriorar-se ao longo dos anos.²⁷ As discussões realizadas com peritos durante a nossa visita de estudo sublinharam que a qualidade da democracia no país se tem vindo a deteriorar, juntamente com o declínio do Estado de direito nos últimos anos. O ambiente político encontra-se altamente polarizado; as instituições são fracas e instrumentalizadas pelos partidos políticos, enquanto a descentralização, que supostamente deveria melhorar a prestação de serviços públicos, serve antes para acomodar interesses políticos.

A má governação continua a ser a raiz das frustrações e queixas de muitos cidadãos entre vários grupos no país; a capacidade da função pública é baixa e a percepção de corrupção financeira por parte da elite política de Moçambique é elevada, como evidenciado pela “dívida oculta” de 2016. Apesar do forte crescimento económico, muitos moçambicanos sentem-se deixados para trás no desenvolvimento do país, e o crescente descontentamento da população jovem gera preocupações sobre a estabilidade democrática do país a longo prazo. De acordo com o relatório de 2022 do Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG), a governação geral em Moçambique tem vindo a deteriorar-se ao longo da última década.²⁸ O país classificou-se em 26º lugar entre 54 países africanos no Índice, com uma pontuação de 48,6/100, pontuação essa inferior à média regional da África Austral (54,2/100).

Os indicadores de corrupção também têm vindo a deteriorar-se progressivamente em Moçambique. Durante a nossa entrevista com a sociedade civil em Maputo, um participante indicou que a corrupção é “o maior obstáculo ao futuro do país”. De acordo com o Índice de Percepções de Corrupção (IPC) global de 2022 da Transparência Internacional, Moçambique, com uma pontuação de 26/100, ocupa a 142ª posição entre os 180 países inquiridos, em comparação com uma pontuação de 31/100 em 2012. Isto está de acordo com os resultados de outros índices de governação e percepção da corrupção, incluindo o inquérito aos líderes empresariais realizado pelo Fórum Económico Mundial.²⁹ Seguindo a Trajectória Actual, a pontuação de Moçambique no IPC será de 3,1/10 ou 31/100 em 2043, a par da pontuação média dos países africanos de baixo rendimento, mas abaixo da meta de 51/100, no âmbito da Estratégia Nacional de Desenvolvimento no mesmo ano.

O elevado nível de corrupção em Moçambique compromete a eficácia do Estado na prestação de serviços. Nos termos da IFs, o índice de eficácia da governação do Banco Mundial é reescalonado para 0 a 5 (com valores mais elevados a corresponderem a melhores resultados), em vez de -2,5 a 2,5. Tendo registado uma pontuação de cerca de 1,7/5, em 2023, Moçambique classificou-se em 31º lugar entre 54 países de África em termos de eficácia da governação. Uma cultura política de clientelismo, que se baseia frequentemente na concessão de benefícios e bens públicos em troca

27 BTI 2022 Country Report. Mozambique, <https://bti-project.org/en/reports/country-report/MOZ>

28 Mo Ibrahim Foundation, 2022 Ibrahim Index of African Governance (IIAG) Report, 2022, <https://mo.ibrahim.foundation/sites/default/files/2023-01/2022-index-report.pdf>

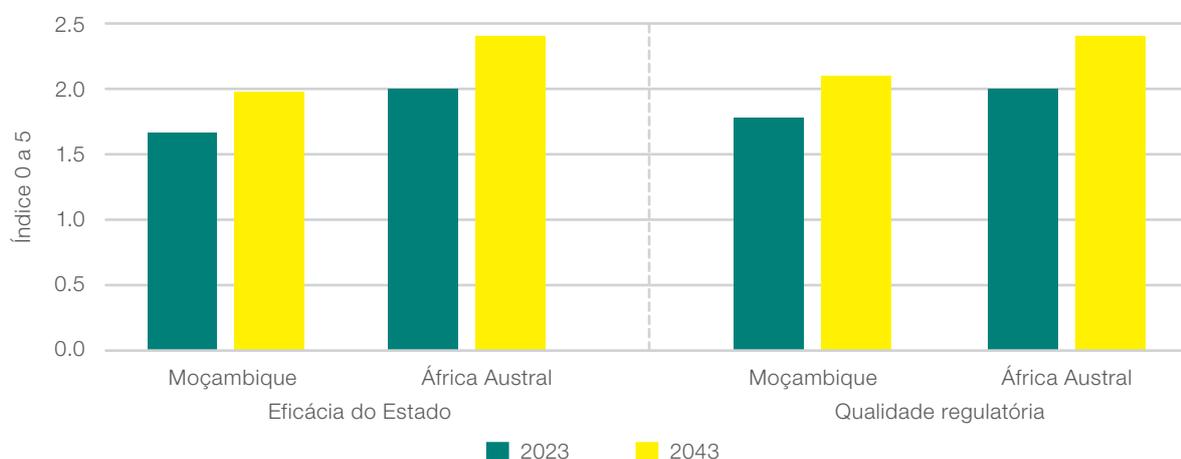
29 The 2022 Corruption Perceptions Index (CPI), <https://www.transparency.org/en/cpi/2022>

de apoio político e instituições fracas, são alguns dos factores subjacentes a esta deterioração progressiva da governação e da corrupção em Moçambique.³⁰

Um número crescente de publicações aponta para que uma governação fraca e a corrupção prejudicam gravemente o desempenho económico e o desenvolvimento. A boa governação será, portanto, crucial para alcançar os objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023–2043). No âmbito da mesma, a operacionalização do pilar da governação centrar-se-á na transparência, na participação democrática, na eficiência da administração pública, na modernização, na responsabilidade e na luta contra a corrupção, criando um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento sustentável.³¹

Na Trajectória Actual, os indicadores de governação melhorarão ligeiramente até 2043, face aos seus níveis em 2023, mas permanecerão abaixo das médias da África Austral (Gráfico 8).

Gráfico 8: Desempenho da governação em Moçambique, 2023 e 2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do Banco Mundial

Na IFs, a governação pode ser analisada em três dimensões – segurança, capacidade e inclusão – reflectindo a sequência tradicional do processo de formação do Estado. A pontuação atribuída a cada dimensão varia entre zero (má) e um (excelente). A dimensão da segurança mede a probabilidade de se gerarem conflitos intra-estatais e o nível geral do risco. A segunda dimensão, a capacidade, está relacionada com as receitas públicas, a corrupção, a qualidade da regulamentação, a liberdade económica e a eficácia do governo. A terceira dimensão – inclusividade – mede o nível de democracia e o empoderamento de género.³²

30 Soto et al. O desafio da governação em Moçambique, FMI

31 Estratégia Nacional De Desenvolvimento, 2023–2043

32 Para efeitos de modelação e medição da governação na IFs, Hughes et al. utilizam a teoria da modernização e a noção de que a governação se desenvolve historicamente através de três transições sequenciais: uma transição de segurança, seguida de uma transição de capacidade e, finalmente, uma transição rumo a uma maior inclusão. Embora África não tenha seguido este padrão de formação do Estado, as três transições proporcionam uma lente analítica útil, através da qual se pode observar a governação. Para este efeito, a IFs inclui um índice (0 a 1) para cada dimensão, sendo que as pontuações mais elevadas indicam melhores resultados. Um índice de governação composto é uma média simples das três dimensões. BB Hughes, DK Joshi, JD Moyer, TD Sisk e JR Solórzano, *Patterns of Potential Human Progress: Strengthening Governance Globally*, Boulder: Oxford University Press, 2014, 6

Moçambique tem um desempenho fraco em termos de capacidade, face a outras dimensões da governação, reflectindo as fracas receitas públicas e a fraca eficácia do governo, o elevado grau de corrupção e a fraca qualidade regulamentar. Na Trajectória Actual, Moçambique fará progressos nas três dimensões da governação (segurança, capacidade e inclusão). Consequentemente, a pontuação do país no índice composto de governação – que constitui uma média simples das três dimensões de governação acima mencionadas – será cerca de 20% mais elevada em 2043 do que o seu nível em 2023.

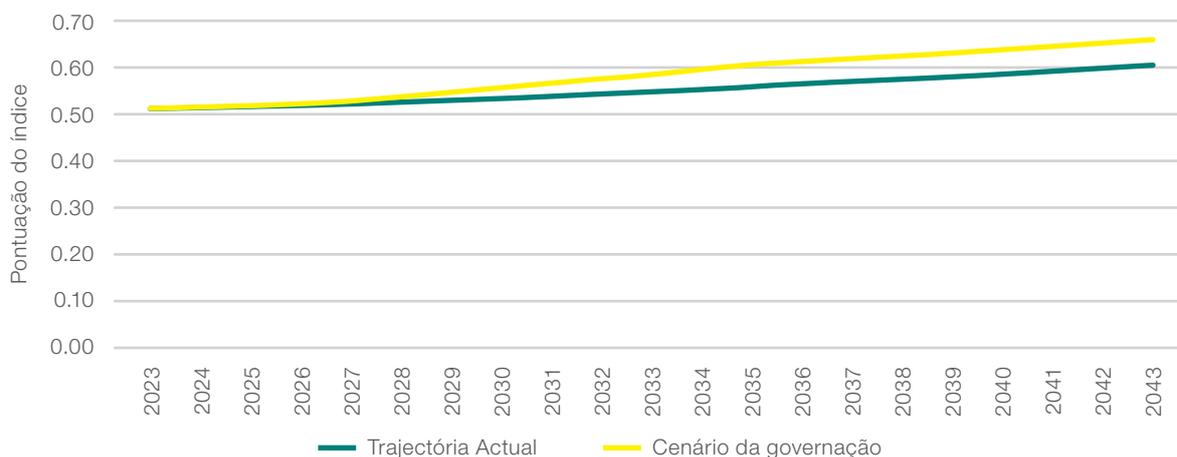
Os esforços para alcançar uma estabilidade e segurança duradouras e melhorar a governação e a democracia em Moçambique exigirão, provavelmente, esforços sustentados no sentido de resolver as queixas socioeconómicas subjacentes, promover a inclusão e reforçar as instituições.

Cenário da Governação

O cenário da Governação representa uma melhoria razoável, mas ambiciosa, da governação em Moçambique. O cenário reduz a probabilidade de conflitos internos e de violência social (segurança), reduz o nível de corrupção, aumenta a liberdade económica e melhora a eficácia da governação e a qualidade da regulamentação (capacidade). Finalmente, reforça o nível de democracia e o empoderamento de género (mais inclusão).

No cenário da governação, a pontuação de Moçambique no índice composto de governação melhorará cerca de 30% no período 2023–2043, em comparação com os 18% na Trajectória Actual, durante o mesmo período.

Gráfico 9: Índice composto de governação no cenário da Trajectória Actual e da governação, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14

Se o cenário de governação fosse implementado, Moçambique poderia experienciar grandes ganhos no crescimento económico e na redução da pobreza. De facto, a dimensão da economia seria US\$ 5 mil milhões maior em 2043 do que na Trajectória Actual. Espera-se que, em termos de PIB per capita (PPC), o cidadão médio moçambicano usufrua de US\$2 292 em 2043, face aos US\$2 141, no âmbito da Trajectória Actual. Haverá menos 2,4 milhões de moçambicanos a

sobreviverem com menos de US\$2,15 por dia em 2043, face à Trajectória Actual, que, no mesmo ano, será de 24,8 milhões de pessoas. Em 2043, isto equivale a uma taxa de pobreza monetária de 40,4%, face 44,9%, no âmbito da Trajectória Actual.

Demografia e saúde em Moçambique

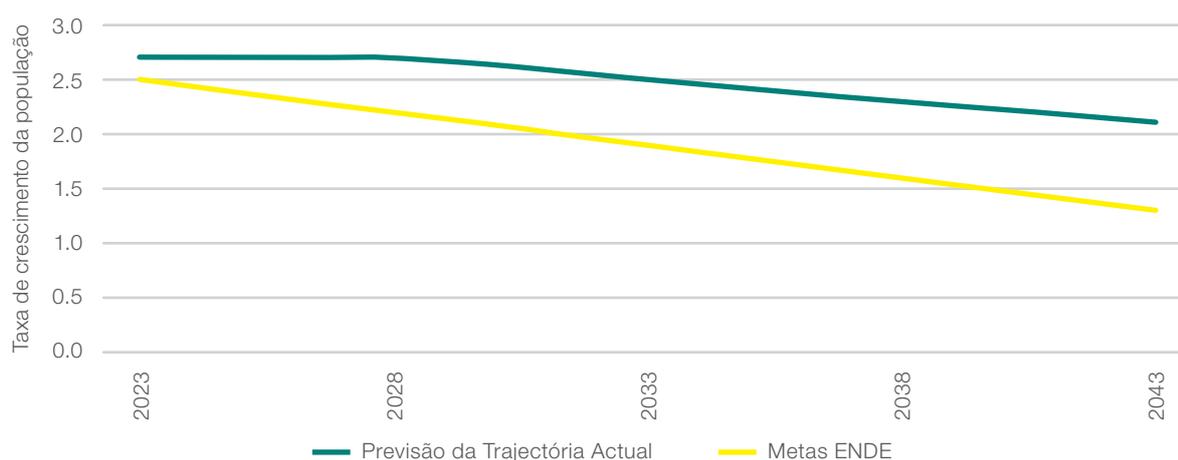
Existem fortes interacções entre a população e a saúde. O estado de saúde de um país influencia os níveis de fertilidade, mortalidade e morbilidade. Ao mesmo tempo, o elevado crescimento demográfico contribui para aumentar a necessidade de bens essenciais à vida, como a nutrição e a saúde.

Demografia

As características da população de um país podem moldar as suas bases sociais, económicas e políticas a longo prazo; assim, compreender o perfil demográfico de uma nação indica as suas perspectivas de desenvolvimento. Desde 2000, a população de Moçambique aumentou cerca de 70%, passando de 18 milhões para cerca de 32,9 milhões em 2022, o que a torna a 14ª maior população de África e a 3ª maior da região da África Austral, depois da África do Sul e de Angola.

Com base na Trajectória Actual, espera-se que a população de Moçambique atinja os 55,4 milhões de pessoas em 2043, reflectindo a redução da mortalidade e o aumento da fertilidade. A taxa média de crescimento da população entre 2023 e 2043 será de 2,5%, o que é significativamente superior à meta de 1,8% estabelecida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) para o mesmo período. Em 2043, a taxa de crescimento populacional de Moçambique será de 2,1%, a par da média da África de baixo rendimento, mas acima da meta de 1,3% estabelecida na ENDE para esse ano (Gráfico 10).

Gráfico 10: Taxas de crescimento da população em Moçambique, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do PNUD

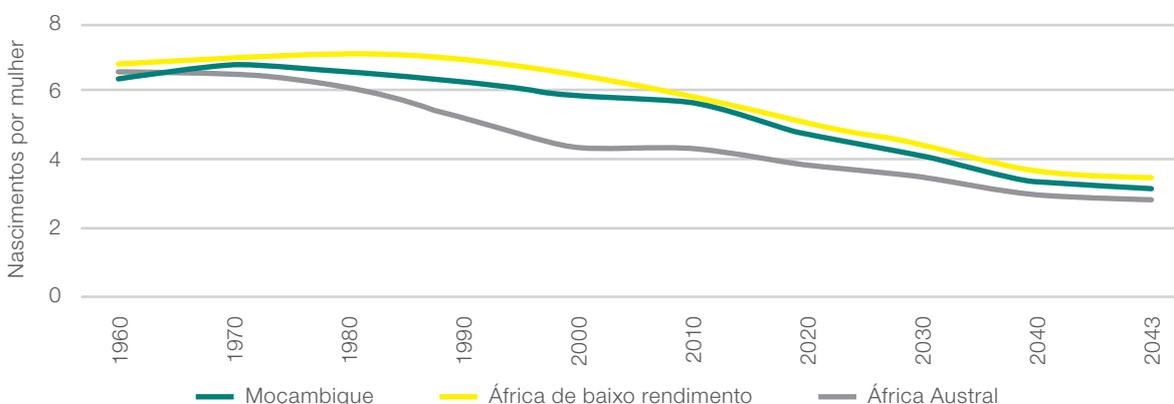
A taxa de fertilidade total em Moçambique atingiu o seu pico em 1972, quando o país registou 6,7 nascimentos por mulher – a 29ª mais elevada em África. Desde então, a taxa de fertilidade tem estado a diminuir, embora lentamente. Este declínio, em parte, pode ser atribuído a uma

diminuição da mortalidade infantil e juvenil, a um maior acesso à educação e a serviços de planeamento familiar. De acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 2022/2023, 26% das mulheres actualmente casadas com idades entre os 15 e os 49 anos e 47% das mulheres solteiras sexualmente activas recorrem a algum método de planeamento familiar.

Não obstante esta tendência promissora, a actual taxa de fertilidade de 4,6 nascimentos por mulher – embora ligeiramente inferior à média estimada de 4,9 nascimentos por mulher para os países africanos de baixo rendimento – continua a ser desfavoravelmente elevada. A taxa de fertilidade não é homogénea em todo o país. Em média, as mulheres das zonas rurais têm 5,8 filhos, em comparação com uma média de 3,6 filhos nas zonas urbanas. A percentagem de utilização de métodos modernos de contracepção entre as mulheres actualmente casadas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos é mais elevada nas zonas urbanas (40%) do que nas zonas rurais (18%). Em relação às províncias, Zambézia (11%), Nampula (13%) e Cabo Delgado (14%) têm a menor percentagem de mulheres actualmente casadas que usam alguns métodos modernos.³³

O GdM reiterou que a gestão do crescimento populacional é uma prioridade crítica para atingir os objectivos de desenvolvimento social e económico do país. Esta é actualmente uma área prioritária da ENDE. Na Trajectória Actual, espera-se que a taxa de fertilidade total em Moçambique seja de 3,1 nascimentos por mulher em 2043: abaixo da média de 3,4 para os países africanos de baixo rendimento e acima de 2,8 respeitante à África Austral.

Gráfico 11: Trajectória da fertilidade em Moçambique, 1960–2043

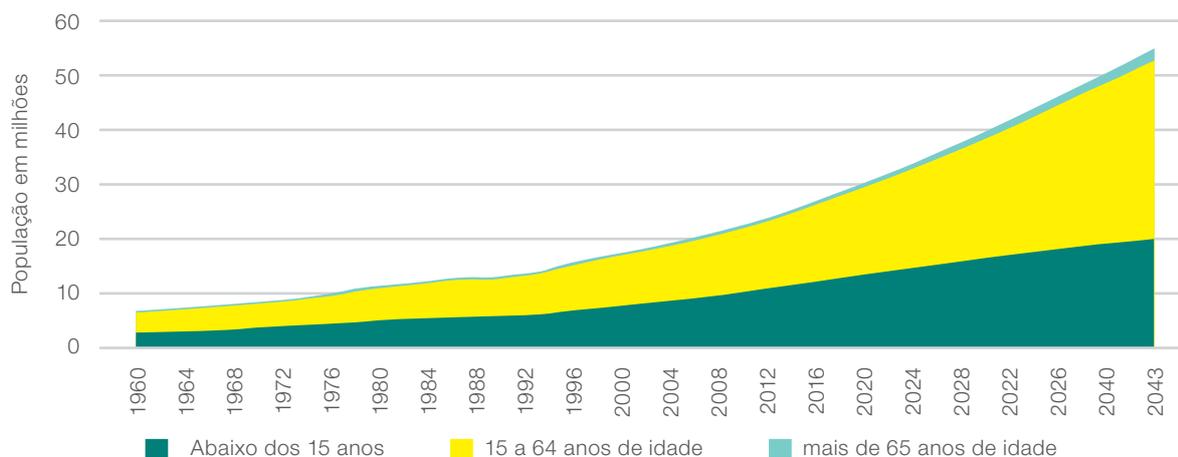


Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do PNUD

As elevadas taxas de fertilidade, aliadas a uma baixa esperança de vida, fizeram com que Moçambique tivesse uma das estruturas etárias mais jovens de África. A idade média era de 16,8 anos em 2021 (os últimos dados disponíveis), a décima terceira mais baixa de África. No entanto, trata-se de um aumento face aos 15,5 anos registados no final da guerra civil em 1992, o que indica uma transição nas estruturas etárias de Moçambique, ainda que lenta. A Trajectória Actual mostra que a idade média em 2043 será provavelmente de 21,8 anos, o que significa que metade da população terá menos de 22 anos. Este envelhecimento gradual da população é mais notório no declínio da população com menos de 15 anos, sendo que se registará um crescimento associado nos grupos etários economicamente activos (Gráfico 12).

33 Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2022–23, Instituto Nacional de Estatística Maputo, Moçambique

Gráfico 12: Estrutura da população em Moçambique, 1960–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do PNUD

Em 2023, cerca de 43% da população moçambicana tinha menos de 15 anos de idade. Este grande grupo de crianças com menos de 15 anos de idade requer um enorme investimento em infra-estruturas de educação e saúde. Tendo em conta a queda esperada nas taxas de fertilidade, em 2043, 35,8% da população terá menos de 15 anos de idade. O aumento da esperança de vida é evidente no crescente grupo da população idosa dependente, a qual deverá aumentar de 2,8% em 2023 para 4,1% em 2043.

O grupo da população em idade activa (entre os 15 e os 64 anos) deverá aumentar de 54% em 2023, para 60% em 2043. Munida da educação e competências adequadas, esta força de trabalho em crescimento pode contribuir para a inovação, o empreendedorismo e a diversificação económica, permitindo que Moçambique aceda a uma potencial janela de oportunidade demográfica até 2050. O dividendo demográfico (ou “prenda demográfica”) pode ser definido como o crescimento económico gerado pela mudança na estrutura demográfica de um país. Geralmente materializa-se quando um país atinge um rácio de pelo menos 1,7 pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos) para cada pessoa dependente [crianças (0–14 anos) e idosos (65+ anos)].³⁴ O rácio era de 1,16 em 2022 e será de 1,5 em 2043 e de 1,7 em 2050.

Quando há menos dependentes para cuidar, libertam-se recursos para efeitos de poupança e investimento e, eventualmente, permite-se que as mulheres, em particular, prossigam carreiras e que as competências e formação por elas adquiridas reforcem a participação da força de trabalho feminina de uma forma que não lhes seria possível se estivessem a cuidar de famílias numerosas.

Os estudos de investigação têm demonstrado que cerca de um terço do crescimento económico durante o milagre económico da Ásia Oriental pode ser atribuído ao grande aumento de trabalhadores e ao número relativamente pequeno de dependentes.³⁵ No entanto, o crescimento

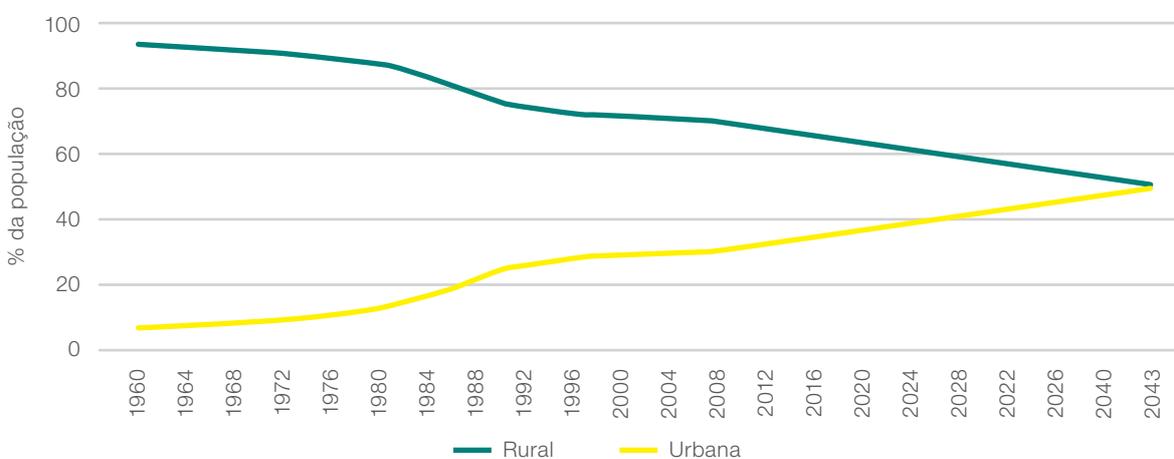
34 Berlin Institute for Population and Development, Demographic dividend, www.berlin-institut.org/en/focus-areas/demographicdividend

35 D Canning, S Raja e AS Yazbeck (eds.), Africa’s demographic transition: Dividend or disaster? Africa Development Forum Series, Washington, DC: World Bank, 2015

da população em idade activa, relativamente aos dependentes, não se traduz automaticamente em rápido crescimento económico, a menos que a força de trabalho adquira as competências necessárias e seja absorvida pelo mercado de trabalho. Actualmente, apenas 58% da população em idade activa em Moçambique está economicamente activa.³⁶

Moçambique tem registado um aumento exponencial de jovens (49%), que, segundo a Trajectória Actual, deverá diminuir ligeiramente para 44,5%, até 2043. Este crescimento notável – definido como a percentagem da população entre os 15 e os 29 anos de idade, face à população com 15 anos ou mais – apresenta uma forte relação com o aumento da violência e da instabilidade sócio-política nos países pobres, particularmente quando as oportunidades de emprego são escassas, a qualidade da educação é baixa e a expressão democrática inibida.

Gráfico 13: Percentagem da população que vive em zonas urbanas e rurais em Moçambique, 1960–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do PNUD

Juntamente com o crescimento da população e as mudanças demográficas estruturais, espera-se que Moçambique assista a uma mudança dramática nas áreas urbanas. Moçambique é um dos países menos urbanizados do mundo, com 61% da sua população a viver em zonas rurais em 2023. Seguindo a Trajectória Actual, espera-se que a transição urbana ganhe impulso, sendo que 49,4% da população passará a viver nas zonas urbanas e 50,6% nas zonas rurais. A urbanização é fundamental para o crescimento económico e o desenvolvimento, uma vez que promove o empreendedorismo e aumenta a produtividade. As cidades em África geram entre 55% e 60% do PIB do continente.³⁷ Apesar de constituírem apenas cerca de 5% da população do país, Maputo é responsável por cerca de 20% do PIB de Moçambique.³⁸ A urbanização pode reduzir a pobreza e proporcionar vários benefícios sociais e económicos quando gerida de forma sustentável.

36 Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2023–2043, República de Moçambique

37 M El Hedi Aroui et al., Effects of Urbanization on Economic Growth and Human Capital Formation in Africa, PGDA Working Paper, Harvard University, 2014

38 UN Habitat, Urban resilience hub, Maputo, <https://urbanresiliencehub.org/city-profile/maputo/>

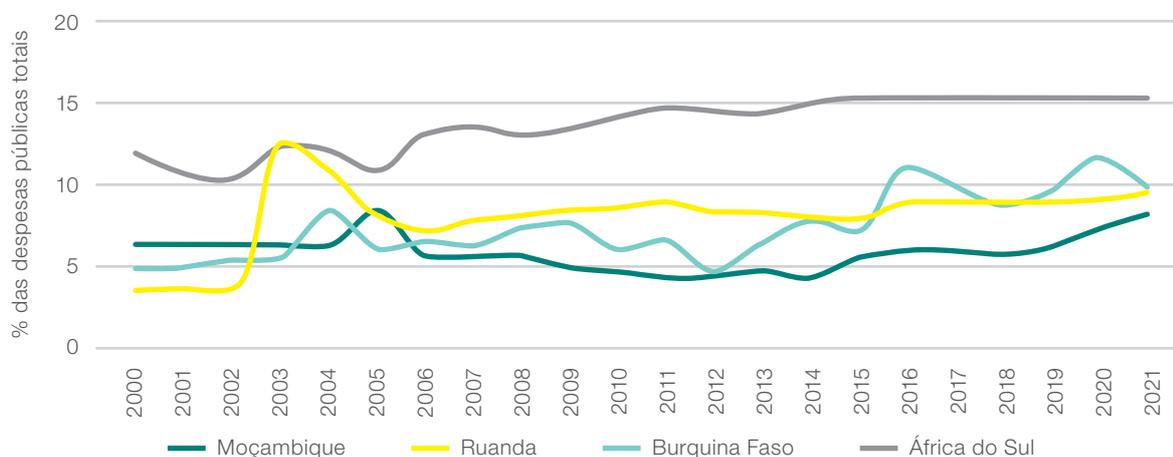
Saúde

Apesar dos esforços para melhorar o sector de saúde pública de Moçambique, este continua a ser um dos sectores com menos recursos do mundo, o que tem afectado negativamente a capacidade do GdM para melhorar os cuidados de saúde da sua população. Consequentemente, Moçambique revela algumas das piores estatísticas de saúde do mundo. Em 2019, em termos de eficiência global da saúde, o país classificou-se em 184º lugar entre 191 Estados membros da Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo registado uma pontuação baixa de 0,26/1,0.³⁹

O país tem um rácio de apenas três médicos por cada 100 000 habitantes, uma proporção que se encontra entre as mais baixas do mundo.⁴⁰ Os sistemas de acompanhamento, motivação e retenção do pessoal são fracos e os prestadores de cuidados de saúde da linha da frente são frequentemente malformados e possuem competências de gestão limitadas. Para os que vivem nas zonas rurais e para os extremamente pobres, mulheres, raparigas adolescentes e crianças, cuidados de saúde de qualidade são muito insatisfatórios e de difícil acesso, expondo as desigualdades do sistema de saúde entre géneros e regiões geográficas.⁴¹

Como mostra o Gráfico 14, Moçambique emprega menos fundos em cuidados de saúde, face aos seus países pares, embora a sua despesa pública em saúde tenha registado uma tendência crescente desde 2014. De acordo com os dados da OMC, em 2021, Moçambique empregou cerca de 8,2% da sua despesa pública total em cuidados de saúde, ligeiramente acima do valor registado em 2020 (7,3%).

Gráfico 14: Despesas públicas no sector da saúde em % das despesas públicas totais, 2000–2021



Fonte: Organização Mundial de Saúde, Repositório de Dados do Observatório Mundial de Saúde

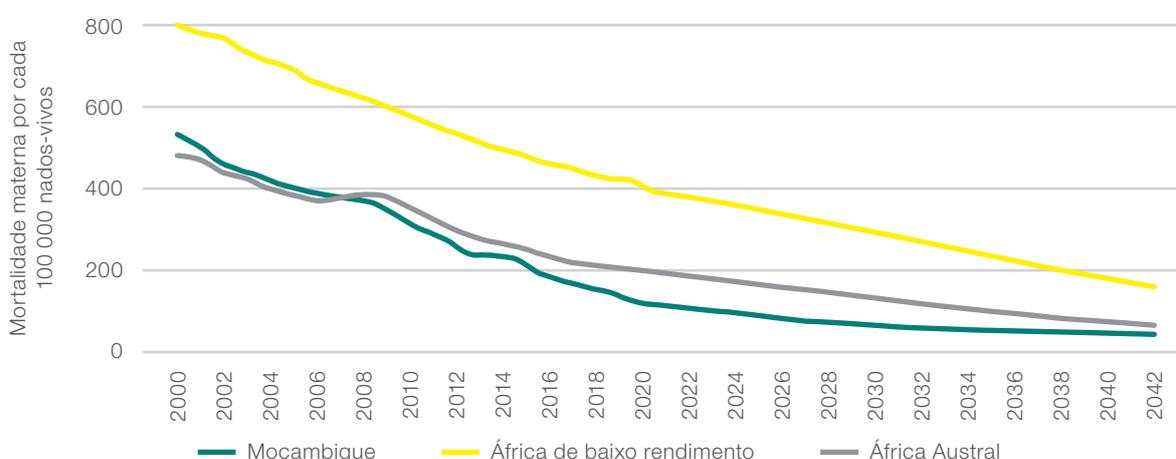
39 USAID, Global Health Mozambique, <https://www.usaid.gov/mozambique/global-health>

40 USAID, Global Health Mozambique, <https://www.usaid.gov/mozambique/global-health>

41 World Bank, Mozambique's health system expands coverage with more frontline community workers, October 2023

A eficiência do sistema de saúde de um país pode ser aferida através de vários indicadores, tais como a mortalidade materna, a mortalidade infantil e a esperança de vida. Moçambique registou progressos significativos na redução das taxas de mortalidade e na melhoria do acesso aos serviços de saúde primários. Evidencia taxas de mortalidade materna mais baixas do que a média dos países africanos de baixo rendimento e dos pares regionais da África Austral, 112 mortes maternas por 100 000 nados-vivos em 2022, em comparação com uma média de 384 mortes maternas por 100 000 nados-vivos na África de baixo rendimento e 190 nos seus pares regionais da África Austral. Até 2030, a meta do ODS referente à mortalidade materna (ODS 3.1) é um rácio de menos de 70 mortes por 100 000, uma meta que será provavelmente alcançável na Trajectória Actual do país, com um rácio de 68,4 mortes por 100 000 nados-vivos em 2030, e 44,9 em 2043.

Gráfico 15: Mortalidade materna, Moçambique e seus pares, história e previsão, 2000–2043

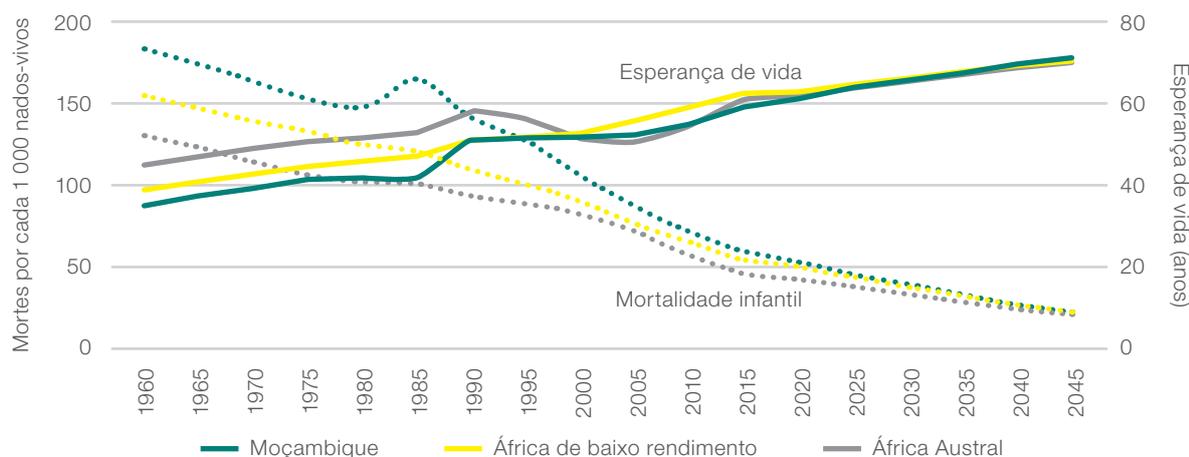


Fonte: Previsões IF, versão 8.14; dados históricos do GBD-Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME)

Embora a esperança de vida de Moçambique tenha melhorado relativamente aos 35 anos registados em 1960, ainda se situa abaixo da média dos seus pares. Registrando um valor de 61,8 anos em 2022, a esperança de vida de Moçambique era cerca de dois anos mais baixa do que a média dos países africanos de baixo rendimento e quase 0,8 anos mais baixa do que a média dos seus pares da África Austral. A esperança de vida irá melhorar ao longo do horizonte de previsão, ultrapassando as médias dos seus pares em 2036. Em 2043, a esperança de vida do país atingirá os 70,7 anos, ou seja, 1,2 anos acima da meta do GdM para o mesmo ano, 0,7 anos acima da média dos países de baixo rendimento e 1,3 anos acima da média dos seus pares regionais.

Em 2022, a mortalidade infantil em Moçambique estava entre as mais altas dos países de baixo rendimento em África, sendo 49,9 mortes por cada 1 000 nados-vivos. A meta do ODS relativa à taxa de mortalidade infantil é inferior a 25 mortes por cada 1 000 nados-vivos até 2030. Com base na Trajectória Actual, Moçambique não está no caminho certo para atingir esta meta, pois terá uma taxa de mortalidade infantil de 39 mortes por 1 000 nados-vivos em 2030 e 23 mortes por 1 000 nados-vivos em 2043, o que se situa significativamente abaixo da meta do GdM, que é de 35 mortes por cada 1 000 nados-vivos (ver Gráfico 16).

Gráfico 16: Esperança de vida e mortalidade infantil, 1960–2043



Fonte: Previsões Ifs, versão 8.14; Dados históricos do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME)

A combinação de uma baixa esperança de vida e de uma elevada mortalidade infantil é frequentemente o resultado de elevados níveis de prevalência de doenças transmissíveis. A taxa de mortalidade por doenças transmissíveis em Moçambique situou-se em cerca de 4,9 por mil, isto é, 23% mais elevada do que a média dos países africanos de baixo rendimento (4,0 por mil) e 18% mais elevada do que a média dos seus pares regionais (4,2 por cada mil) em 2022. A distribuição da taxa de mortalidade por coorte (Gráfico 17) mostra que a maioria das mortes prematuras em Moçambique ocorre nas fases iniciais da vida e está fortemente inclinada para as doenças transmissíveis. Mesmo nos grupos de idade activa, as mortes por doenças transmissíveis dominam. A SIDA é, de longe, o maior fardo nas coortes dos 30 aos 44 e dos 45 aos 59 anos de idade.

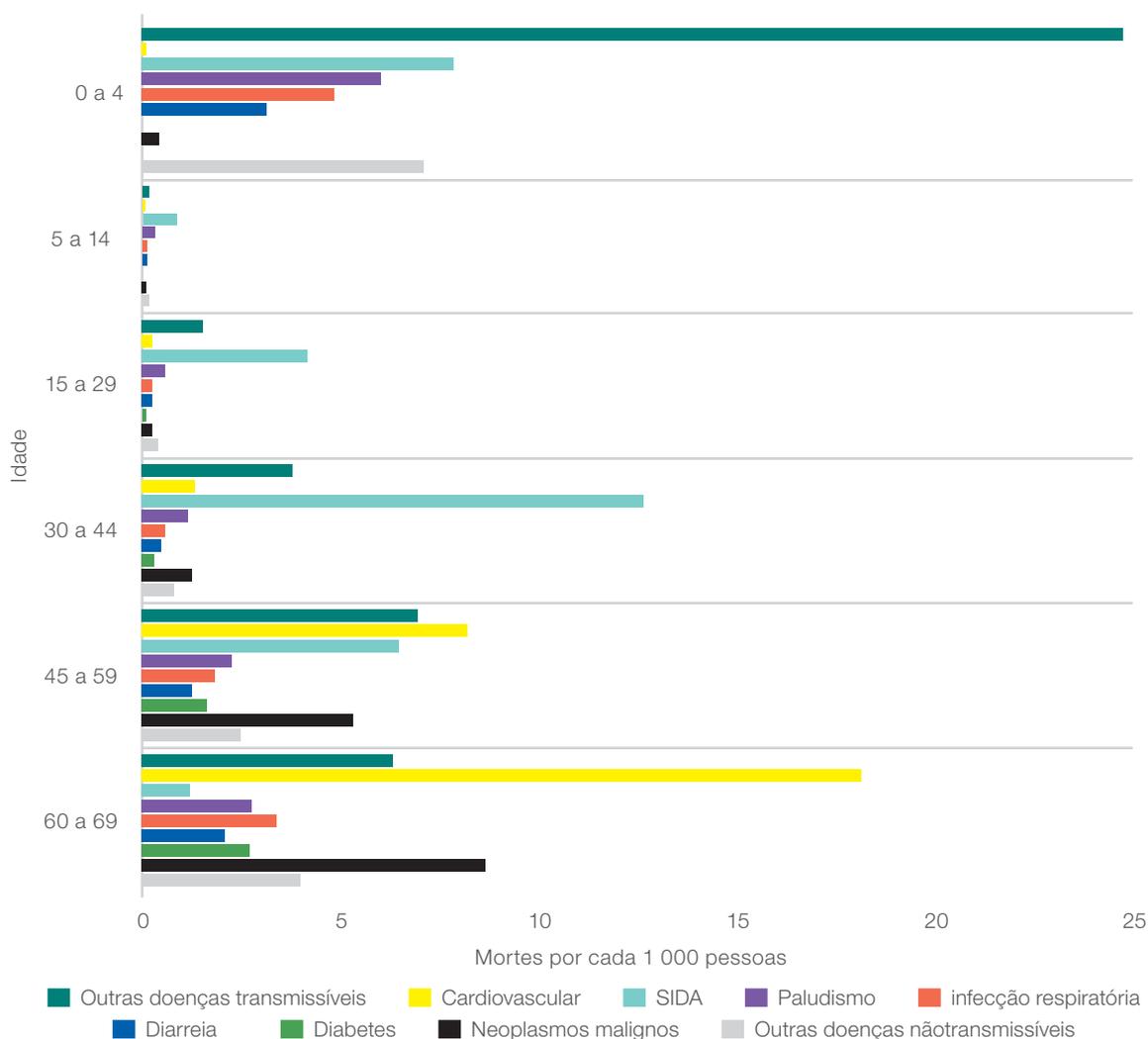
Grande parte do peso das doenças transmissíveis nos bebés e nas crianças de 1 a 4 anos resulta da falta de infra-estruturas sanitárias. A utilização de fontes de combustível tradicionais (i.e., carvão, estrume animal) é um factor essencial da pneumonia infantil e de outras infecções respiratórias. A falta de instalações de saúde para testes e tratamentos da malária e a baixa utilização de redes mosquiteiras contribuem para o elevado fardo da malária em Moçambique.⁴² Entretanto, o fraco acesso à água e ao saneamento é um dos principais factores de mortalidade por doenças transmissíveis (como a diarreia) em crianças com menos de cinco anos de idade. Esta elevada prevalência de doenças transmissíveis em crianças com menos de cinco anos pode também conduzir à subnutrição e ao crescimento retardado.

A prevalência da desnutrição manteve-se elevada em Moçambique, sendo que a mesma tem provocado uma taxa de 38% em termos de crescimento retardado e 6% de emaciação aguda entre as crianças com menos de cinco anos de idade.⁴³ Cerca de 209 250 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses, sofrem de desnutrição aguda e 72 199 casos de desnutrição aguda em

42 WHO, Mozambique Health topics – Malaria, <https://www.afro.who.int/countries/44/health-topics>

43 USAID Advancing Nutrition Mozambique Final Report 2019–2023, <https://www.advancingnutrition.org/resources/usa-id-advancing-nutrition-mozambique-final-report>

Gráfico 17: Taxas de mortalidade por coorte, Moçambique, 2022



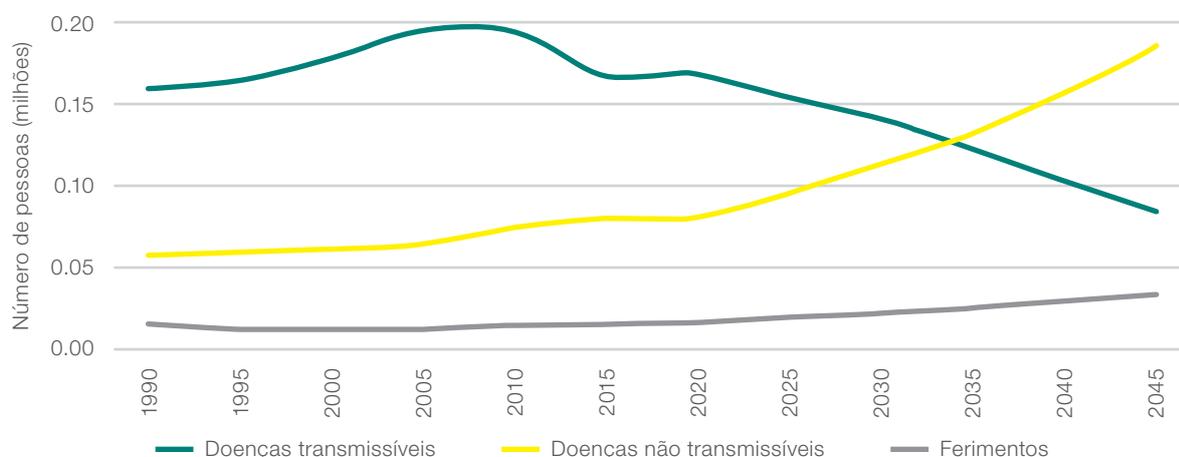
Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos da OMS

mulheres grávidas (ou lactantes) foram registados entre Maio de 2023 e Março de 2024.⁴⁴ Com base na Trajectória Actual, a taxa de atraso de crescimento das crianças com menos de cinco anos de idade diminuirá para 24% até 2043, cerca de 13,8 pontos percentuais acima da taxa prevista pelo GdM, com respeito ao mesmo ano na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023–2043).

Embora Moçambique tenha tido um peso e um pico relativamente mais baixos de VIH/SIDA entre os anos 90 e 2000, as taxas de prevalência e de mortalidade do país diminuíram muito mais lentamente do que a maioria dos seus pares. Entre 2009 e 2012, a taxa de mortalidade por SIDA em Moçambique estagnou em cerca de 0,4% da população e diminuiu significativamente depois disso, atingindo 0,2% em 2022. A redução da taxa de mortalidade por SIDA atingirá os 0,05% em 2043, ficando assim atrás da maioria dos seus pares regionais, e as taxas de mortalidade de Moçambique ficarão atrás apenas do Lesoto, da África do Sul e de Eswatini.

44 IPC Mozambique Acute Food insecurity Malnutrition , May 2023 -March 2024 report, https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Mozambique_Acute_Food_Insecurity_Malnutrition_May_2023_March_2024_report.pdf

Gráfico 18: Distribuição da mortalidade pelas principais categorias da Classificação Internacional de Doenças (CID), 1990–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do GBD-Institute for Health Metrics & Evaluation (IHME)

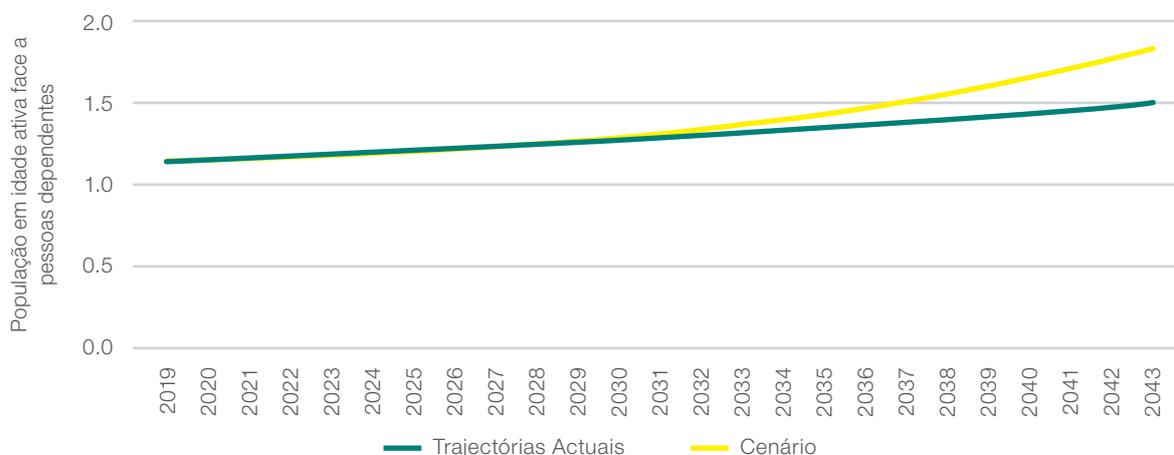
Na coorte de nascimento mais idoso (60–69 anos), o fardo da doença muda para doenças não transmissíveis, tais como doenças cardiovasculares, diabetes e cancro. Moçambique irá experimentar a sua transição epidemiológica – um ponto em que as taxas de mortalidade por doenças não transmissíveis excedam as das doenças transmissíveis – em 2034 (Gráfico 18). Será cerca de quatro anos mais tarde do que a média dos países africanos de baixo rendimento. Este facto tem implicações para o sistema de saúde de Moçambique, que terá de investir nas capacidades para lidar com esta dupla carga de doenças.

Cenário Demográfico e Saúde

O cenário Demografia e Saúde tem por objectivo melhorar a saúde e aumentar a dimensão do dividendo demográfico. Consiste em reduções razoáveis, mas ambiciosas, na mortalidade infantil e materna, no aumento do acesso à contracepção moderna e em reduções na taxa de mortalidade associada a doenças transmissíveis (por exemplo, SIDA, diarreia, malária e infecções respiratórias) e a doenças não transmissíveis (por exemplo, diabetes), bem como em melhorias no acesso à água potável e a um melhor saneamento.

No cenário Demografia e Saúde, cerca de 73% das mulheres férteis em Moçambique utilizarão meios de contracepção moderna até 2043, ligeiramente abaixo da do Ruanda (89,3%) e da do Malawi (82,4%) no mesmo ano. O crescimento da população diminuirá para uma taxa de 1,3%, em comparação com os 2% na Trajectória Actual, e em linha com a meta do GdM para 2043. Como resultado, Moçambique está a seguir uma senda demográfica diferente, onde converge com a média dos seus pares de rendimento africanos até 2043. A mortalidade infantil diminuirá para 13 mortes por cada 1 000 nados-vivos, enquanto a taxa de fertilidade diminuirá para 2,1 nascimentos por mulher até 2043. Se o cenário Demografia e Saúde for implementado, Moçambique poderá acelerar a sua transição demográfica para colher o dividendo demográfico até 2041 (Gráfico 19), dez anos mais tarde do que na Trajectória Actual. Geralmente, o dividendo demográfico materializa-se quando um país atinge um rácio de pelo menos 1,7 pessoas em idade activa para cada dependente.

Gráfico 19: Dividendo demográfico na trajectória actual e no cenário demográfico e saúde, 2019–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do GBD-Institute for Health Metrics & Evaluation (IHME)

Neste cenário, Moçambique beneficia do crescimento económico e da redução da pobreza. O PIB à taxa de câmbio de mercado (TCM) ultrapassa o da Trajectória Actual em US\$ 160 milhões em 2043, enquanto o PIB per capita (PPC) é cerca de US\$ 106 superior, para o mesmo ano, ao da Trajectória Actual. Neste cenário, há menos 2,7 milhões de moçambicanos a viverem em pobreza extrema (menos de US\$ 2,15 por dia) em 2043, o que equivale a uma taxa de pobreza de 42,8% em vez de 44,9% no mesmo ano, no âmbito da Trajectória Actual. Este conjunto de intervenções mostra que o controlo do crescimento populacional e o investimento na saúde podem melhorar o desenvolvimento económico e humano em Moçambique.

Educação em Moçambique

O sistema educativo colonial português em Moçambique tinha uma estrutura dupla distinta. O seu objectivo era o de proporcionar competências básicas à maioria da população africana, ao mesmo tempo que oferecia uma educação liberal e técnica à comunidade de colonos e a uma pequena fracção de africanos.⁴⁵ A grande maioria dos estudantes – mais de quatro quintos – estava limitada à educação básica neste quadro colonial. O ensino público, apoiado pelo Estado e pela Igreja Católica Romana, era predominante, embora existissem também opções privadas, principalmente ligadas a instituições religiosas. A literacia em português, a principal língua de ensino, era limitada entre a população africana na altura da independência.⁴⁶

A introdução do Sistema Nacional de Educação, no início da década de 1980, tinha como objectivo melhorar a literacia e as competências técnicas em todos os grupos etários, abrangendo tanto estudantes a tempo parcial como a tempo inteiro. A nacionalização dos estabelecimentos de ensino privados e religiosos facilitou a reestruturação e a consolidação do sistema de ensino. Apesar da rápida expansão, o Estado teve dificuldade em satisfazer a procura crescente em

45 Britannica, <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Education>

46 Britannica, <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Education>

matéria de educação. As matrículas no ensino primário aumentaram de 643 000 em 1973 para cerca de 1,5 milhões em 1979, mas diminuíram na década de 1980 devido à destruição de escolas pelos insurrectos da Renamo.⁴⁷ A guerra civil destruiu infra-estruturas críticas, incluindo escolas, e impediu uma educação significativa para a maioria da geração mais velha de moçambicanos.

Apenas cerca de 63% da população adulta era alfabetizada em 2022, o que era cerca de 22 pontos percentuais inferior à média da África Austral, enquanto em 2022 apenas 31% da população adulta (15+ anos) tinha completado o ensino primário e cerca de 8,1% tinha completado o ensino secundário em 2022.

O actual sistema de ensino em Moçambique é semelhante ao de outros países da região, sendo que a escolaridade consta de três níveis, começando pelo ensino primário e terminando no ensino superior. Em 2018, a Lei do Sistema Nacional de Educação de Moçambique foi revista, estabelecendo-se uma nova estrutura no sector e ampliando-se a escolaridade obrigatória (e gratuita) de sete para nove anos. A duração dos ciclos de ensino foi reestruturada, reduzindo o ensino primário de sete para seis anos e aumentando o ensino secundário de cinco para seis anos. A lei reconhece, pela primeira vez, o nível pré-escolar como um subsector da educação, embora não seja um requisito para entrar no ensino primário. Estas alterações, bem como o aumento do investimento e o empenhamento do Governo em manter as despesas com a educação a um nível elevado, permitiram realizar progressos. No entanto, o sistema continua a ser afectado por problemas de eficácia e a existência de um estrangulamento significativo entre o ensino primário e o ensino secundário inferior limita os resultados da aprendizagem escolar.

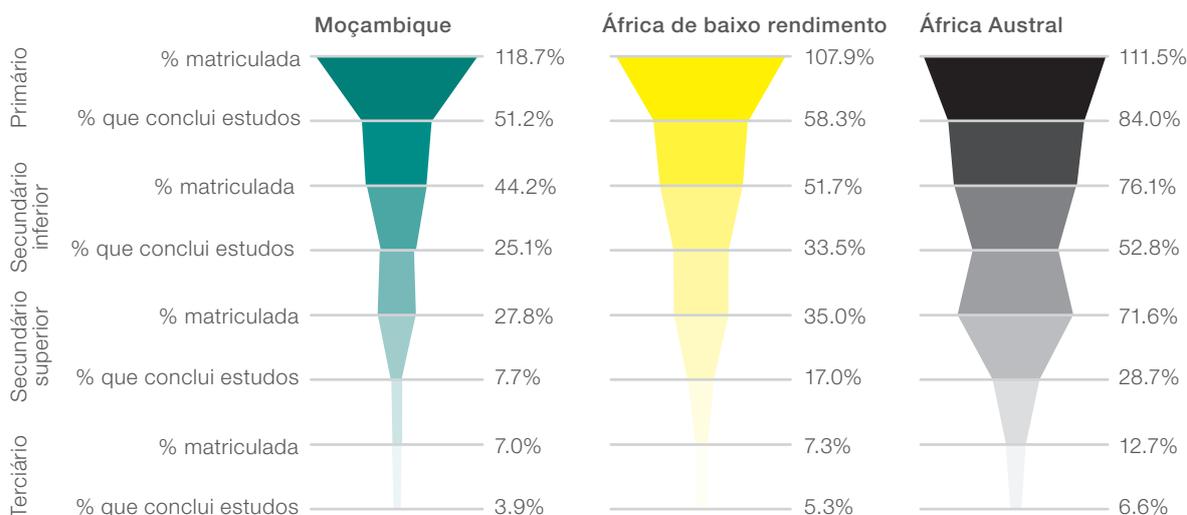
O GdM fez progressos significativos na matrícula de alunos no ensino primário, aumentando a taxa de matrícula em mais de 70% entre 1998 e 2018. Como resultado, Moçambique tem uma taxa de matrícula no ensino primário mais elevada do que os seus pares (Gráfico 20), uma vez que o ensino primário é gratuito e obrigatório em Moçambique, mas barreiras como o custo dos materiais escolares, a desnutrição pré-escolar, os papéis de género e as infra-estruturas de transporte limitam a capacidade dos alunos de acederem e permanecerem na escola. Em 2022, a taxa bruta de matrícula no ensino primário em Moçambique era de 118,7%. Normalmente, taxas brutas de matrícula superiores a 100% reflectem a presença de alunos que não se encontram na faixa etária dos níveis de ensino que frequentam.

Embora a taxa de matrícula no ensino primário seja mais elevada, o capital humano de Moçambique continua a ser muito baixo, uma vez que a taxa de conclusão é extremamente baixa. A percentagem de alunos matriculados no ensino primário, que chegaram à última classe do ensino primário, foi de apenas 51,2%. Assim, embora muitas crianças moçambicanas entrem no ensino primário, apenas cerca de metade chegam ao fim do ensino primário.

Existe um estrangulamento significativo na transição entre o ensino secundário inferior e o ensino secundário superior. Apenas 25,1% dos alunos que entram no ensino secundário inferior o concluem. E apenas 27,8% dos alunos que concluem o ensino secundário inferior passam para

47 Britannica, <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Education>

Gráfico 20: Taxas de fluxo da educação, Moçambique, 2022



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do Instituto de Estatística da UNESCO

o ensino secundário superior. Isto significa que o já pequeno número de alunos que conseguem passar pelo ensino primário se torna ainda mais pequeno ao longo do percurso. O resultado é que muito poucos alunos conseguem chegar ao ensino secundário superior. Estes resultados escolares inferiores no ensino secundário são alguns dos principais factores responsáveis pelos resultados escolares inferiores nos níveis terciários, que impedem o progresso na redução da pobreza e da desigualdade.

O nível médio de escolaridade dos adultos (15+ anos de idade) é um bom indicador do stock de capital humano num país, mas Moçambique tem um dos mais baixos do mundo – em 2022 era de 3,9 anos. No mesmo ano, Moçambique classificou-se em 47º lugar em África (entre 54 países) e em 179º lugar a nível mundial (entre 186 países).

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD),⁴⁸ a baixa qualidade da mão de obra continua a ser um problema significativo, tanto para os empregadores, que não conseguem contratar trabalhadores qualificados, como para a promoção de uma cultura de empreendedorismo. O baixo nível de educação levou algumas empresas estrangeiras a importarem mão de obra. Recentemente, o Governo aumentou a quota máxima de emprego de trabalhadores estrangeiros, em percentagem da mão de obra, de 10% para 15% para as empresas com um máximo de 10 trabalhadores, e de 8% para 10% para as empresas com 11–30 trabalhadores. A quota permanece inalterada em 8% para as empresas com 31–100 trabalhadores e em 5% para as empresas com mais de 100 trabalhadores.⁴⁹ Ultimamente, o GdM tem vindo a oferecer bolsas de estudo aos seus cidadãos para estudarem no estrangeiro – para adquirirem as competências necessárias, especialmente no sector extractivo.

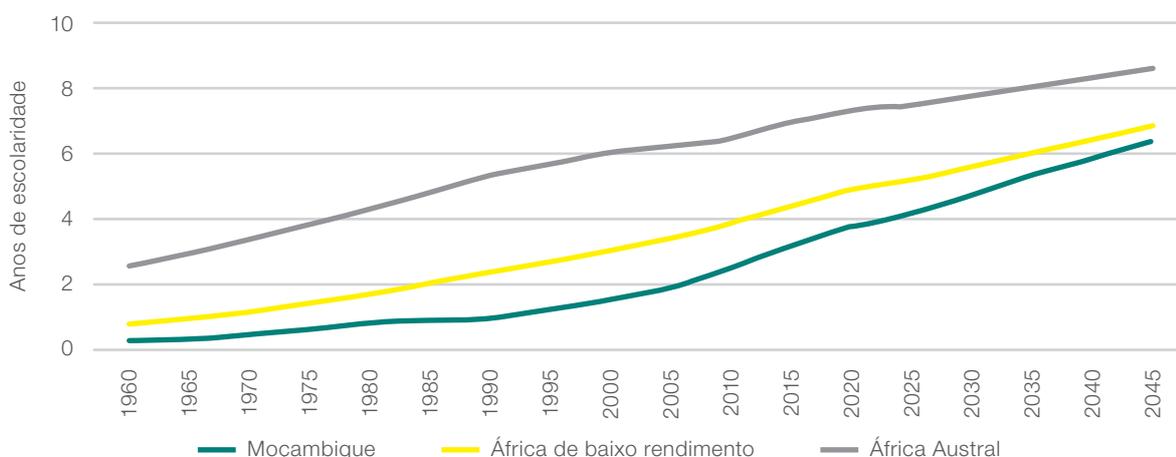
48 AfDB, African Economic Outlook – Mozambique Country Note, 2012, <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique>

49 Global news Briefs, Mozambique: New Labour code comes into force, February 2024, [https://www.wtco.com/en-gb/insights/2024/02/mozambique-new-labor-code-comes-into-force#:~:text=The%20maximum%20quota%20for%20employing,30%20employees%20\(previously%208%25\)](https://www.wtco.com/en-gb/insights/2024/02/mozambique-new-labor-code-comes-into-force#:~:text=The%20maximum%20quota%20for%20employing,30%20employees%20(previously%208%25))

A inadequação de competências é predominante em Moçambique. Em 2008, entre 43% e 8% dos empregados não tinham qualificações suficientes para o cargo que ocupavam,⁵⁰ apesar de o mercado de trabalho necessitar de mão de obra relativamente pouco qualificada. A grave falta de mão de obra qualificada não se refere apenas a cargos de gestão, mas também a profissionais qualificados, como engenheiros, técnicos especializados e contabilistas. Algumas empresas importam frequentemente mão de obra qualificada.⁵¹ A falta de mão de obra qualificada suficiente constitui, por conseguinte, um desafio importante para a transferência da mão de obra do trabalho informal e rural, pouco remunerado e pouco produtivo, para os sectores formais mais produtivos.

A Trajectória Actual prevê que as taxas de matrícula e de conclusão do ensino primário e do ensino secundário aumentem ao longo do tempo. A taxa de conclusão do ensino primário aumentará para 84,6% e a taxa de matrícula no ensino secundário inferior para 65,3% até 2043. A taxa de conclusão do ensino primário dos adultos (15+ anos) aumentará para 57,4% e 14,8% dos adultos concluirão o ensino secundário. A média de anos de escolaridade (para adultos com mais de 15 anos) aumentará para 6,2 anos, cerca de 0,3 anos abaixo da meta do GdM de 6,5 anos em 2043, enquanto o analfabetismo será reduzido para 18,8% – cerca de 4,4 pontos percentuais abaixo da meta do GdM até 2043. Os resultados e benefícios da melhoria da educação demoram décadas a manifestarem-se e quanto mais crianças Moçambique conseguir colocar na escola primária e no ensino secundário agora, melhor.

Gráfico 21: Anos de escolaridade (escolaridade média 15+ anos), historial e previsões



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do UIS

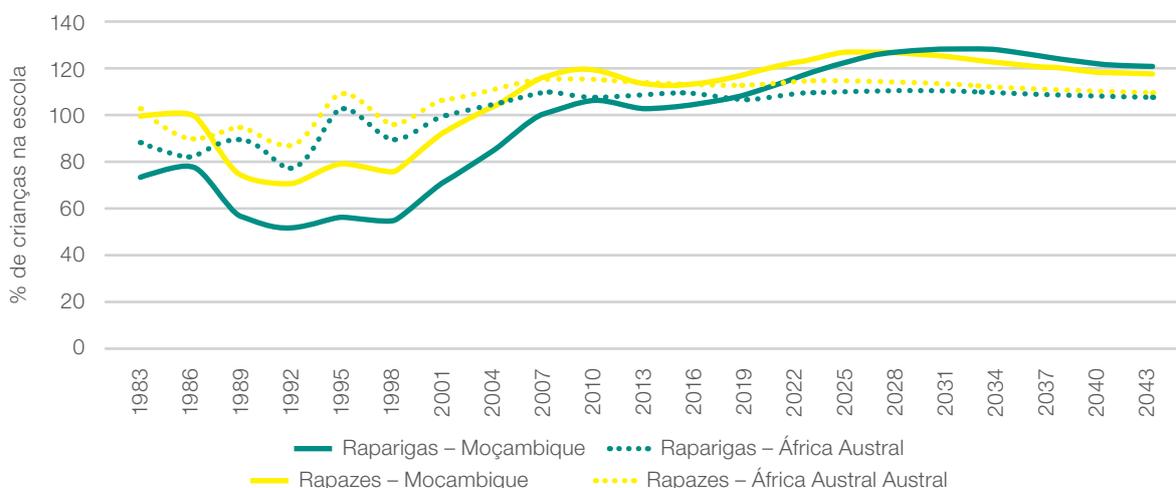
Em Moçambique, existe uma grande lacuna entre as matrículas e os resultados escolares dos alunos e das alunas, sendo a taxa de alunas analfabetas mais elevada do que a dos alunos. Embora Moçambique tenha recentemente acelerado os seus esforços para reduzir este fosso, as raparigas continuam a estar matriculadas e a concluir a escola a uma taxa muito inferior à dos rapazes (Gráficos 22, 23 e 24).

50 Global news Briefs, Mozambique: New Labour code comes into force, February 2024, [https://www.wtco.com/en-gb/insights/2024/02/mozambique-new-labor-code-comes-into-force#:~:text=The%20maximum%20quota%20for%20employing,30%20employees%20\(previously%208%25\)](https://www.wtco.com/en-gb/insights/2024/02/mozambique-new-labor-code-comes-into-force#:~:text=The%20maximum%20quota%20for%20employing,30%20employees%20(previously%208%25))

51 Danish Trade Union Development Agency, Mozambique Labour Market Profile 2017, https://www.ulandssekretariatet.dk/wp-content/uploads/2020/03/Mozambique_imp_2017.pdf

A paridade de género na educação é vista como um primeiro passo para o objectivo final da igualdade de género.⁵² A educação das raparigas tem tido um impacto positivo na economia: por exemplo, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),⁵³ o rendimento das colheitas em alguns países africanos aumentaria pelo menos 25% se todas as mulheres agricultoras tivessem completado, pelo menos, o ensino primário. Noutro estudo, algumas economias que não têm equidade de género na educação sofreriam uma redução de 0,1–0,3% nas taxas de crescimento do PIB per capita.⁵⁴ O aumento das taxas de escolarização das raparigas, tende a aumentar simultaneamente as taxas de escolarização dos rapazes, embora o inverso nem sempre seja verdade.⁵⁵

Gráfico 22: Disparidade de género – taxa bruta de matrícula no ensino primário, 1983–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do UIS

A taxa de conclusão do ensino primário é baixa no caso das estudantes em Moçambique, sendo que 55% das estudantes não concluíram o ensino primário, em 2022. Em 2028, a taxa bruta de escolarização das raparigas ultrapassará a dos rapazes. Em geral, as matrículas no ensino secundário e superior são muito mais baixas em Moçambique do que nos seus pares regionais, apesar de se registar naquele país uma tendência ascendente tanto para os homens como para as mulheres.

Os benefícios económicos da educação das raparigas e das mulheres incluem a diminuição da mortalidade infantil, a redução das taxas de mortalidade por HIV/SIDA, o aumento do uso de contraceptivos e a redução dos casamentos prematuros. Os casamentos precoces das raparigas colocam obstáculos à persistência das alunas no último ano do ensino primário. A redução destes obstáculos e a garantia de que as estudantes permaneçam no ensino primário e recebam um ensino de qualidade contribuirão para aumentar as taxas de conclusão do ensino primário e os resultados

52 Kouassi Yeboua e Jakkie Cilliers, Gender, <https://futures.issafrica.org/thematic/16-gender/>

53 United Nations Children's Fund (UNICEF), State of the World's Children: Women and children, The double dividend of gender equality

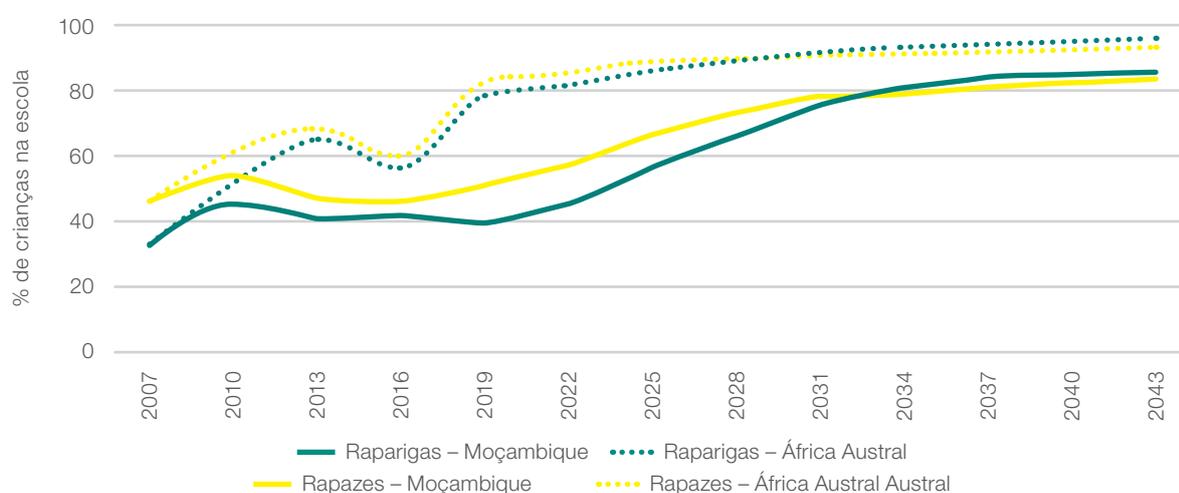
54 Dina Abu-Ghaida e Stephan Klasen, The costs of missing the Millennium Development Goal on gender equality, <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X04000622>

55 UNICEF, Progress for children: A report card on gender parity and primary education

escolares globais. A disparidade entre os géneros diminuirá com o tempo e tenderá a favorecer o sexo feminino, à medida que a sensibilização e a utilização dos contraceptivos aumentarem.

Em 2021, o nível médio de escolaridade (com mais de 15 anos) era de 4,4 anos para os alunos e de 3,3 anos para as alunas. Mais uma vez, o problema tem origem na matrícula e conclusão do ensino primário; apenas 26,5% das alunas matriculadas chegam ao último ano (36,1% para os alunos) e apenas 6,3% das alunas concluem o ensino secundário (9,7% no caso dos alunos). Em 2021, o nível médio de escolaridade (com mais de 15 anos) era de 4,4 anos para os alunos e de 3,3 anos para as alunas. Mais uma vez, o problema tem origem na matrícula e conclusão do ensino primário; apenas 26,5% das mulheres matriculadas chegam ao último ano (36,1% para os homens) e apenas 6,3% das mulheres concluem o ensino secundário (9,7% para os homens).

Gráfico 23: Disparidade de género – Conclusão do ensino primário, 2007–2043



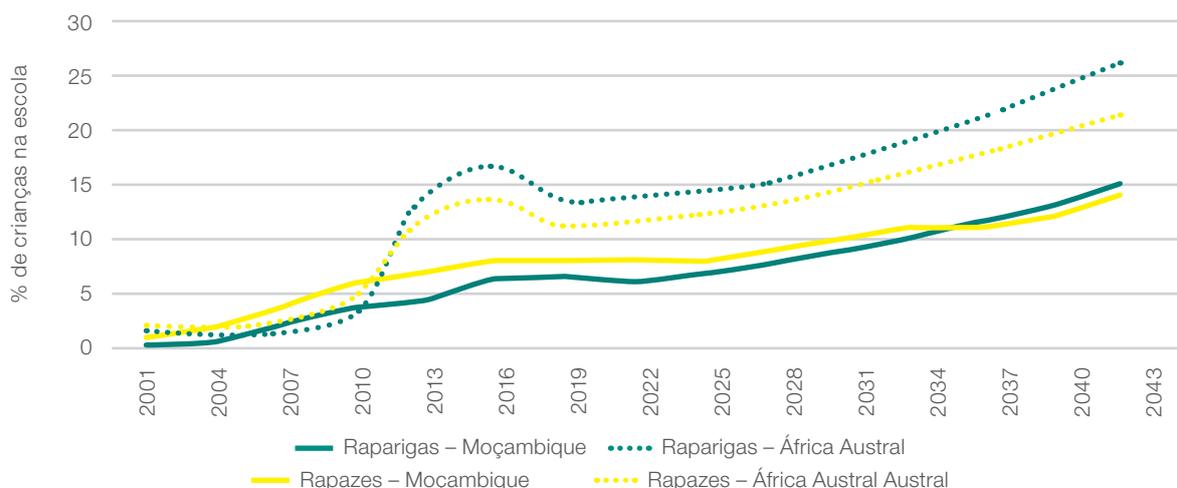
Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos do UIS

Consequentemente, Moçambique classificou-se em 37º lugar em África em termos de paridade de género e teve a segunda pontuação de paridade de género mais baixa (depois de Angola) de qualquer um dos seus pares regionais em 2021. Embora a diferença de género melhore até 2043, Moçambique continuará a ter uma das pontuações mais baixas de paridade de género em comparação com os seus pares nesse ano. Embora a educação feminina seja importante por uma miríade de razões, existe uma ligação fundamental entre o ensino secundário feminino e as taxas de fertilidade mais baixas.

A qualidade do ensino em Moçambique é baixa. Levar mais crianças à escola é essencial, mas garantir que elas realmente aprendem é mais importante. Muitos estudos empíricos relatam que a qualidade da educação tem um impacto maior no crescimento económico do que a sua quantidade. A qualidade da educação é normalmente monitorizada usando os resultados dos testes harmonizados. De acordo com o relatório do Projecto de Capital Humano do Banco Mundial de 2020, os estudantes em Moçambique registam uma pontuação de 368 numa escala em que 625 representa um nível avançado e 300 representa um nível mínimo.⁵⁶

56 World Bank, Human Capital Index 2020 – Mozambique, https://databankfiles.worldbank.org/public/ddpext_download/hci/HCI_2pager_MOZ.pdf

Gráfico 24: Disparidade de género – Matrículas no ensino superior, 2001–2043



Source: IFs version 8.14, historical data from UNESCO

Cenário da educação

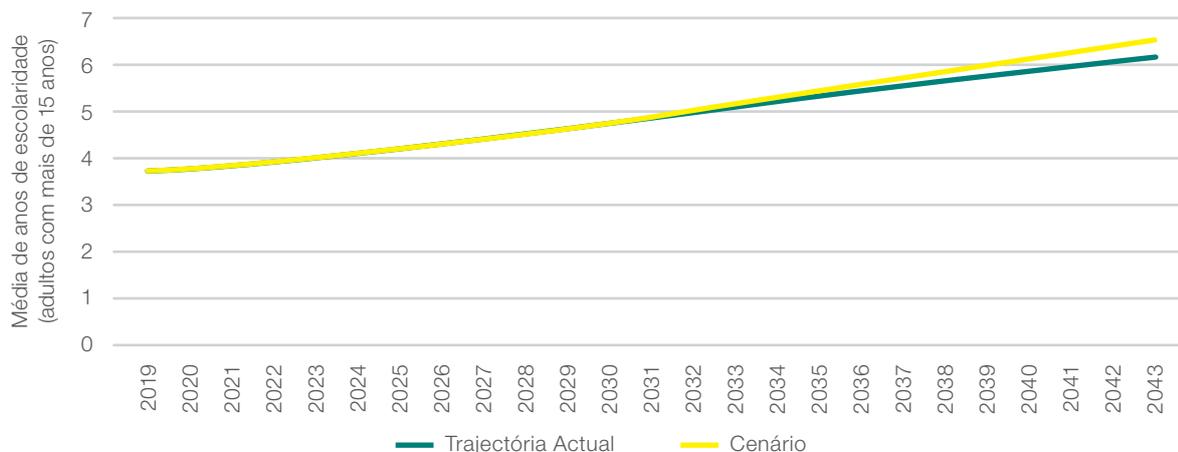
Apesar de o Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique⁵⁷ ter demonstrado que a escassez de capital humano não constitui um desafio imediato para o crescimento em Moçambique, se não se envidarem esforços para aumentar a quantidade e a qualidade da educação, tal lacuna comprometerá o crescimento económico a longo prazo, à medida que a complexidade económica for aumentando.

No cenário da Educação, partimos da premissa de que o Estado tem reconhecido a importância da formação do capital humano para o bem-estar social e económico do país e, portanto, tem tomado medidas arrojadas para melhorar os resultados educacionais no país. Por estas razões, este cenário representa melhorias razoáveis, mas ambiciosas, nas vertentes quantitativas e qualitativas da educação moçambicana. Ele melhora as taxas de admissão, transição e conclusão dos níveis primário, secundário e terciário. Também representa progressos substanciais no sentido: da paridade de género a todos os níveis; da formação profissional adicional ao nível do ensino secundário; de aumentar a percentagem de licenciados em ciências e engenharia capazes de fornecerem mão de obra qualificada à economia. Por último, as intervenções centram-se na qualidade do ensino e são modeladas melhorias razoáveis da qualidade através de um melhor rácio professor qualificado/aluno.

O cenário da Educação aumenta o nível médio global das habilitações literárias (no caso de adultos com mais de 15 anos) para 6,5 anos até 2043 (em comparação com cerca de 6,2 anos na Trajectória Actual), o que está em conformidade com a meta estabelecida pelo GdM. O cenário aumenta a conclusão do ensino primário para 95,2% até 2043, em comparação com os 84,6% no âmbito da Trajectória Actual. Consequentemente, cerca de 61,9% dos adultos (com mais de 15 anos) terão concluído o ensino primário até 2043. O cenário da Educação também aumenta

57 Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique

Gráfico 25: Média de anos de escolaridade (adultos com mais de 15 anos): Trajectória Actual vs. Cenário da Educação 2019–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos da UNESCO

o número de estudantes que se matriculam e concluem o ensino secundário. Em 2043, cerca de 94% dos estudantes adequados à idade matricular-se-ão no ensino secundário (em comparação com 41% na Trajectória Actual), e 49% dos estudantes concluirão o ensino secundário inferior (em comparação com os 41% na Trajectória Actual) e 29% o ensino secundário superior, em comparação com os 27% na Trajectória Actual. A taxa de alfabetização dos adultos aumenta para 83,2%, ou seja, cerca de 2 pontos percentuais acima do previsto na Trajectória Actual.

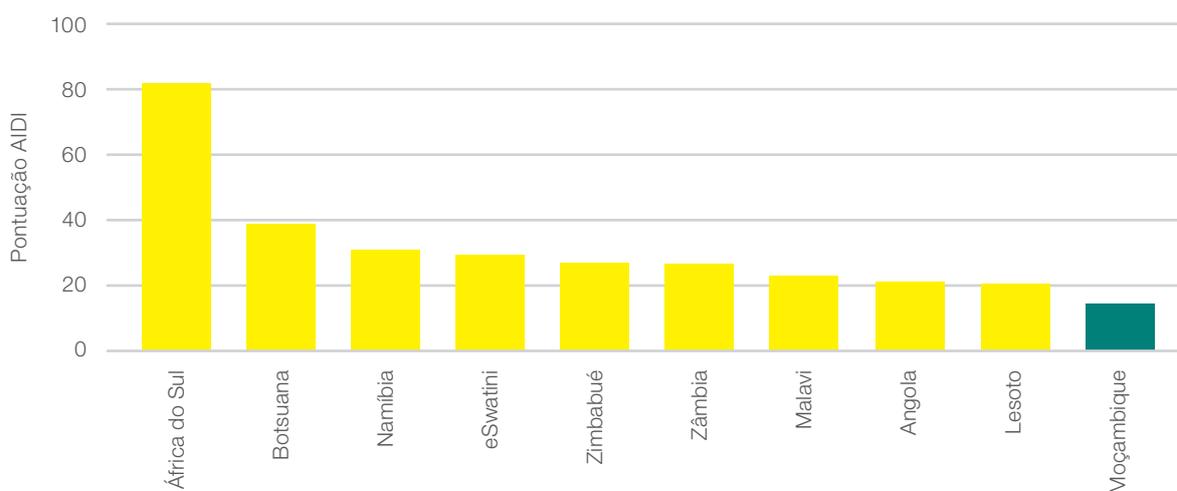
Neste cenário, o PIB de Moçambique ultrapassa o da Trajectória Actual em US\$ 1,65 mil milhões em 2043, enquanto o PIB per capita (PPC) é cerca de US\$ 54 dólares superior ao valor registado na Trajectória Actual nesse mesmo ano. Neste cenário, há cerca de 1,3 milhões de moçambicanos a menos a viverem em pobreza extrema (< US\$ 2,15 por dia) em 2043, o que equivale a uma taxa de pobreza de 42,6%, face aos 44,9% da Trajectória Actual no mesmo ano.

A educação é um dos principais factores de aceleração do crescimento e do desenvolvimento de base alargada de um país. É vital para a criação de riqueza inclusiva, uma vez que melhora as perspectivas de emprego e de rendimento do segmento pobre da sociedade. Os benefícios do investimento na educação em termos de crescimento e de redução da pobreza levam tempo a concretizar-se, uma vez que afectam a produtividade do trabalho com um longo desfasamento temporal. O impacto da educação no crescimento e na redução da pobreza depende também do facto de as competências estarem a ser aproveitadas através do emprego.

Infra-Estruturas em Moçambique

As infra-estruturas são geralmente deficientes em Moçambique, o que limita o crescimento e a diversificação da economia. O desenvolvimento de infra-estruturas acarreta benefícios generalizados para a produtividade e o bem-estar humano e tem muitos vínculos directos à redução da pobreza e da desigualdade.

Gráfico 26: Desenvolvimento de infra-estruturas nos países da África Austral, 2022



Fonte: Dados extraídos do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento

O facto de a maioria dos moçambicanos residir em zonas rurais complica a disponibilização de infra-estruturas, uma vez que é geralmente muito mais rentável e fácil fornecer infra-estruturas a pessoas em zonas urbanas do que em zonas rurais remotas. Em 2022, Moçambique ocupava a 44ª posição entre 54 países africanos e a mais baixa na região da África Austral no Índice Africano de Desenvolvimento de Infra-estruturas (AIDI), com um índice de 13,7/100.⁵⁸ O AIDI é desenvolvido pelo Banco Africano de Desenvolvimento e é constituído por quatro índices compostos para electricidade, transportes, TIC e água e saneamento.

Água, saneamento e higiene

A melhoria das infra-estruturas de água e saneamento melhora o stock de capital humano num país, através do seu impacto positivo nos resultados de saúde. Um melhor abastecimento de água potável e um melhor saneamento ajudarão a prevenir a propagação de doenças transmissíveis, a principal causa de morbilidade e mortalidade em Moçambique. Água, Saneamento e Higiene (WaSH, na sigla inglesa) representa um problema em Moçambique, devido ao número decrescente de fontes naturais de água, à grande quantidade de recursos hídricos contaminados e à falta de instalações sanitárias adequadas. Estes obstáculos resultam em doenças transmitidas pela água, água potável insegura, agricultura repleta de bactérias e muitos outros desafios. Mais de metade do país vive sem água potável e três em cada quatro pessoas não dispõem de uma casa de banho decente.⁵⁹

Em 2022, 73,2% dos moçambicanos tinham acesso a água potável (valor que em 2002 era de 30,4%), enquanto as médias para a África de baixo rendimento e para os países de baixo rendimento, a nível global, eram de 74,6% e 76,9%, respectivamente. Por outras palavras, o número absoluto de pessoas com acesso a fontes de água potável aumentou de cerca de 5,7 milhões em 2002 para 24,1 milhões

58 African Development Bank Group, Africa Infrastructure Development Index (AIDI), 2022, <https://infrastructureafrica.opendataforafrica.org/pbuerhd/africa-infrastructure-development-index-aidi-2022>

59 WaterAid, Mozambique, <https://www.wateraid.org/us/where-we-work/mozambique#:~:text=Over%20half%20of%20the%20country,commitments%20and%20plans%20a%20reality>

Gráfico 27: Taxas de acesso a água potável e saneamento melhorado em Moçambique, 2019–2043

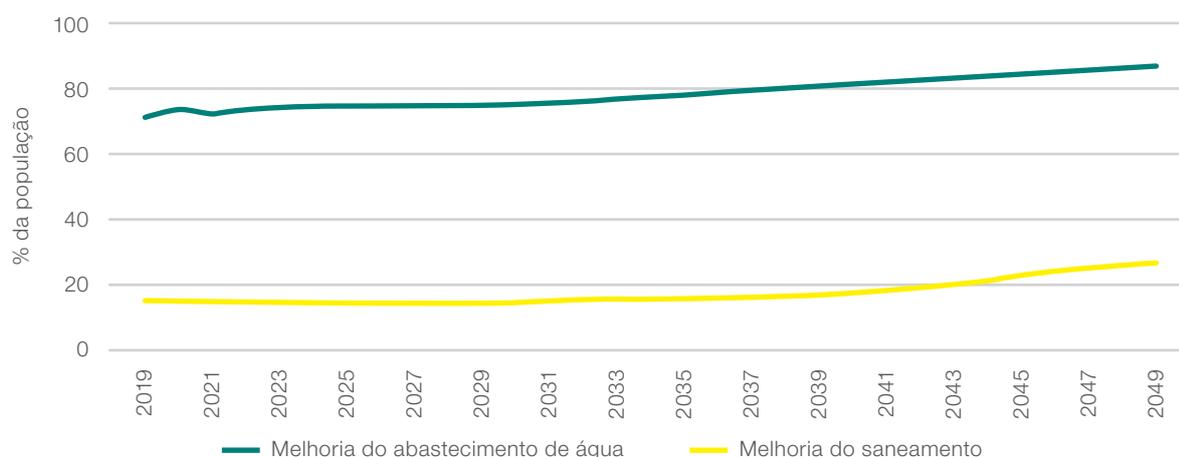


Gráfico 28: Acesso nacional à electricidade, 2000–2043

em 2022, um aumento de 325% em 20 anos. Embora a melhoria seja impressionante, é necessário fazer mais, pois cerca de 8,8 milhões de moçambicanos ainda não têm acesso a fontes de água potável e dependem de fontes de água não seguras para as suas necessidades, expondo-os à desnutrição e a doenças transmissíveis, como a cólera.

Na Trajectória Actual, a taxa de acesso à água potável aumentará para 82,4% até 2043 (Gráfico 27). Isto implica que, mesmo assim, e à medida que a população cresce, cerca de 9,8 milhões de Moçambicanos não terão acesso a fontes de água potável até 2043. A taxa de acesso a saneamento melhorado aumentará ligeiramente para atingir cerca de 53,8% da população em 2043. Esta situação continuará a causar um elevado fardo de doenças transmissíveis e desnutrição em Moçambique.

Energia e acesso à electricidade

O acesso à electricidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico, a redução da pobreza e o bem-estar humano. Proporciona múltiplos benefícios sociais e económicos, desde uma melhor capacidade industrial, oportunidades de desenvolvimento empresarial, telecomunicações, cuidados de saúde e educação que melhoram directamente as possibilidades de emprego. Moçambique tem um dos maiores potenciais de produção de electricidade na África Austral e um dos mais elevados do continente,⁶⁰ com o potencial para se tornar um centro regional, proporcionar oportunidades de investimento e um rápido desenvolvimento socioeconómico. É rico em recursos energéticos renováveis (hídricos, solares, geotérmicos e marés) e não renováveis (gás e carvão), sendo que o seu potencial estimado de produção é de 187 gigawatts de electricidade a partir do carvão, da energia hídrica, do gás e da energia iónica, prevendo-se que o gás natural forneça 44% da electricidade total da rede.

Actualmente, uma grande parte da electricidade produzida provém de projectos hidroeléctricos, nomeadamente da barragem de Cahora Bassa, no rio Zambeze, que representa mais de 80% da

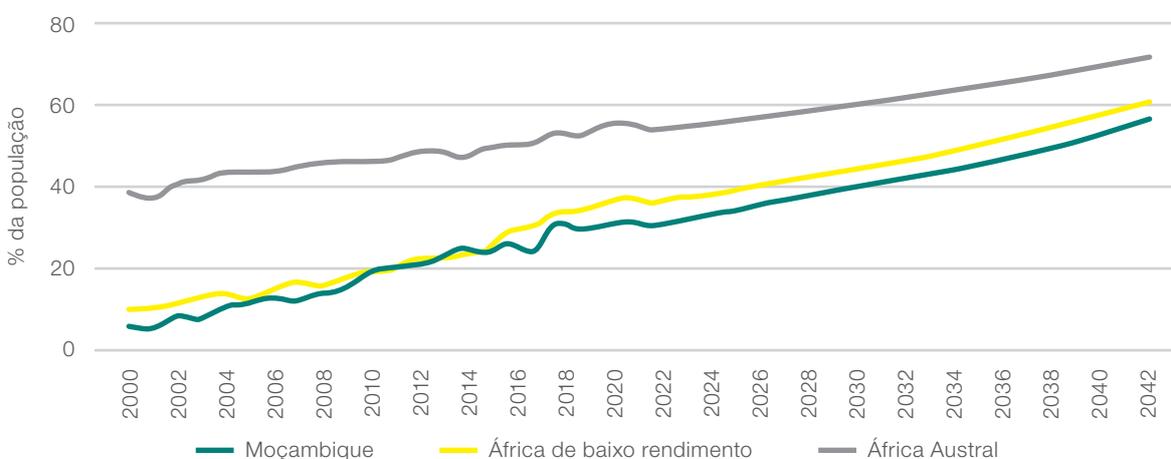
60 African Development Bank Group, Country results brief 2018 – Mozambique, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-En.pdf

produção nacional, mas grande parte desta electricidade é exportada para a África do Sul.⁶¹ O país deveria ser capaz de satisfazer a procura interna de electricidade, mas, apesar do potencial, o acesso à electricidade continua a ser baixo e a rede nacional está subdesenvolvida. O Governo de Moçambique anunciou que irá pôr termo a meio século de fornecimento de energia hidroeléctrica de Cahora Bassa à África do Sul quando o actual contrato terminar em 31 de Dezembro de 2030.⁶²

Em 2021 (dados históricos disponíveis mais recentes), apenas 31,5% da população moçambicana tinha acesso à electricidade, em comparação com a África do Sul (89,3%), Zâmbia (46,7%), Zimbabué (49%) e 37,3% no que toca à média dos seus pares (África de baixo rendimento). Moçambique classificou-se em 44º lugar entre 54 países africanos no que respeita ao acesso à electricidade doméstica no mesmo ano.

Moçambique é um exportador líquido de electricidade para os seus países vizinhos (Eswatini, Lesoto, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué), sendo a África do Sul o principal importador. No entanto, a exploração dos recursos energéticos de Moçambique para uso doméstico continua a ser limitada e desigualmente distribuída. Do mesmo modo, o acesso fiável e sustentável à energia (particularmente nas zonas rurais) continua a ser relativamente baixo em comparação com os países vizinhos (inferior ao da África do Sul, Zâmbia e Zimbabué – os principais importadores do país), enquanto as zonas urbanas sofrem de má qualidade de serviço.

Gráfico 28: Acesso nacional à electricidade, 2000–2043



nte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do Banco Mundial

Apenas 3,8% da população rural tinha acesso à electricidade em 2021, em comparação com a África do Sul (93,4%), Zâmbia (14,5%), Zimbabué (31,6%) e uma média de 22,1% para os seus pares em 2021. Embora a rede de Moçambique tenha crescido, não é suficientemente densa para fornecer electricidade em muitas comunidades rurais, onde vive mais de 60% da população. O principal

61 African Development Bank Group, Country results brief 2018 – Mozambique, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-En.pdf

62 Green Building Africa, Mozambique plans to end half a century of hydropower supply to South Africa. <https://www.greenbuildingafrica.co.za/mozambique-plans-to-end-half-a-century-of-hydropower-supply-to-south-africa/#>

desafio é, portanto, expandir a rede – uma tarefa que, dadas as longas distâncias e a distribuição da população por 800 000 quilómetros quadrados, exigirá investimentos maciços.⁶³

Devido ao acesso limitado à electricidade, muitos agregados familiares dependem da lenha e do carvão vegetal (fogões tradicionais) para obter energia. Actualmente, cerca de 90%⁶⁴ dos moçambicanos utilizam o carvão vegetal para cozinhar, prejudicando a sua saúde através da inalação de fumo e contribuindo para a desflorestação.

O GdM tentou rectificar esta disparidade urbano-rural através da aprovação de nova legislação em 2021, com o objectivo de melhorar a regulamentação das soluções energéticas fora da rede.⁶⁵ Os novos regulamentos procuram tornar o investimento privado mais fácil e mais atractivo e contornar as elevadas tarifas actualmente em vigor. Embora tenha sido anunciada uma isenção tributária para certos equipamentos solares em 2022, a sua não aplicação significa que as elevadas tarifas de importação e o IVA sobre os sistemas solares domésticos continuam a dificultar as soluções fora da rede.⁶⁶ Outros desafios incluem infra-estruturas de transporte envelhecidas e subdesenvolvidas, o crescimento do consumo e a burocracia envolvida no desenvolvimento de novos projectos de energia. As perdas na transmissão de electricidade representam cerca de 15% da produção, menos do que a média dos países africanos com baixos rendimentos, mas ainda assim elevadas. Tal como para muitos países africanos, o custo da prestação de serviços de electricidade e a sua relação com a despesa pública e a obtenção de receitas continuam a ser preocupações fundamentais para o desenvolvimento de Moçambique.

Moçambique está financeiramente limitado para desenvolver novas infra-estruturas de electricidade e depende principalmente dos fundos dos doadores e do IDE. Os factores de risco financeiro excessivo (incluindo a procura de rendimentos improdutivos e gerados por privilégios, a fraca capacidade institucional e as falhas de governação) associados ao desenvolvimento de infra-estruturas de electricidade, tornam o investimento pouco atractivo para os intervenientes do sector privado, inibindo ainda mais o fornecimento de electricidade acessível e fiável. De modo a promover o investimento privado, o Governo de Moçambique lançou o seu Programa de Leilões destinado a Energias Renováveis em 2020, com financiamento proveniente da UE. O programa tem por objectivo tornar o processo de concurso mais transparente e melhorar a competitividade. O primeiro Produtor Independente de Energia foi aprovado em 2022, tendo a Total Eren como objectivo fornecer 40 MW de energia solar até 2024. O programa de leilões visa facilitar a construção de mais dois projectos solares com uma capacidade combinada de 80 MW.

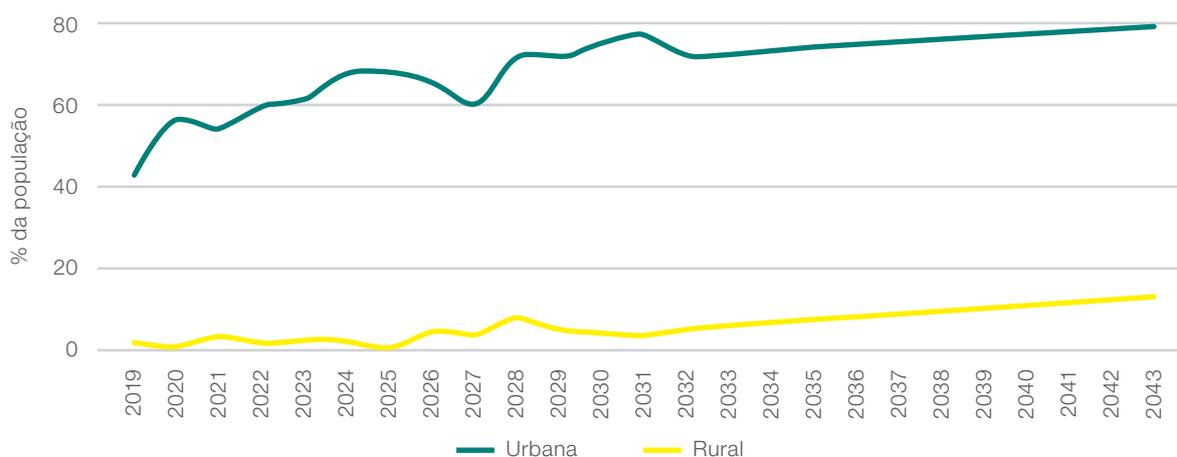
63 African Development Bank Group, Country results brief 2018 – Mozambique, https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-En.pdf

64 Nampula struggles to deliver Mozambique's ambitions for cooking with gas, Zitmar News, October 2023. <https://www.zitamar.com/nampula-struggles-to-deliver-mozambiques-ambitions-for-cooking-with-gas/>

65 M Laakso e S Petric, An increased role for private sector: Mozambique's new regulatory policy in the off-grid energy sector, Brookings, May 2022. <https://www.brookings.edu/articles/an-increased-role-for-private-sector-mozambiques-new-regulatory-policy-in-the-off-grid-energy-sector/>

66 Solar Home System Challenges for the Private Sector in Mozambique, https://energypedia.info/wiki/Solar_Home_System_Challenges_for_the_Private_Sector_in_Mozambique#cite_note-7

Gráfico 29: Acesso à electricidade em Moçambique, meio rural vs. meio urbano, 2019–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do Banco Mundial

As pilhas continuam a ser a principal fonte de energia (38,9%), especialmente nas zonas rurais (56,6%), seguidas da lenha (12,7%). A utilização de biomassa e lenha apresentam riscos para a saúde, degrada o ambiente através da desflorestação e da erosão dos solos e perpetua a desigualdade de género, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis pela recolha destas fontes de combustível.⁶⁷

Moçambique precisa de acelerar substancialmente o ritmo da electrificação nacional para atingir a meta estabelecida no seu plano de desenvolvimento (2023–2043) se quiser alcançar uma taxa de acesso de 59,5% até 2043. Com base na Trajectória Actual, a taxa nacional de acesso à electricidade do país evidencia melhorias, atingindo 55,9% da população, ou seja, cerca de 3,6 pontos percentuais abaixo da meta do GdM (59,5%) até 2043. O acesso à electricidade nas zonas urbanas aumentará de 75,3% em 2022, para 87,2% em 2043. O acesso à electricidade nas zonas rurais atingirá 25,9% da população rural até 2043, uma percentagem muito inferior à média da África de baixo rendimento (42,5%).

Transportes

Boas infra-estruturas de transportes são cruciais para o crescimento económico e o desenvolvimento, uma vez que são transversais a todos os sectores da economia de um país. As estradas melhoram a acessibilidade e a mobilidade de bens, serviços e pessoas, afectando positivamente a integração do mercado interno e externo, o emprego e a produtividade nas comunidades rurais e urbanas. Moçambique tem um sistema de transportes multimodal, mas subdesenvolvido, que requer actualizações em quase todos os aspectos.

O país tem uma companhia aérea nacional (Linhas Aéreas de Moçambique (LAM)), que opera como LAM Moçambique. A LAM deteve o monopólio dos voos domésticos durante décadas até 2017. A frota da LAM limita-se a três aviões (dois Boeing 737-700 e um De Havilland Canada DHC-8-400).⁶⁸

67 African Development Bank PEVP Complex, Country Priority Plan and Diagnostic of the Electricity Sector: Mozambique, 2021, <https://www.afdb.org/sites/default/files/2021/11/22/mozambique.pdf>

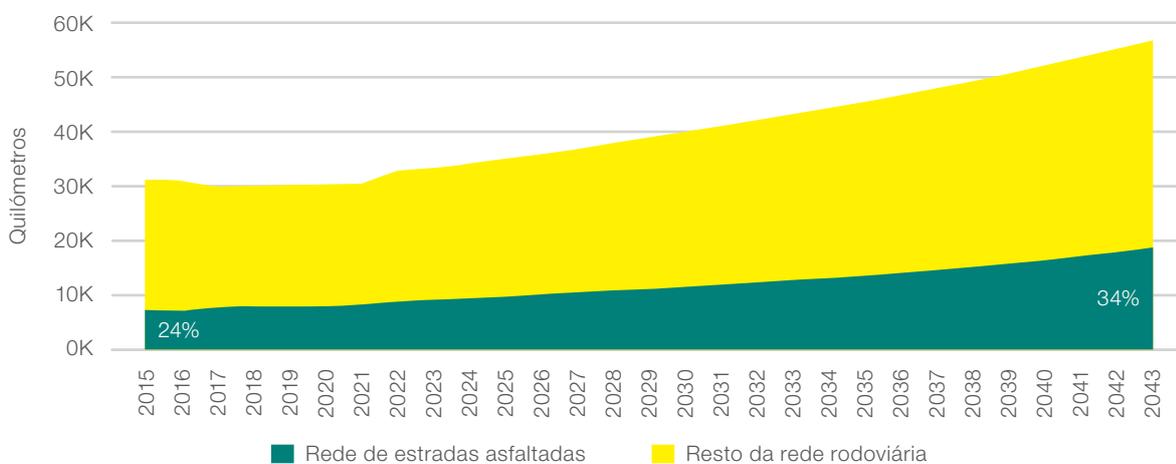
68 US International Trade Administration, Mozambique – Country Commercial Guide: Transportation, <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-transportation>, November 2022

Os principais portos do país situam-se em Maputo, Beira, Nacala e Pemba. O Estado detém uma participação em todas as concessões portuárias. Os principais portos locais estão ligados por caminho de ferro e estrada aos países do interior e às regiões mineiras. O Malawi, o Eswatini, a África do Sul, a Zâmbia e o Zimbabué dependem dos portos moçambicanos para parte das suas exportações e importações.

A rede ferroviária inclui rotas este-oeste que ligam a África do Sul ao porto de Maputo, o Zimbabué ao porto da Beira e a Zâmbia/Malawi ao porto de Nacala. Não existe uma linha ferroviária norte-sul no país. Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) estão sob pressão para modernizar as linhas férreas de modo a melhorar a segurança e a capacidade de carga, mas estão a ter dificuldades em satisfazer esta procura devido à falta de capacidade de financiamento e de conhecimentos tecnológicos.⁶⁹

O transporte rodoviário é a principal forma de transporte doméstico em Moçambique, uma vez que a agricultura é a principal actividade económica. No entanto, as infra-estruturas rodoviárias são muito deficientes e fragmentadas, dificultando o desenvolvimento económico, especialmente do sector agrícola (principal actividade económica) e das comunidades rurais. As estradas do país foram construídas como um sistema de alimentação para servir as principais áreas urbanas, mas a qualidade e a densidade têm estagnado ao longo dos anos.

Gráfico 30: Estradas asfaltadas em % da rede rodoviária total, 2015–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos da Autoridade das Estradas de Moçambique

Em 2021, Moçambique tinha uma rede rodoviária de 30 616 km, dos quais apenas 27% eram asfaltadas (8 269 km). A qualidade e a extensão destas estradas nas zonas rurais também são baixas. Em 2019, o Banco Mundial estimou que apenas 43% dos habitantes rurais viviam a menos de 2 km de uma estrada rural transitável em todas as estações.⁷⁰ O défice de infra-estruturas

69 US International Trade Administration, Mozambique – Country Commercial Guide: Transportation, <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-transportation>, November 2022

70 World Bank, Estimating the Impact of Improved Roads on Access to Health Care: Evidence from Mozambique, <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/460631625228254580/estimating-the-impact-of-improved-roads-on-access-to-health-care-evidence-from-mozambique>

rodoviárias do país aumenta o custo de fazer negócios, especialmente no sector agrícola, aumentando os custos de transporte, restringindo a capacidade dos agricultores, das empresas nacionais e dos grandes investidores de acederem aos mercados nacionais e estrangeiros e de desenvolverem ligações de beneficiamento a jusante e a montante ao longo das cadeias de valor nacionais, regionais e globais.

O défice limita as ligações entre as zonas rurais e os centros económicos mais dinâmicos das zonas urbanas, restringindo o desenvolvimento de um mercado interno integrado no país. Até 2043, 33,2% da rede rodoviária total de Moçambique será asfaltada, quase três pontos percentuais abaixo da média dos países africanos de baixo rendimento.

Para além do sector agrícola, os sectores dos transportes e da energia estão ameaçados pelas alterações climáticas em Moçambique. O aumento das inundações, aliado à escassez de estradas asfaltadas e à interconectividade limitada, irá pôr em risco as redes de transportes. Os portos são vulneráveis a ciclones e tempestades. Os danos nas infra-estruturas de transporte não só afectam a logística interna, como também têm efeitos em cadeia noutros sectores, com repercussões regionais, dado o papel de Moçambique como rota de trânsito para os países vizinhos sem litoral. A erosão costeira, juntamente com a deterioração das infra-estruturas, pode ter um impacto negativo no turismo. Ademais, a forte dependência de Moçambique da energia hidroeléctrica expõe-no a perdas induzidas pela variabilidade da precipitação, um risco exacerbado pela potencial secagem do rio Zambeze a jusante, atribuída às alterações climáticas.⁷¹

Tecnologias da informação e da comunicação

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) são outro factor crítico para a realização dos objectivos de desenvolvimento de Moçambique. Os esforços para expandir o acesso à banda larga e aos serviços das TIC podem proporcionar uma nova via para a diversificação económica, reduzir as barreiras à distância, melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos e melhorar a produtividade, tendo um efeito positivo no crescimento e na redução da pobreza.

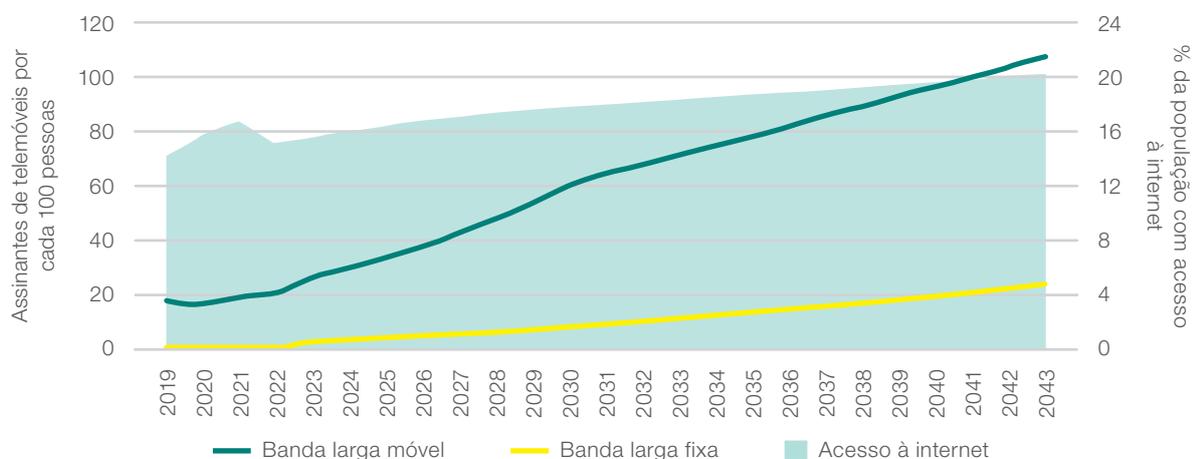
Embora a infra-estrutura digital de Moçambique ainda esteja longe de atingir o acesso universal, tem registado uma rápida evolução. Em 2020, apenas 16,3% da população tinha acesso à Internet e cerca de 15,5 milhões de assinantes de serviços de telemóveis (o que corresponde a cerca de metade da população) em 2020. O impacto da pandemia da COVID-19 levou as empresas e os utilizadores a mudarem para plataformas online e a manterem-se sustentáveis durante a pandemia, estabelecendo sistemas de trabalho remoto.

Comparando o acesso à Internet e as subscrições de serviços telemóveis com as médias dos seus pares, verifica-se que as taxas são baixas em Moçambique. Os assinantes de telemóveis situavam-se em cerca de 42 por cada 100 pessoas em 2022, abaixo da média de 61 para a África de baixo rendimento, e muito abaixo da média da África Austral, que é de 99. A Trajectória Actual aponta para que os assinantes de serviços de telemóveis em Moçambique se situem em 107,4 por cada 100 pessoas até 2043.

71 African Climate Foundation (ACF) and the International Food Policy Research Institute (IFPRI), From Climate Risk to Resilience: Unpacking the Economic Impacts of Climate Change in Mozambique, November 2023

Em 2022, as assinaturas de banda larga móvel por cada 100 pessoas em Moçambique situaram-se em 20,8, em comparação com uma média de 27,2 para a África de baixo rendimento e de 41,7 para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Até 2043, as subscrições de banda larga móvel por cada 100 pessoas atingirão 107,4. A banda larga fixa proporciona velocidades de acesso à Internet mais rápidas e com ligações mais seguras e é importante para o sector de serviços de elevado valor acrescentado. A penetração da banda larga fixa em Moçambique é surpreendentemente baixa, com uma taxa de subscrição de 0,06 por cada 100 pessoas, abaixo da média dos países africanos de baixo rendimento, que é de 1,1, e de 4,1 para a SADC. Seguindo a Trajectória Actual, os assinantes de banda larga fixa em Moçambique serão de 13 por cada 100 pessoas até 2043.

Gráfico 31: Penetração da Internet e da banda larga em Moçambique, 2019–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos da União Internacional das Telecomunicações (UIT)

Moçambique tem um caminho desafiador pela frente se quiser realizar todo o potencial do sector das TIC no desenvolvimento da sua economia e fazer progressos nas metas das TIC destinadas a permitir a realização dos ODS das Nações Unidas. O elevado custo dos dispositivos das TIC (ou seja, computadores e telemóveis inteligentes) e a baixa taxa de literacia (48%) constituem os principais obstáculos à sua conectividade. Além disso, a elevada discrepância de conectividade entre as zonas rurais e urbanas, exacerbada pelo acesso limitado à electricidade e aos serviços financeiros, continua a afectar as famílias rurais. Uma diferença significativa entre os sexos na utilização da Internet e na posse de telemóveis é outro problema no sector das TIC, devido sobretudo às desigualdades entre os sexos em termos de habilitações literárias e de rendimentos.⁷² O GdM pretende colmatar esta lacuna através da criação de aldeias digitais, um regime de infra-estruturas que melhorará a conectividade e o acesso às TIC nas comunidades rurais. O aparecimento de projectos de exploração mineira e de energia irá impulsionar os investimentos em infra-estruturas TIC nas zonas rurais de Moçambique.

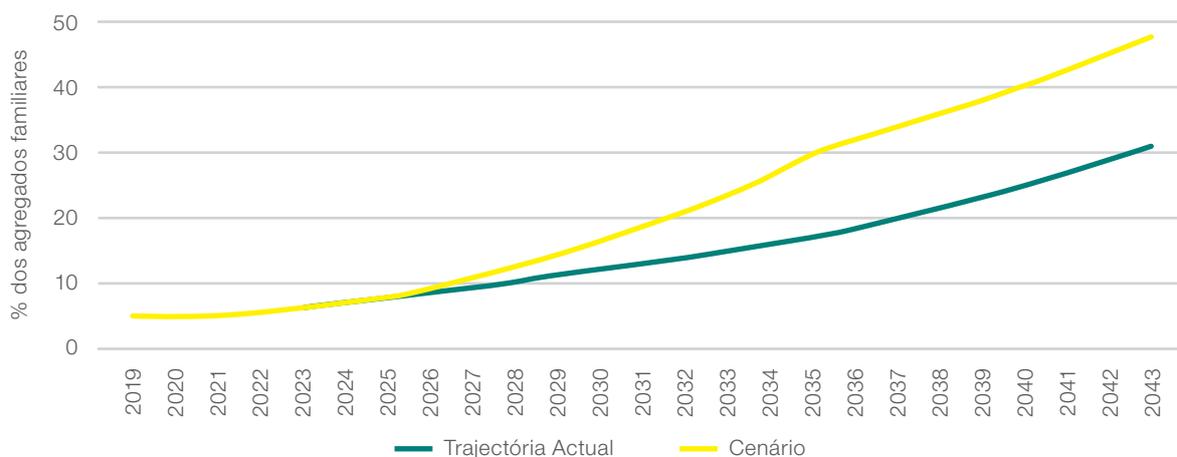
72 A Gillwald et al., The State of ICT in Mozambique, 2018, RIA Policy Paper No. 6, Vol. 5

Cenário das infra-estruturas

O cenário das infra-estruturas representa um investimento razoável, mas ambicioso, em infra-estruturas rodoviárias, tecnologias de energias renováveis e melhoria do acesso à electricidade nas zonas urbanas e rurais. O cenário também inclui o acesso acelerado à banda larga móvel e fixa e a adopção de tecnologias modernas que melhorem a eficiência do governo e permitam uma formalização mais rápida do sector informal.

Se este cenário for implementado, a proporção de agregados familiares que utilizam fogões tradicionais poderá diminuir de cerca de 89% em 2023, para cerca de 50% em 2043 (cerca de 16 pontos percentuais abaixo da Trajectória Actual em 2043). A percentagem de agregados familiares que utilizam fogões modernos aumentará de 6% em 2023 para 47% em 2043, em comparação com 30,6% na Trajectória Actual no mesmo ano. Estas conclusões implicam que o aumento do acesso à energia/ electricidade e/ou a soluções de energia renovável fora da rede – especialmente nas zonas rurais – poderá contribuir para a protecção das florestas e reduzir as emissões, ao fazer com que os agregados familiares abandonem os métodos de cozedura tradicionais em favor dos modernos.

Gráfico 32: Utilização de fogões modernos – Trajectória actual vs. Cenário das infra-estruturas 2019–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14

Em termos de desenvolvimento económico e humano, a dimensão da economia moçambicana seria US\$ 8,1 mil milhões mais elevada em 2043 do que na Trajectória Actual. Prevê-se também que o PIB per capita (PPC) seja US\$ 240 acima da previsão da Trajectória Actual em 2043. Haverá menos 3,2 milhões de moçambicanos a viverem na pobreza extrema em 2043, em comparação com a Trajectória Actual. Isto traduz-se numa taxa de pobreza de 39,3% face aos 44,9% no âmbito da Trajectória Actual.

Agricultura em Moçambique

Moçambique possui um enorme potencial agrícola inexplorado, uma vez que 45% da sua terra é arável, mas apenas 16% é actualmente cultivada. A posição geográfica estratégica do país permite-

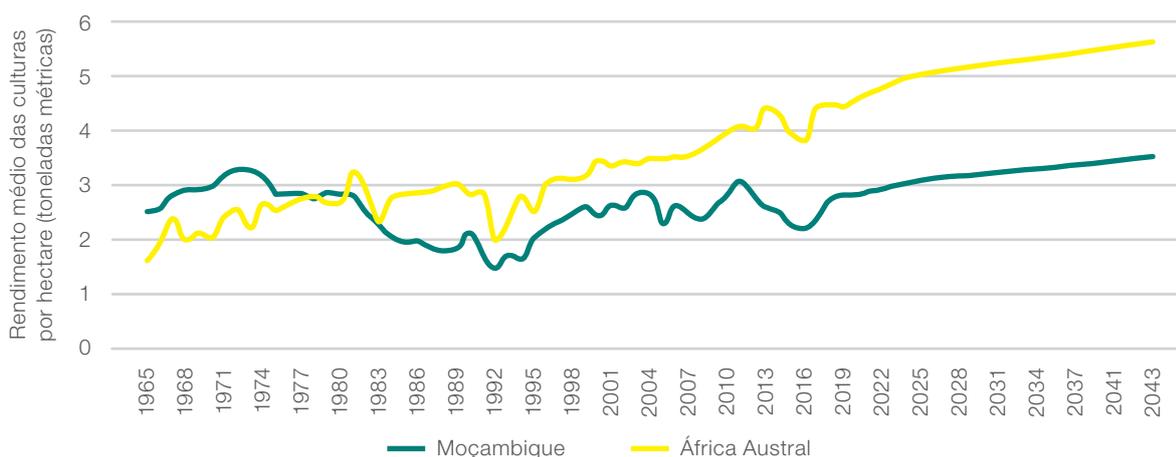
Ihe desempenhar um importante papel de entreposto para o comércio agrícola com os países vizinhos sem litoral.⁷³

O sector agrícola é o pilar da economia de Moçambique. Constitui mais de um quarto do seu PIB e emprega 80% da força de trabalho. A maior parte da produção agrícola provém de pequenos agricultores, cerca de 3,2 milhões de indivíduos que contribuem para 95% da produção agrícola do país, enquanto os restantes 5% são atribuídos a empresas agrícolas comerciais.⁷⁴

O milho e a mandioca são os principais alimentos básicos e são cultivados por 80% de todos os pequenos agricultores moçambicanos. Outros produtos básicos importantes são o trigo e o arroz. A produção animal – particularmente a avicultura e os pequenos ruminantes – tem uma importância significativa nos meios de subsistência rurais e no sustento nutricional. Nos meios urbanos, os mercados formais de carne dependem fortemente da carne de vaca e de aves, fornecendo mais de 80% da procura de carne.⁷⁵ O número limitado de agricultores comerciais concentra-se nas culturas de rendimento, como o tabaco, o algodão, a castanha de caju e o açúcar. A volatilidade dos preços dos produtos de base e as flutuações dos mercados globais têm um impacto considerável na agricultura comercial e no panorama económico geral de Moçambique.

O potencial agrícola não se tem traduzido em produção. Moçambique tem um dos rendimentos médios mais baixos por hectare em África. Com uma estimativa de 3 toneladas por hectare em 2023, o país ficou classificado em 36º lugar entre 54 países em África e teve o 5º rendimento agrícola mais baixo na África Austral nesse mesmo ano. Com base na Trajectória Actual, o rendimento médio das culturas por hectare em Moçambique aumentará marginalmente para 3,5 toneladas em 2043, ou seja, abaixo da média de 5,6 toneladas para a África Austral, mas a par da média dos países de baixo rendimento em África.

Gráfico 33: Rendimento médio das culturas por hectare (toneladas métricas), Moçambique, 1965–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

73 World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, June 2022

74 FAO in Mozambique, <https://www.fao.org/mozambique/fao-in-mozambique/mozambique-at-a-glance/en/#>

75 FAO in Mozambique, <https://www.fao.org/mozambique/fao-in-mozambique/mozambique-at-a-glance/en/#>

A baixa produtividade agrícola em Moçambique resulta de vários factores, incluindo o acesso limitado ao financiamento agrícola e o acesso limitado a insumos melhorados, a lenta adopção de tecnologia, a insuficiência de serviços agrícolas e a dependência da agricultura de sequeiro, juntamente com a vulnerabilidade aos riscos climáticos.⁷⁶

Moçambique é o terceiro país africano mais vulnerável às alterações climáticas, enfrentando ameaças como os ciclones tropicais, as secas e as inundações costeiras. A sua extensa linha costeira – com uma extensão de 2 700 km – agrava esta vulnerabilidade, em especial para os 60% da população que residem nas regiões costeiras baixas⁷⁷ e que enfrentam riscos em termos de infra-estruturas, agricultura costeira, ecossistemas e pesca, devido a tempestades intensas e à subida do nível do mar, com repercussões também no interior. Entre o período 1980–2019, Moçambique registou um total de 53 catástrofes naturais, incluindo 21 ciclones tropicais, 20 inundações e 12 ocorrências de seca.⁷⁸ De acordo com o Índice Global de Risco Climático, Moçambique foi o país mais afectado no mundo pelos impactos de eventos climáticos extremos em 2019 e o quinto mais afectado quando se considera o período 2000–2019.⁷⁹

As catástrofes naturais impedem ainda mais o acesso aos mercados, agravando os desafios para os produtores rurais, fortemente dependentes da agricultura sensível ao clima para o seu sustento e rendimento. Para além de estar entre os países mais vulneráveis face às catástrofes naturais, Moçambique está entre os países menos preparados para estes riscos climáticos, ocupando a posição 154, entre 185 nações, no Índice de Adaptação Global (ND-GAIN).⁸⁰

Além do mais, a inadequação das infra-estruturas rodoviárias constitui um obstáculo significativo ao desenvolvimento agrícola; dificulta o estabelecimento de ligações essenciais ao longo das cadeias de valor e impede a adopção de tecnologias modernas cruciais para o aumento da produtividade, tais como fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas e equipamento mecanizado. Estes factores aumentam os custos de transporte, dificultando o acesso dos agricultores aos mercados nacionais e internacionais. As nossas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo revelaram que os importadores de alimentos em Maputo preferem importar da África do Sul em vez de importarem das zonas de produção locais, porque pode levar uma semana a trazer os produtos dessas zonas para Maputo devido às más condições das estradas.

Em comparação com muitos países em desenvolvimento, o apoio do GdM ao sector agrícola é elevado, embora no período recente se tenha assistido a um lento declínio da despesa pública na agricultura. A percentagem média da agricultura no orçamento nacional foi ligeiramente superior a 4% entre 2010 e 2014 e caiu para 4% no período subsequente de cinco anos (2015–2019),⁸¹ menos de metade da meta de 10% recomendada pelo Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP, na sigla inglesa).

76 World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, June 2022

77 World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, June 2022

78 African Climate Foundation (ACF) and the International Food Policy Research Institute (IFPRI), From Climate Risk to Resilience: Unpacking the Economic Impacts of Climate Change in Mozambique, November 2023

79 African Climate Foundation (ACF) and the International Food Policy Research Institute (IFPRI), From Climate Risk to Resilience: Unpacking the Economic Impacts of Climate Change in Mozambique, November 2023

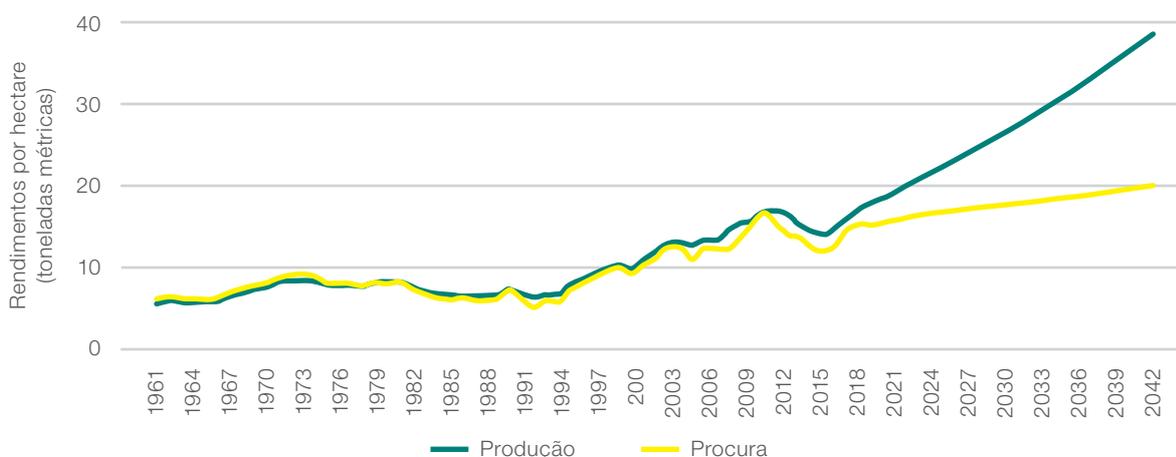
80 Global Adaptation Index (ND-GAIN), <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>

81 World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, June 2022

A baixa produtividade agrícola é incapaz de satisfazer as necessidades nutricionais da população em crescimento. Muitos agricultores rurais continuam a ser consumidores líquidos de alimentos e vulneráveis aos aumentos dos preços dos alimentos. Consequentemente, a situação nutricional no país continua a ser precária, sendo que cerca de 43% das crianças com menos de cinco anos sofrem de subnutrição crónica. Em 2022, o Índice Global de Segurança Alimentar colocou o país no extremo inferior da classificação (94/113 países), sendo que o país registou pontuações particularmente baixas em termos de qualidade, segurança e acessibilidade dos alimentos.⁸²

No futuro, as alterações climáticas irão exacerbar a sua frequência e intensidade em Moçambique. Alimentar a população em crescimento nestas condições será um dos maiores desafios do país. Em 2023, estima-se que tenham sido produzidas 16,2 milhões de toneladas métricas de culturas, um aumento significativo em relação aos 5 milhões de toneladas métricas produzidas no final da guerra civil em 1992. Na Trajectória Actual, a produção agrícola aumentará para cerca de 20 milhões de toneladas métricas em 2043, enquanto a procura agrícola deverá aumentar de 20 milhões de toneladas métricas em 2023, para cerca de 38,5 milhões de toneladas métricas em 2043, um défice de 18,5 milhões de toneladas métricas (Gráfico 34). A Trajectória Actual pinta um quadro de um fosso crescente entre a produção doméstica de alimentos e a procura, uma situação que irá exacerbar o défice comercial agrícola de Moçambique.

Gráfico 34: Tendências da produção e da procura agrícola (vegetal) em Moçambique, 1961–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

O aumento da produtividade agrícola não só aumentaria os rendimentos dos agregados familiares agrícolas – que representam uma parte significativa da população do país – como também reduziria os custos alimentares da população não agrícola e abriria caminho para o desenvolvimento da agro-indústria. O Governo de Moçambique deve aumentar a eficiência das suas políticas e programas de apoio à agricultura para impulsionar o desenvolvimento agrícola, reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar. Devem ser envidados esforços para colmatar a grande disparidade entre os géneros na agricultura. As mulheres estão desproporcionalmente concentradas na agricultura de

82 Global Food Security Index 2022. Economic Intelligence Unit. <https://impact.economist.com/sustainability/project/food-security-index/>

subsistência em Moçambique, mas enfrentam mais constrangimentos do que os homens no acesso a recursos e serviços produtivos essenciais, tecnologia, informação de mercado e financiamento.⁸³

Cenário Agrícola

A agricultura é a fonte de subsistência de milhões de moçambicanos. No entanto, de acordo com a análise da Trajectória Actual, o sector enfrenta vários desafios que têm um impacto negativo na produtividade. O investimento na agricultura pode garantir a segurança alimentar, reduzir os conflitos em torno de recursos, criar empregos, aumentar os rendimentos e abrir caminho para a diversificação económica através do agro-processamento. Por conseguinte, as intervenções neste cenário constituem um impulso coordenado para desbloquear o potencial agrícola de Moçambique.

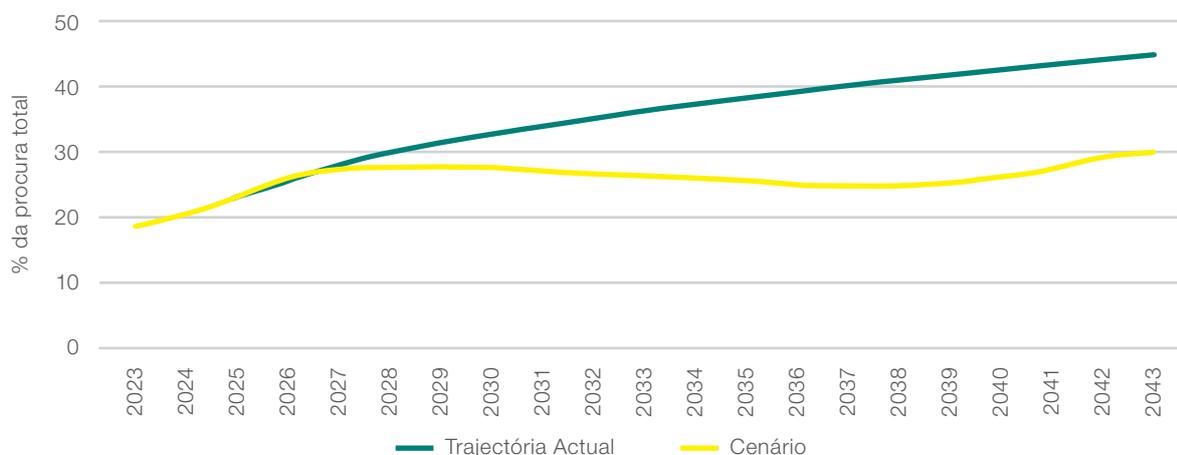
As intervenções no cenário reflectem uma melhoria agressiva, mas razoável, da produtividade agrícola (rendimentos médios), como resultado da adopção de tecnologias agrícolas modernas e inteligentes em termos climáticos, de plântulas melhoradas e de uma maior utilização de fertilizantes e pesticidas. Do mesmo modo, as terras irrigadas são ampliadas, para reduzir a vulnerabilidade das culturas de sequeiro. O cenário reduz igualmente as perdas pós-colheita através de melhores instalações de armazenamento e melhora o acesso ao mercado (acesso a estradas rurais). A protecção das florestas é também reforçada como um indicador de práticas agrícolas sustentáveis. Embora o sector possa beneficiar do aumento das receitas de exportação, deve concentrar a sua atenção em primeiro lugar no estabelecimento da segurança alimentar. Por conseguinte, a intervenção aumenta o número de calorias per capita, como indicador da melhoria do acesso aos alimentos.

No cenário agrícola, o rendimento médio das colheitas é de 5,6 toneladas por hectare até 2043 – a par da média regional. O país produzirá cerca de 10,3 milhões de toneladas métricas de alimentos adicionais (culturas, carne e peixe) em 2043, em comparação com a Trajectória Actual. A dependência da importação de produtos agrícolas será de cerca de 30% da procura total, face aos 45% no âmbito da Trajectória Actual em 2043.

O cenário melhora o acesso e o consumo de alimentos em Moçambique, uma vez que as quilocalorias per capita disponíveis por dia provenientes de culturas, peixe e carne aumentam de 2 180 em 2023, para 2 837 em 2043. O número de pessoas que sofrem de malnutrição diminuirá em cerca de 3 milhões, menos do que na Trajectória Actual em 2043. A redução das taxas de subnutrição, especialmente em crianças com menos de 5 anos de idade, terá um impacto nos resultados da educação, em particular na aprendizagem. A taxa de pobreza será 3,8 pontos percentuais inferior à da Trajectória Actual em 2043. A dimensão da economia é impulsionada; será cerca de US\$ 7,1 mil milhões mais elevada do que na Trajectória Actual em 2043, enquanto o PIB per capita (PPC) será US\$ 213 mais elevado do que seria na Trajectória Actual no mesmo ano.

83 World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, June 2022

Gráfico 35: Dependência das importações de produtos agrícolas na Trajectória Actual e no Cenário Agrícola, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14, dados históricos da FAO

A Indústria transformadora em Moçambique

O sector da indústria transformadora em Moçambique é fraco e incapaz de desempenhar um papel de liderança no crescimento económico e no desenvolvimento; está limitado ao processamento em pequena escala, com a sua contribuição para o PIB a diminuir desde 2005. De acordo com o inquérito às empresas transformadoras moçambicanas em 2022, apenas 5% das empresas estão a exportar. O sector representou cerca de 10% do PIB, em média, durante o período 2000–2022, enquanto a agricultura, a indústria extractiva e os serviços representaram 24%, 18% e 45%, respectivamente.

Durante as entrevistas realizadas ao longo da nossa viagem de trabalho in loco, muitos peritos e economistas indicaram que o sector da indústria transformadora em Moçambique tem um enorme potencial, mas o seu desempenho tem sido prejudicado por vários factores, tais como as fracas infra-estruturas de transporte, que impedem a ligação entre os agricultores e as empresas transformadoras (beneficiamento a jusante), a má implementação da regulamentação empresarial (oficialmente é necessário um dia para registar uma empresa, mas na prática são necessários três meses), o elevado custo do crédito, o atraso tecnológico e a concorrência feroz das empresas transformadoras sul-africanas.

Tal como noutros países africanos, muitos indivíduos empobrecidos em Moçambique encontram-se entrancheirados em sectores de baixa produtividade e em actividades informais baseadas em serviços. O aumento do sector industrial irá gerar um crescimento inclusivo, facilitando a transição de indivíduos com baixos rendimentos destes sectores para áreas de maior produtividade. Esta mudança estrutural não só aumenta os rendimentos, como também promove um ciclo positivo em que o crescimento do emprego produtivo, das capacidades e dos rendimentos se reforçam mutuamente, impulsionando a expansão económica e a redução da pobreza. A expansão de sectores mais dinâmicos pode alimentar ainda mais este círculo virtuoso, conduzindo a um crescimento sustentado e a uma maior prosperidade.

É necessário reforçar a indústria transformadora com fortes ligações a montante e a jusante com os sectores agrícola, mineiro e dos serviços, a fim de alcançar um crescimento sustentado, reduzir a pobreza e diversificar as fontes de rendimento e as receitas em divisas. No entanto, a industrialização

ou a transformação económica é um processo a longo prazo. Requer relações construtivas entre o Estado que encoraja e apoia o sector privado. As empresas precisam de um Estado com fortes capacidades para definir uma visão e uma estratégia económicas globais, fornecer eficazmente infra-estruturas e serviços de apoio, manter um ambiente regulamentar propício à actividade empresarial e facilitar a aquisição de novas tecnologias e a entrada em novas actividades e mercados económicos.

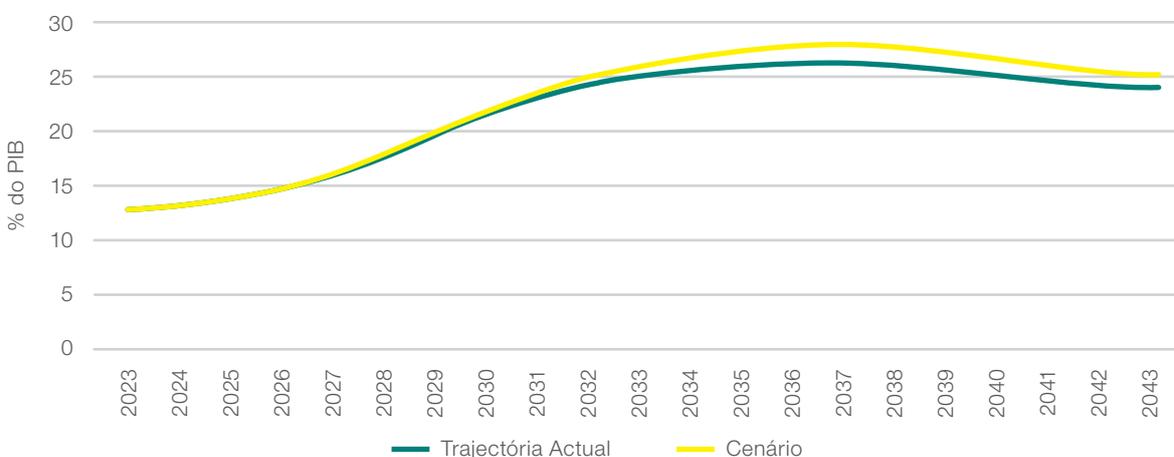
Cenário da Indústria Transformadora

Sem um sector industrial robusto, não é possível alcançar um crescimento sustentado e não podem ser criados empregos suficientes para reduzir a pobreza no país. Este cenário, portanto, modela o impacto de um esforço concertado das autoridades moçambicanas para libertar o potencial do sector não-extractivo, com um foco particular na indústria transformadora. O cenário da indústria transformadora representa um crescimento razoável, mas ambicioso, da indústria transformadora através de um maior investimento no sector, na investigação, no desenvolvimento e na melhoria do ambiente de negócios. Aumenta as taxas de participação da mão de obra (masculina e feminina) como indicador de uma indústria transformadora com grande intensidade de mão de obra. É acompanhado por um aumento das transferências de bem-estar (subsídios sociais) para a população vulnerável (trabalhadores não qualificados) para moderar os aumentos iniciais da desigualdade que estão frequentemente associados à industrialização. Uma transformação estrutural rápida pode implicar um compromisso entre crescimento e desigualdade, conhecido como o *dilema do agente de desenvolvimento*.

No cenário da indústria transformadora, o valor acrescentado do sector transformador é de US\$ 1,56 mil milhões (equivalente a 1,2 pontos percentuais do PIB) acima da Trajectória Actual em 2043.

No Cenário da Indústria Transformadora, o tamanho da economia é US\$3,9 biliões maior do que seria na Trajectória Actual em 2043. O moçambicano médio teria um rendimento que é US\$ 117 (PPC) mais elevado do que na Trajectória Actual, enquanto menos 2,5 milhões de moçambicanos viveriam em pobreza extrema em 2043 em comparação com a Trajectória Actual.

Gráfico 36: Valor acrescentado pelo sector da indústria transformadora na Trajectória Actual e no Cenário indústria transformadora, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14

O comércio internacional em Moçambique

Com as exportações de mercadorias a representarem mais de 36% e as importações a atingirem cerca de 70% do PIB, em 2021, o comércio internacional desempenha efectivamente um papel importante na economia de Moçambique. O comércio total de mercadorias representa quase 90% do PIB do país. Moçambique é membro fundador da Organização Mundial do Comércio (OMC) e concede o tratamento de Nações Mais Favorecidas (NMF) a todos os seus parceiros comerciais. O país tem um acordo comercial regional em vigor com a SADC e assinou acordos comerciais bilaterais com o Malawi e o Zimbabué (que são membros da SADC). Assim, no papel, 99,6% dos bens importados dos membros da SADC têm taxas pautais de zero.

Em Fevereiro de 2018, o país aderiu ao Acordo de Parceria Económica (APE) entre a União Europeia (UE) e a SADC, que foi assinado em Junho de 2016 pelo Botsuana, Eswatini, Lesoto, Namíbia e África do Sul. O APE entre a UE-SADC entrou provisoriamente em vigor em Outubro de 2016.⁸⁴ Moçambique também assinou o Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e ratificou-o em Julho de 2023.⁸⁵ O GdM procura reformar os seus regulamentos comerciais para melhorar o clima empresarial e incentivar as exportações. Os direitos aduaneiros continuam a ser elevados e existem numerosas barreiras não pautais no país (como a lentidão dos procedimentos de desalfandegamento).

Moçambique continua a ser elegível para beneficiar da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA). A AGOA proporciona um acesso preferencial ao mercado dos Estados Unidos da América (USA, em sigla inglesa), o que permitiria aos países elegíveis investirem, actualizarem e diversificarem as suas exportações, criando simultaneamente oportunidades de emprego e de valorização dos produtos cultivados e produzidos localmente.⁸⁶ Em 2023, as exportações de Moçambique para os EUA foram de apenas US\$ 210 milhões.⁸⁷

Moçambique exporta bens homogéneos (combustíveis minerais, óleos minerais e alumínio em bruto) e importa mais bens heterogéneos (produtos manufacturados ou transformados). A sua composição de exportação está altamente concentrada em alguns bens primários, reflectindo o âmbito restrito da economia. Esta dependência dos produtos de base torna Moçambique vulnerável aos choques globais dos preços dos produtos de base, cria volatilidade nas receitas do Estado e nas reservas de divisas e prejudica o crescimento inclusivo e as perspectivas de desenvolvimento.

O comércio de Moçambique sofreu devido ao abrandamento económico provocado pela pandemia da COVID-19 e, mais recentemente, pela guerra na Ucrânia, que resultou no aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos básicos. Moçambique é um importador líquido de petróleo refinado e de alimentos básicos. Em 2020, as exportações de mercadorias de Moçambique contraíram 10,2% em relação a 2019 devido à pandemia, mas recuperaram para um crescimento de

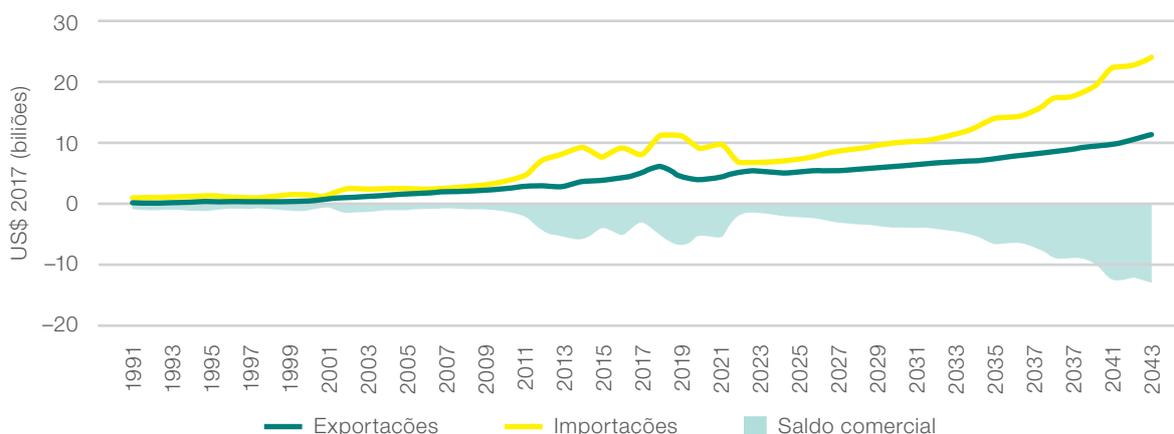
84 European Commission EPA SADC – Southern African Development Community, <https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/en/content/epa-sadc-southern-african-development-community>

85 Tralac, The African Continental Free Trade Area, <https://www.tralac.org/documents/resources/infographics/2605-status-of-afcfta-ratification/file.html>

86 USAID, Mozambique National AGOA Utilization Strategy, https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00T12P.pdf, March 2018

87 Tralac, AGOA Country info: Mozambique, <https://agoa.info/profiles/mozambique.html>

Gráfico 37: Exportações, importações e balança comercial de Moçambique, 1991–2043

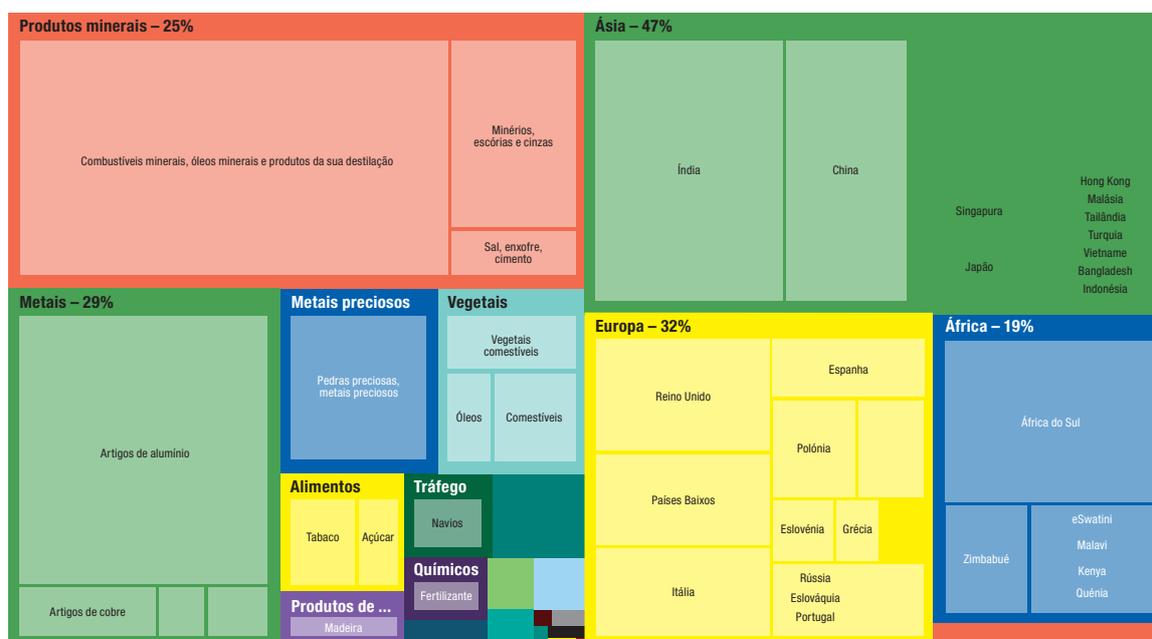


Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos dos dados das contas nacionais do Banco Mundial e dos ficheiros de dados das contas nacionais da OCDE

9,5% no valor de US\$ 4,4 mil milhões (cerca de 31% do PIB) e representaram apenas 0,8% do total das exportações de África em 2021.

As principais exportações do país são dominadas por produtos de base, com os briquetes de carvão a representarem cerca de 22,4% do total das exportações, o alumínio bruto 22%, o gás de petróleo (5,3%), o ouro (5,2%) e a electricidade quase (4,4%) do total das exportações de mercadorias em 2021. As principais mercadorias exportadas destinaram-se maioritariamente à Índia (15,8%), África do Sul (12%), China (10,3%) e Emirados Árabes Unidos (5,7%).⁸⁸

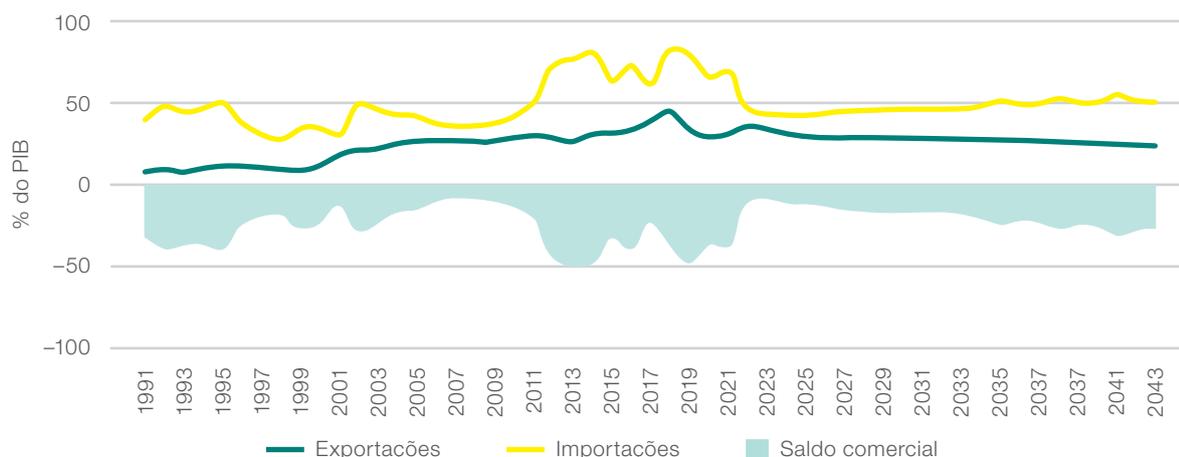
Gráfico 38: Composição e destino das exportações de Moçambique, 2021



Fonte: The Observatory of Economic Complexity (OEC)

88 The Observatory of Economic Complexity (OEC), <https://oec.world/en/profile/country/moz>

Gráfico 39: Déficit comercial, importações e exportações em percentagem do PIB, 1991–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos dos dados das contas nacionais do Banco Mundial e dos ficheiros de dados das contas nacionais da OCDE

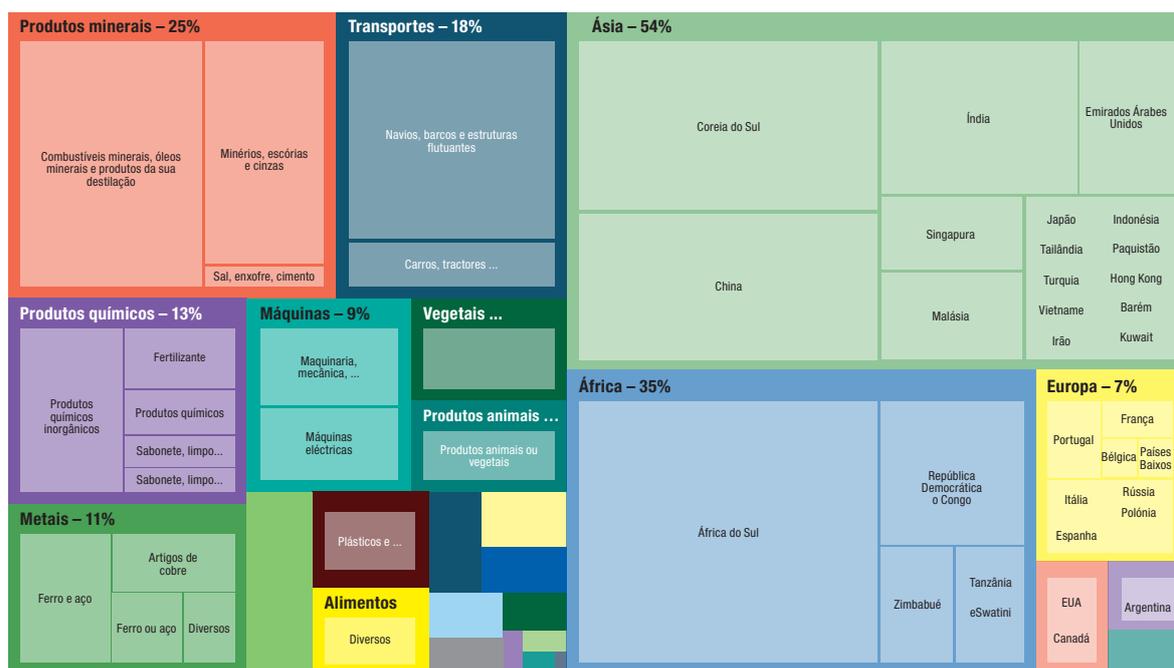
Na Trajectória Actual, as exportações de Moçambique aumentarão para US\$ 11,4 mil milhões até 2043, reflectindo principalmente os ganhos de exportação esperados do aumento da nova produção de gás. O valor das exportações representará 23,7% do PIB em 2043, o que é cerca de 18,6 pontos percentuais abaixo da meta do Plano Nacional de Desenvolvimento até 2043.

As suas importações sofreram uma contracção de 18,5% em 2020, antes de recuperarem para um crescimento de 7,1% em 2021, reflectindo um déficit comercial de cerca de US\$ 5,3 mil milhões (17,8% do PIB). As principais importações de Moçambique foram os navios para fins especiais (14,4% do total das importações), o petróleo refinado (11,1%), o minério de ferro (5,1%), os óxidos de cobalto (3,5%) e o minério de crómio (3,3%). Os produtos importados provieram maioritariamente da África do Sul (23,5%), da Coreia do Sul (14,5%), da China (12,9%), da Índia (8,6%) e dos Emirados Árabes Unidos (4,2%).⁸⁹

Olhando para o futuro, a Trajectória Actual prevê que o valor das importações em percentagem do PIB diminua para 24,6% até 2043, isto é, cerca de 16,7 pontos percentuais abaixo da sua meta. O déficit comercial diminuirá para 27,6% do PIB, face a uma meta de 1,2% do PIB até 2043. O país registou grandes défices comerciais nos últimos anos, sendo que no período 2011–2021 atingiu uma média de 34,2% do PIB, principalmente devido às elevadas importações associadas aos seus vários megaprojectos. Por outro lado, o aumento das exportações de gás e de energia permite uma perspectiva positiva se se aplicarem políticas adequadas, ou seja, uma política de poupança externa. O aumento das exportações de gás e de energia pode conduzir a uma apreciação da taxa de câmbio: a chamada doença holandesa. Uma apreciação da taxa de câmbio diminui a competitividade dos sectores expostos à concorrência internacional (ou seja, a indústria transformadora e a agro-indústria). Como resultado, a produção nestes sectores tende a diminuir, o que afecta negativamente o potencial de Moçambique para ganhar divisas.

89 The Observatory of Economic Complexity (OEC), <https://oec.world/en/profile/country/moz>

Gráfico 40: Composição e origens das importações de Moçambique, 2021



Fonte: The Observatory of Economic Complexity (OEC)

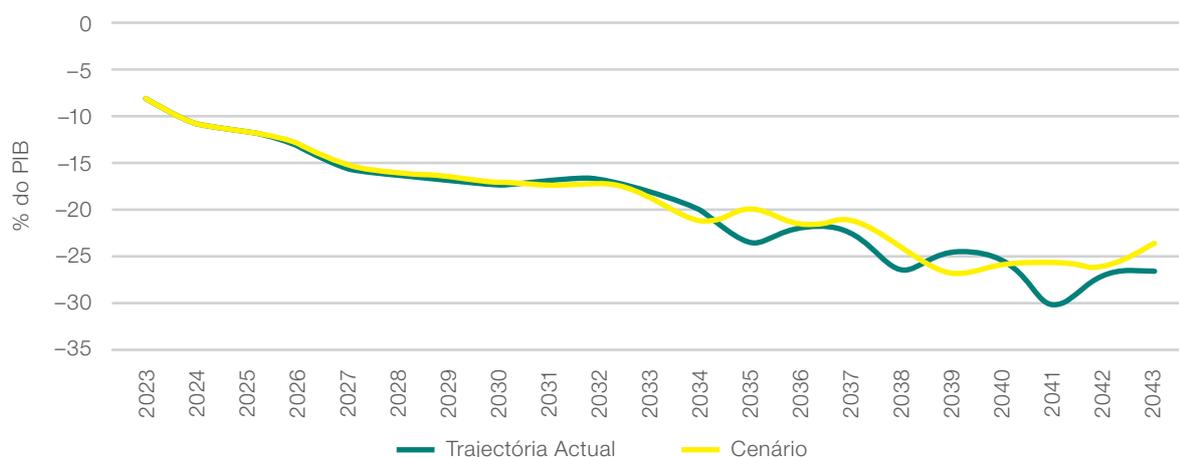
A implementação da Estratégia Nacional de Exportação, que tem como objectivo fazer a economia subir na cadeia de valor, poderá alterar esta previsão. A implementação bem-sucedida da ZCLCA oferece esperança de melhorar a balança comercial de Moçambique. Contudo, o país ainda não apresentou a sua oferta pautal, nem tão-pouco as suas ofertas pautais nos cinco sectores de serviços prioritários (i.e., serviços financeiros, de turismo, de negócios, de comunicação e de transportes) ao abrigo da ZCLCA. O aumento das exportações no âmbito da ZCLCA exigirá uma identificação cuidadosa e apoio aos sectores em que Moçambique tem uma vantagem comparativa e a concepção de uma estratégia empresarial para envolver as cadeias de valor regionais. Uma política comercial aberta sem uma avaliação estratégica dos seus impactos pode prejudicar as indústrias nacionais.

Cenário de Comércio Livre (ZCLCA)

O cenário de comércio livre (ZCLCA) modela o impacto da implementação total da ZCLCA até 2035. O cenário aumenta as exportações nos sectores da indústria transformadora, agricultura, serviços, TIC, materiais e energia. Inclui também uma redução dos direitos aduaneiros para todos os sectores e uma melhoria do crescimento da produtividade em resultado da concorrência e da difusão de tecnologias decorrentes da liberalização do comércio.

No cenário de Comércio Livre, o tamanho da economia será US\$4.8 biliões maior do que seria na Trajectória Actual em 2043. O moçambicano médio terá um rendimento que é US\$144 (PPC) mais elevado do que na Trajectória Actual, enquanto a taxa de pobreza será 2,3 pontos percentuais mais baixa (ou menos 1,3 milhões de pessoas em pobreza extrema) em 2043, quando comparada com a Trajectória Actual.

Gráfico 41: Balança comercial na Trajectória Actual e no Cenário da ZCLCA, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14

Fluxos financeiros externos em Moçambique

Moçambique é um beneficiário significativo do investimento directo estrangeiro (IDE) e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em África. Durante duas décadas, após a guerra civil, Moçambique emergiu como um destinatário privilegiado do apoio dos doadores, recebendo 10% a 15% do total dos fluxos de IDE encaminhados para a África Subsariana.⁹⁰ Grande parte deste IDE tem financiado grandes projectos na indústria extractiva com uma ligação limitada à economia nacional em geral.

Moçambique tem beneficiado significativamente de uma vasta cooperação para o desenvolvimento e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), nomeadamente de importantes contribuintes como os Estados Unidos. Com base nas conclusões de um relatório do Serviço de Investigação do Congresso, Moçambique recebeu uma ajuda média anual de US\$ 452 milhões do governo dos EUA entre 2016 e 2018, ajuda essa destinada a apoiar os serviços de cuidados de saúde primários, a adquirir infra-estruturas médicas essenciais e a facilitar a formação de profissionais de saúde. O relatório salientou ainda que a ajuda internacional a Moçambique, entre 2008 e 2017, atingiu uma média anual de US\$ 1,96 mil milhões, posicionando Moçambique como o 15.º maior beneficiário de ajuda global da comunidade internacional.⁹¹

Estes substanciais fluxos de IDE e APD facilitaram o rápido e sustentado crescimento económico e a estabilidade política de Moçambique no pós-guerra civil. Em reacção ao empréstimo clandestino de 2016, estimado em US\$ 2 mil milhões, os doadores que prestavam apoio orçamental, incluindo o FMI, uniram-se para cortar a ajuda financeira ao governo e exigiram inquéritos independentes sobre as dívidas. Os empréstimos concessionais das instituições financeiras internacionais tornaram-se limitados, sendo que a APD caiu de 17,5 para 12,4% do PIB, entre 2013 e 2018. O IDE secou à

90 F H Gebregziabher e AP Sala. Mozambique's 'hidden debts': Turning a crisis into an opportunity for reform. World Bank Blogs, April 2022, <https://blogs.worldbank.org/africacan/mozambiques-hidden-debts-turning-crisis-opportunity-reform#>

91 Mozambique: Politics, Economy, and U.S. Relations, CRS Report, July 2019, <https://www.everycrsreport.com/reports/R45817.html>

medida que os investidores internacionais foram perdendo confiança. Tendo em conta que quase metade do orçamento nacional anual provém de fundos de doadores, a suspensão da ajuda teve um impacto significativo na estabilidade económica do país. O metical (moeda nacional) desvalorizou-se drasticamente, a inflação subiu para 17,4% no final de 2016 e o espaço fiscal diminuiu acentuadamente. A dívida externa pública e com garantia pública de Moçambique aumentou de 61% do PIB em 2016, para 104% em 2018, e o país entrou inevitavelmente em incumprimento da sua dívida em 2016. Como resultado, as agências de notação de crédito baixaram a notação do soberano para incumprimento selectivo ou restrito e o Banco Mundial e o FMI reclassificaram a dívida externa de Moçambique para “em dificuldades”.⁹²

Na Trajectória Actual, a média dos fluxos de ajuda para Moçambique será de cerca de 12,5% do PIB no período 2023–2043, enquanto a média dos fluxos de IDE será de cerca de 16% do PIB no mesmo período.

As remessas desempenham um papel importante na mitigação da pobreza em Moçambique, uma vez que as remessas dos trabalhadores migrantes (principalmente da África do Sul) são importantes fontes de rendimento para algumas famílias. O valor médio das remessas para Moçambique durante o período 2005–2002 foi de US\$ 94,4 milhões, tendo-se registado um valor mínimo de US\$ 8 milhões em 2005 e um valor máximo de US\$ 278,2 milhões em 2021. O valor das remessas em 2022 (os últimos dados disponíveis) foi de US\$ 160,9 milhões, equivalente a 1,69% do PIB.⁹³ Para além da sua contribuição para a redução da pobreza e o desenvolvimento humano, as remessas tendem a ser menos voláteis às recessões económicas do que o IDE e outros tipos de fluxos de capital e, por conseguinte, ajudam a aumentar as reservas de divisas. Por conseguinte, devem ser envidados esforços para oferecer aos remetentes formas mais baratas e mais rápidas de enviarem dinheiro aos seus familiares, a fim de aumentarem os fluxos de remessas para o país.

Tal como muitos outros países, Moçambique regista fluxos financeiros ilícitos (FFI). Estima-se que, entre 2005–2014, 10% do total das receitas do Estado foi transferido para fora do país de forma ilícita.⁹⁴ Esta é uma realidade profundamente preocupante, uma vez que existe uma ligação comprovada entre a extensão dos recursos naturais de um país e a dimensão dos FFI. Dada a fragilidade dos controlos de governação existentes em Moçambique, os estudos de investigação ilustram que, efectivamente, cria-se um clima propício ao florescimento do IFF no país.⁹⁵

Cenário dos Fluxos Financeiros

Um aumento dos fluxos financeiros externos pode trazer benefícios económicos consideráveis a Moçambique e reduzir as suas dificuldades persistentes na balança de pagamentos. O cenário dos fluxos financeiros representa um aumento razoável, mas ambicioso dos fluxos de capital

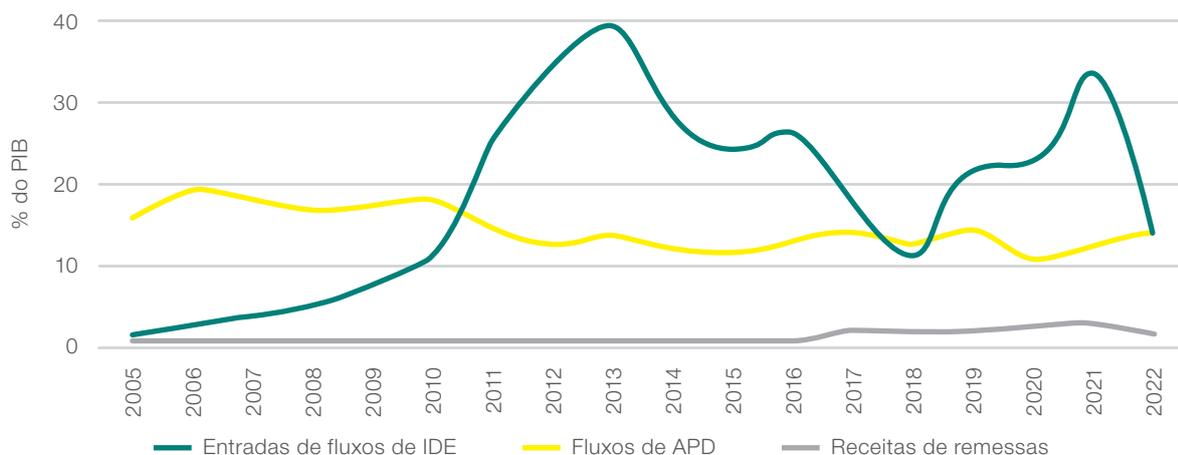
92 F H Gebregziabher e AP Sala. Mozambique's 'hidden debts': Turning a crisis into an opportunity for reform. World Bank Blogs, April 2022

93 The Global Economy, Mozambique: Remittances, <https://www.theglobaleconomy.com/Mozambique/remittances/#>

94 N Overy and D Ribeiro, South African Public Financing of the Mozambique Liquid Natural Gas Project, Fair Finance Coalition Southern Africa

95 R Kukutschka, Illicit financial flows in Mozambique, U4Anti-Corruption Resource Centre, 2018

Gráfico 42: Tendências recentes dos fluxos financeiros externos para Moçambique, 2005–2022



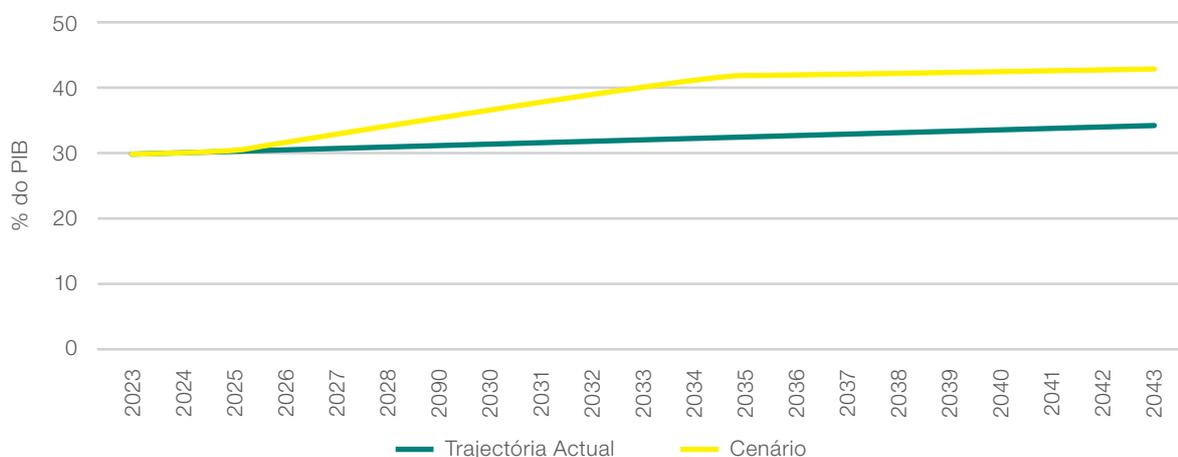
Fonte: Dados do Banco Mundial e da CNUCED

externo para Moçambique. Especificamente, o cenário aumenta os fluxos internos de remessas de trabalhadores, os fluxos de ajuda para Moçambique, o stock de IDE, bem como as entradas de investimento de carteira. Também reduz os fluxos financeiros para o exterior de maneira a emular uma redução das saídas financeiras ilícitas.

No cenário dos fluxos financeiros, a dimensão da economia será maior em US\$ 4,6 biliões do que seria na Trajectória Actual em 2043. O moçambicano médio terá um rendimento que é maior em US\$140 (PPC) do que na Trajectória Actual, enquanto a taxa de pobreza será cinco pontos percentuais mais baixa (ou menos 2,8 milhões de pessoas em pobreza extrema) em 2043, em comparação com a Trajectória Actual.

As receitas públicas aumentam ao longo do horizonte de previsão, atingindo US\$ 22,4 mil milhões em 2043, isto é, mais US\$ 6 mil milhões do que a Trajectória Actual no mesmo ano (Gráfico 43).

Gráfico 43: Receitas públicas nos Cenários da Trajectória Actual e dos Fluxos Financeiros, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14

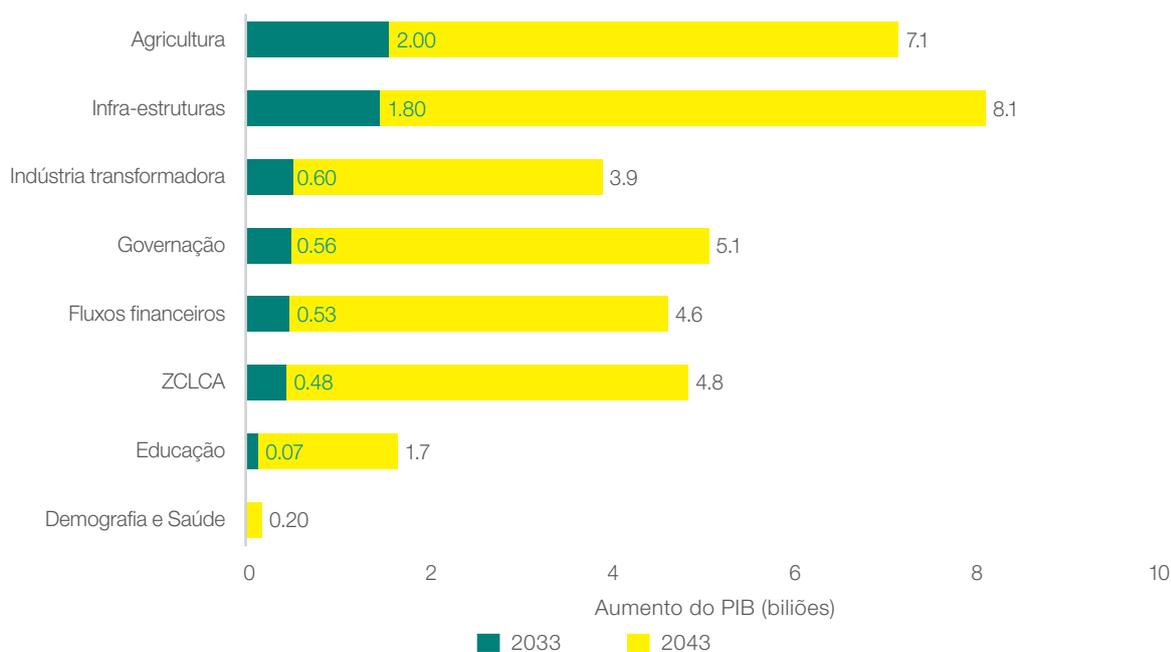
Há várias vias que podem explicar a associação positiva entre as entradas de capital e as receitas públicas. A primeira é directa, porque o GdM depende fortemente dos doadores para o seu orçamento. Mais ajuda significa mais receitas para o GdM prestar serviços públicos. Outra é indirecta: maiores entradas estão associadas a maiores receitas tributárias porque os investidores directos estrangeiros tendem a ter bons hábitos de cumprimento tributário ou estão sujeitos a impostos sobre os recursos naturais. Maiores fluxos de entrada estão também associados a um maior crescimento económico e, por conseguinte, a maiores receitas públicas.

Comparação dos impactos dos cenários

Esta secção compara os impactos de cada cenário sectorial nos principais indicadores de desenvolvimento, tais como o PIB per capita e a pobreza. Moçambique recebe um impulso no seu PIB em todos os cenários. Como mostra o Gráfico 44, a dimensão da economia moçambicana em cada cenário será maior do que na Trajectória Actual. A economia de Moçambique é a que mais beneficiará das intervenções no cenário das Infra-estruturas até 2043.

O cenário das Infra-estruturas terá o impacto mais significativo no PIB até 2043, seguido dos cenários da Agricultura, Governação, ZCLCA, Fluxos Financeiros e Indústria Transformadora.

Gráfico 44: Reforço da dimensão da economia moçambicana (PIB) em cada cenário relativamente à trajectória actual, 2033 e 2043

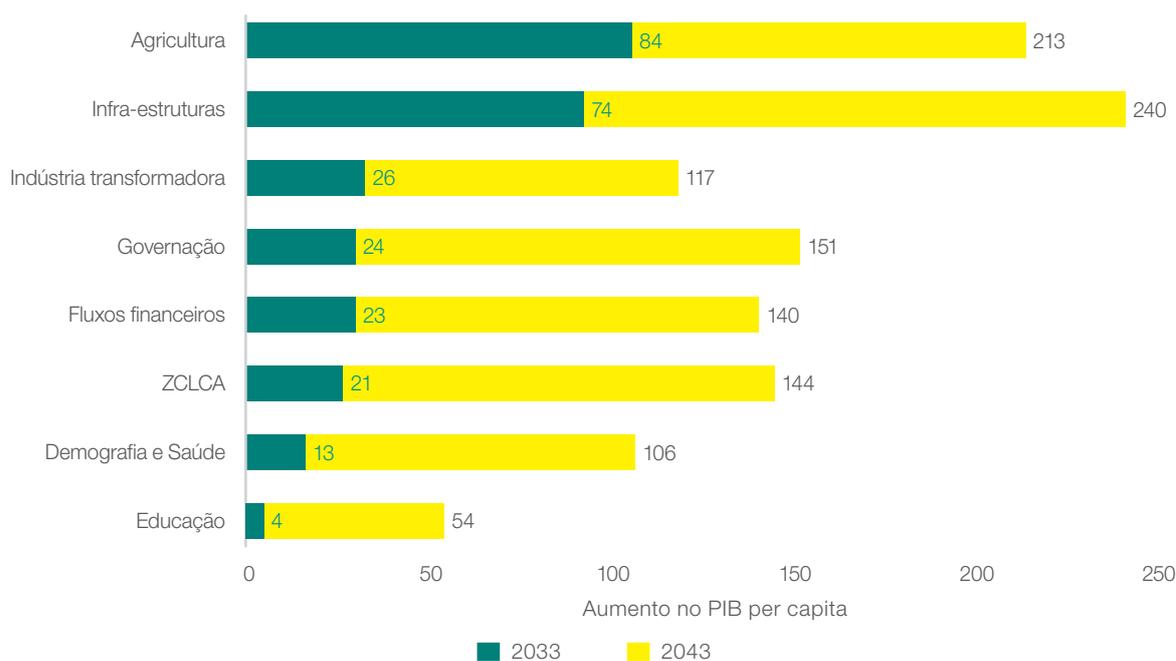


Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos dos dados das contas nacionais do Banco Mundial e dos ficheiros de dados das contas nacionais da OCDE

A curto prazo (até 2035), a agricultura tem o maior impacto no PIB. O impacto do cenário da Educação no crescimento é o segundo mais baixo, a seguir ao cenário da Demografia e da Saúde. O investimento em capital humano afecta a produtividade do trabalho com um longo desfasamento temporal. Estudos demonstraram que são necessários mais de 15 anos para que a produção ultrapasse a de um programa que investe principalmente em infra-estruturas.⁹⁶ O efeito de melhoria da produtividade da educação depende do facto de as competências estarem a ser aproveitadas através do emprego.

Do mesmo modo, todas as intervenções aumentam o PIB per capita acima da Trajectória Actual (gráfico 45). O cenário das infra-estruturas tem o impacto positivo mais significativo no PIB per capita, com um aumento de US\$ 148 acima da Trajectória Actual em 2043. O segundo e terceiro impactos mais significativos do PIB per capita são obtidos no cenário da Agricultura (US\$ 131 acima da Trajectória Actual) e no cenário da Governação (US\$ 92). Os cenários da Educação e da Demografia e Saúde são os menos impactantes, com um aumento de US\$ 33 e US\$ 64 (respectivamente) em comparação com a Trajectória Actual em 2043.

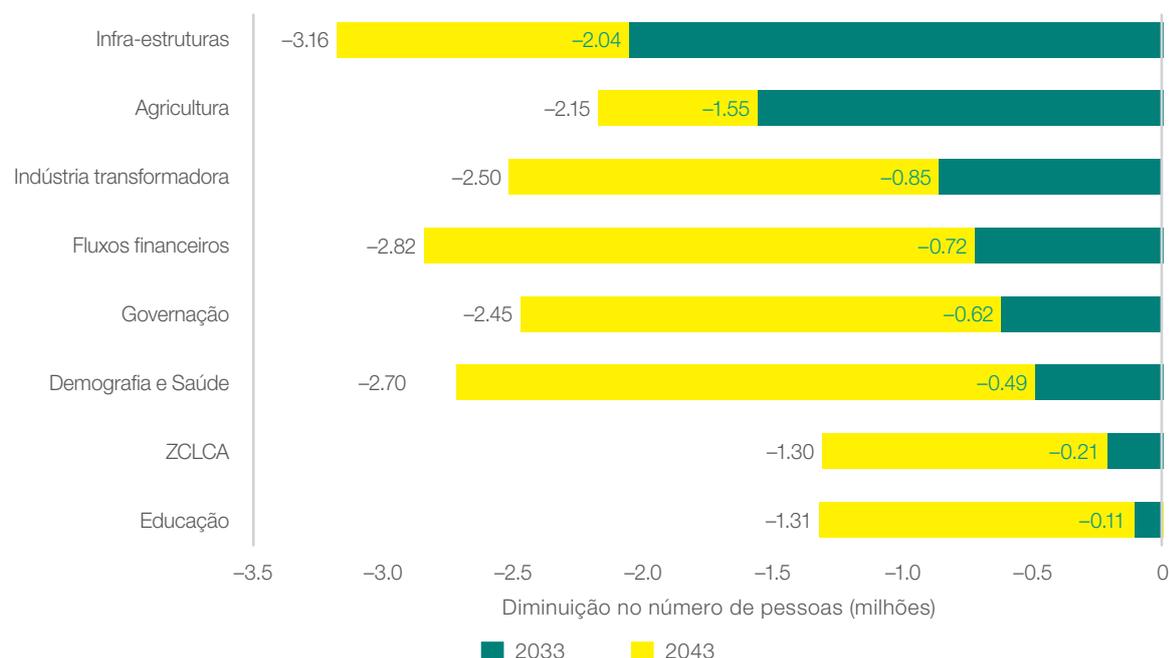
Gráfico 45: Aumento do PIB per capita (PPC) em cada cenário relativamente à trajectória actual, 2033 e 2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do FMI e do Banco Mundial

96 African Development Bank, African Economic Outlook 2021, www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2021

Gráfico 46: Diminuição do número de pessoas em situação de pobreza (<US\$2,15 por dia) em cada cenário relativamente à trajetória actual, 2033 e 2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do FMI e do Banco Mundial

O Gráfico 46 mostra que todas as intervenções dos cenários contribuem para a redução da pobreza em Moçambique. As taxas de pobreza nos cenários até 2043 são de 41,1% no cenário da Agricultura, ZCLCA (42,6%), Educação (42,7%), Fluxos Financeiros (39,9%), Governação (40,5%), Demografia e Saúde (42,6%), Infra-estruturas (39,3%) e no cenário da Indústria Transformadora (40,4%), em comparação com os 44,9% na Trajetória Actual.

Até 2035, o desenvolvimento de infra-estruturas e o cenário da Agricultura revelarão o menor número de pessoas pobres em comparação com os outros cenários. Estas conclusões implicam que, a curto e médio prazos, o desenvolvimento de infra-estruturas e o crescimento do sector agrícola têm o maior potencial para aumentar o rendimento e o consumo entre os mais pobres em Moçambique.

A longo prazo, a contribuição do sector agrícola para a redução da pobreza diminuirá devido à transformação estrutural da economia, que envolve a transferência de recursos produtivos de sectores de baixa produtividade – como a agricultura de subsistência – para actividades de maior produtividade na indústria transformadora ou no sector de serviços de alta qualidade.

Em geral, as conclusões mostram claramente que investir em infra-estruturas, revitalizar a agricultura, melhorar a governação, impulsionar o sector transformador e implementar a ZCLCA poderia melhorar significativamente as perspectivas de desenvolvimento de Moçambique.



O Cenário Combinado

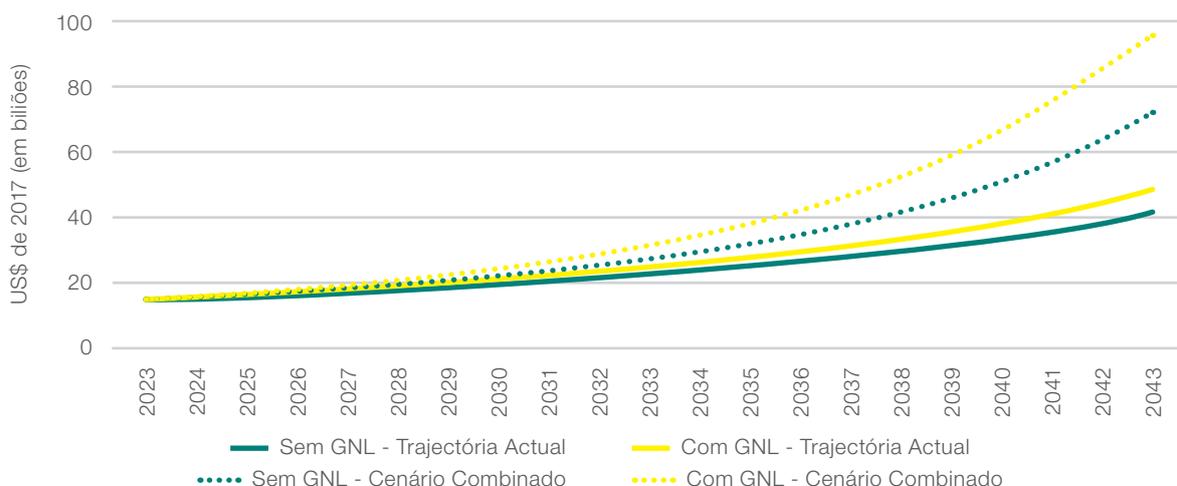
Na secção anterior, examinámos o impacto de oito cenários sectoriais. No entanto, estes sectores não estão isolados, estão fortemente interligados. Por exemplo, as infra-estruturas e o desenvolvimento do capital humano são cruciais para a industrialização e a diversificação económica. Do mesmo modo, a construção de estradas rurais é vital para a comercialização da agricultura e a auto-suficiência alimentar. A agricultura pode também abrir caminho à indústria transformadora através da agro-transformação, enquanto a melhoria da governação e da segurança é transversal a todos os sectores. Assim, uma abordagem holística ou um impulso político coordenado em todos os sectores é a melhor opção para alcançar um crescimento inclusivo e sustentado em Moçambique. Por conseguinte, o cenário combinado liga todos os cenários sectoriais acima mencionados; representa um impulso de desenvolvimento integrado para eliminar os constrangimentos vinculativos ao crescimento e desenvolvimento sustentados e inclusivos em Moçambique.

Se o cenário combinado (incluindo o GNL) fosse implementado, Moçambique poderia esperar uma melhoria significativa nas suas perspectivas de desenvolvimento humano e económico. Neste cenário, a taxa média de crescimento entre 2023 e 2043 será de 9,3%, em linha com a taxa média de crescimento esperada de 9,2%⁹⁷ (incluindo o GNL) durante o mesmo período no Cenário Optimista do Governo na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023–2043).

A dimensão da economia moçambicana, medida em termos do PIB à taxa de câmbio do mercado (TCM), é US\$ 47 mil milhões mais elevada do que a da Trajectória Actual em 2043. Na Trajectória Actual, Moçambique terá a 26ª maior economia de África em 2043. Se o Cenário Combinado (incluindo o GNL) fosse implementado, o país teria a 17ª maior economia de África em 2043, com um PIB de US\$ 95,2 mil milhões – assumindo um cenário de manutenção do *statu quo* (Trajectória Actual) para outros países. No Cenário Combinado (excluindo o GNL), o PIB de Moçambique atingirá US\$ 70,9 mil milhões em 2043, ou seja, US\$ 24,2 mil milhões menos do que no Cenário Combinado (incluindo o GNL).

97 Estratégia Nacional De Desenvolvimento, 2023–2043

Gráfico 47: PIB na trajectória actual e no cenário combinado, 2023–2043

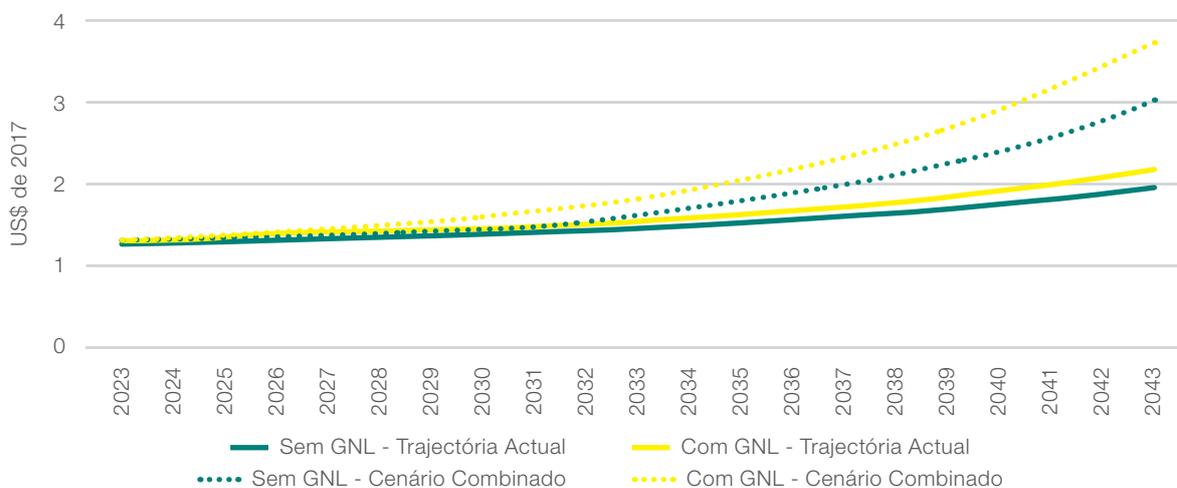


Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do FMI e Banco Mundial

No cenário combinado (com GNL), o PIB per capita (PPC) será de US\$ 3 677, o que será US\$ 1 536 superior ao que seria na Trajectória Actual (com GNL) em 2043 (Gráfico 48). O PIB per capita em 2043, medido (à taxa de câmbio do mercado (TCE)) será de US\$ 1 880, cerca de US\$ 1 000 acima dos US\$ 870 da Trajectória Actual. De acordo com os pressupostos do cenário da Trajectória Actual para os grupos de pares de rendimento, Moçambique alcançará o PIB per capita médio dos países de baixo rendimento em África em 2041. No cenário Combinado (sem GNL), o PIB per capita de Moçambique atingirá US\$ 2 944 em 2043, ou seja, US\$ 732 mais baixo do que no cenário Combinado (com GNL).

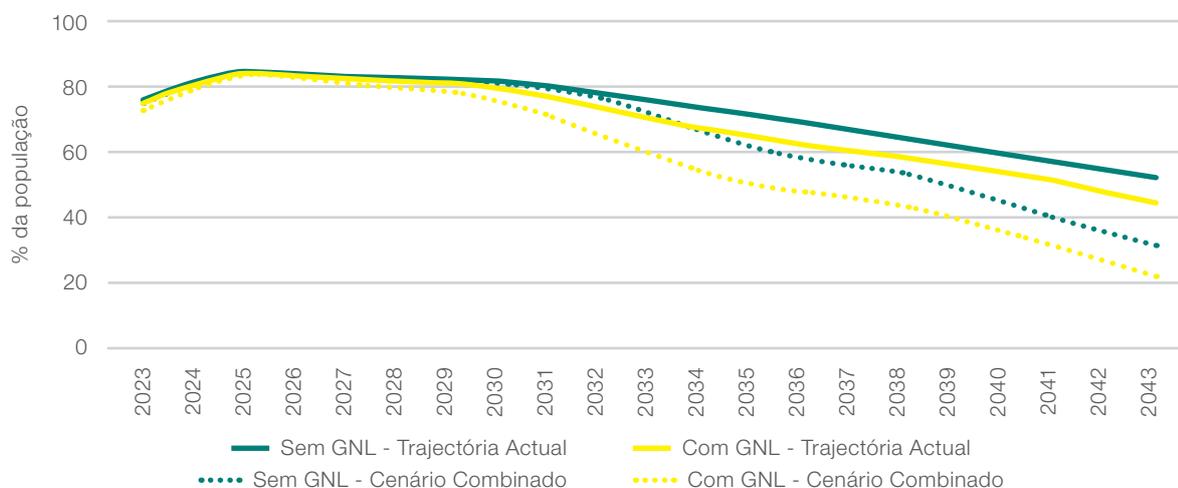
O cenário combinado tem o potencial de gerar um crescimento inclusivo em Moçambique. Na trajectória do cenário combinado (com GNL), a taxa de pobreza (a US\$2,15) será de 22,4% em 2043, em vez de 44,9% na Trajectória Actual (com GNL) no mesmo ano (Gráfico 49). Isto traduz-se em cerca de 11 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema em 2043, contra quase

Gráfico 48: PIB per capita (PPC) na trajectória actual e no cenário combinado, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do FMI e do Banco Mundial

Gráfico 49: Pobreza extrema (<US\$2,15 por dia) na trajectória actual e no cenário combinado, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.14; dados históricos do Banco Mundial

25 milhões de pessoas na Trajectória Actual (com GNL). Por outras palavras, menos 13,5 milhões de moçambicanos viverão na pobreza extrema em 2043 do que na Trajectória Actual (com GNL).

Na trajectória do cenário combinado (sem GNL), a taxa de pobreza a US\$2,15 será de 30,2% em 2043, ou seja, 7,7 pontos percentuais acima da taxa de pobreza no cenário combinado (com GNL). Isto equivale a mais 4,1 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema em 2043, em comparação com o cenário combinado (com GNL).

A dependência da importação agrícola é de 23,6% da procura total no cenário combinado (com GNL) em 2043, em comparação com os 45% na Trajectória Actual (com GNL) no mesmo ano. Moçambique continuará a importar produtos agrícolas, mas a um nível muito mais baixo do que na Trajectória Actual.

Em geral, Moçambique poderia esperar um futuro significativamente mais risonho se o cenário combinado fosse implementado. Contudo, o sucesso exigirá uma forte determinação política e o empenhamento das autoridades moçambicanas, bem como recursos financeiros. O gás natural trará grandes somas de dinheiro e poderá melhorar a qualidade de vida em Moçambique. Mas isto não é simples; só se concretizará se as receitas forem utilizadas para investir em sectores de desenvolvimento.

A implementação do cenário combinado (com GNL) exigirá esforços para mitigar o seu impacto nas emissões de carbono, rumo a um desenvolvimento sustentável acelerado. Com o aumento da actividade económica no cenário combinado, Moçambique produzirá 14 milhões de toneladas de carbono a partir de combustíveis fósseis em comparação com 10 milhões de toneladas na Trajectória Actual (com GNL) em 2043.



Conclusões e recomendações políticas

O estudo teve como objectivo modelar o futuro de Moçambique, examinando a sua trajectória de desenvolvimento na Trajectória Actual até 2043 e modelando cenários ambiciosos, mas realistas, em oito sectores. A análise da Trajectória Actual mostrou que Moçambique enfrenta desafios de desenvolvimento significativos que impedem o progresso: governação fraca, corrupção, transição demográfica lenta, estrangulamentos nas infra-estruturas e no capital humano, baixa produtividade agrícola e diversificação económica limitada. Embora o país tenha feito progressos após 1992 e venha a melhorar os seus resultados em termos de desenvolvimento económico e humano no futuro, é provável que Moçambique não atinja a maioria dos seus objectivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023–2043). Mesmo apesar das receitas esperadas dos megaprojectos de gás, Moçambique continuará provavelmente a ter um maior número de pessoas a viverem em pobreza extrema em 2043, o que implica que a Trajectória Actual não é uma boa opção.

Os vários cenários simulam intervenções políticas ambiciosas, mas realistas, em oito sectores (agricultura, educação, governação, infra-estruturas, saúde e demografia, fluxos financeiros, indústria transformadora e comércio). O desenvolvimento das infra-estruturas é o que tem um impacto mais significativo no crescimento económico, mas nenhum cenário pode, por si só, garantir um crescimento inclusivo. É essencial um impulso de desenvolvimento integrado em sectores-chave, como demonstrado pelo cenário combinado. Os progressos dependerão da qualidade da governação e das instituições, uma vez que uma governação fraca conduz a uma má gestão das finanças públicas, à instabilidade macroeconómica e a uma aplicação deficiente das políticas.

Como ponto de partida, é fundamental melhorar a transparência e a eficácia da governação. A corrupção afecta: a capacidade de um país de prestar serviços relevantes; o crescimento económico; e o desenvolvimento económico sustentável. As autoridades moçambicanas devem combater eficazmente a corrupção através das seguintes medidas:

- Iniciar campanhas de sensibilização, digitalizar os intercâmbios entre o Estado, os cidadãos e as empresas, bem como levar à justiça e punir aqueles que se envolvam em práticas corruptas.

Por exemplo, o Ruanda passou de um nível elevado de corrupção para um dos mais baixos da África Subariana, através de uma forte vontade política e de uma mudança de visão cultural sobre a moralidade das práticas corruptas e medidas de prevenção e sanção.⁹⁸

- Capitalizar o poder das novas tecnologias para melhorar o sistema de gestão financeira pública, que reduz as oportunidades de furto de recursos públicos e aumenta o risco de detecção.
- Incluir o jornalismo de investigação independente no seu conjunto de ferramentas anticorrupção. Os jornalistas de investigação podem mitigar a corrupção ao informar sobre o financiamento, a aquisição e a execução de projectos.
- Melhorar a mobilização das receitas nacionais para apoiar o investimento público e melhorar a estabilidade macroeconómica. A digitalização pode ajudar a impulsionar a mobilização de receitas internas, melhorando a eficiência tributária

A produtividade e a comercialização da agricultura precisam de ser melhoradas. Para o efeito, as autoridades moçambicanas devem:

- Melhorar a rede de infra-estruturas em matéria de transportes – especialmente nas zonas rurais – com uma rede rodoviária fiável e com todas as condições meteorológicas para facilitar a produção e comercialização agrícolas. Dada a grande população rural de Moçambique, o investimento em infra-estruturas rodoviárias rurais promoverá impactos económicos positivos, tais como a melhoria dos rendimentos rurais, o aumento da produtividade agrícola e o aumento da participação na economia. A mobilidade e a conectividade adicionais para os grupos da população rural promoverão impactos sociais positivos, tais como a redução da pobreza, a redução da taxa de mortalidade materna e a melhoria da saúde pediátrica.
- Investir em tecnologias que aumentem a produtividade e facilitar o acesso a: plântulas de alto rendimento, resistentes a doenças e à seca; fertilizantes; e garantias de crédito para os agricultores. Além do mais, as autoridades do país devem apoiar as actividades de I&D, com vista a reforçar a resiliência e a produtividade agrícola.
- Proteger a produção e a comercialização agrícola contra os fenómenos meteorológicos, investindo em infra-estruturas resistentes ao clima. Por exemplo, podia-se adoptar a energia solar, que facilitaria a irrigação e o controlo da temperatura para o armazenamento de alimentos.
- Adoptar uma abordagem baseada no ecossistema, que se concentre na recuperação e protecção do ecossistema (por exemplo, protecção das florestas, recuperação de zonas húmidas, reabilitação de bacias hidrográficas e solos), de modo a proteger as comunidades rurais contra inundações e outros impactos negativos das alterações climáticas e da degradação dos solos. As soluções baseadas na natureza – como a reabilitação de bacias hidrográficas – provaram ser eficazes na prevenção de danos causados pelas cheias. Ademais, minimizam o escoamento em períodos de precipitação excessiva.

98 World Bank, Rwanda's Anti-Corruption Experience: Actions, Accomplishments, and Lessons, Report No: ACS29873, 2020, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34564/Rwanda-s-Anti-Corruption-Experience-Actions-Accomplishments-and-Lessons.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

- Disponibilizar serviços de extensão rural para formar os agricultores em matéria de produção de culturas rentáveis, rotação de culturas, técnicas de irrigação e comercialização.

Para além de aumentar a produtividade agrícola, Moçambique precisa de expandir a diversificação económica e a industrialização, de modo a lograr um crescimento inclusivo e sustentável. Para promover a diversificação económica e a industrialização, as autoridades moçambicanas devem:

- Levar a cabo reformas no ambiente de negócios, com o objectivo de reduzir os custos e riscos das empresas, melhorando a qualidade da regulamentação empresarial. A simplificação dos procedimentos e formalidades administrativos torna mais fácil para as empresas – especificamente as pequenas e médias empresas (PME) – fazerem negócios, testarem novas ideias e crescerem. Isto ajudará a reduzir o nível de informalidade. Moçambique pode aprender com o Ruanda a criar um ambiente favorável às empresas que apoie a transformação estrutural e aumente a produtividade. Graças a esforços intensivos com vista a melhorar a sua qualidade reguladora no campo dos incentivos empresariais, o Ruanda tornou-se o segundo melhor lugar para fazer negócios na África Subsaariana.⁹⁹
- Empoderar o Centro de Promoção do Investimento de Moçambique para trabalhar activamente no sentido de atrair o IDE necessário na indústria transformadora – por forma a criar valor e incentivar as ligações entre o IDE e as empresas locais, em prol da difusão de tecnologia. O privilégio de tarifa zero com os EUA ao abrigo da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA) deve ser utilizado para atrair investidores estrangeiros a investirem em Moçambique e exportarem para os EUA. Isto ajudará o país a diversificar e sofisticar as suas exportações. A Agência de Investimento e Promoção das Exportações de Moçambique (APIEX) deve fazer um esforço para identificar e expandir novos mercados de exportação para os produtos “made in Mozambique”. A este respeito, as autoridades devem aperfeiçoar a Política Comercial Nacional em conformidade com a ZCLCA e acelerar a sua implementação. A ZCLCA é uma via que poderá permitir a Moçambique diversificar as suas exportações para além dos bens primários.
- Resolver os défices de infra-estruturas que prejudicam o desenvolvimento do sector privado no país. Um fornecimento fiável de electricidade nas zonas rurais pode ser assegurado através de soluções de mini-rede e fora da rede, utilizando energias renováveis e melhorando o desempenho da Electricidade de Moçambique (EDM). Melhorar a conectividade de banda larga, através da expansão da oferta de infra-estruturas LTE (comunicação de banda larga sem fios para dispositivos móveis) nas zonas mais pobres.
- Investir no capital humano e no desenvolvimento de competências, dando especial atenção ao ensino e formação profissional (TVET, na sigla inglesa) e aos cursos de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM). O rácio professor qualificado/aluno deve ser reforçado, especialmente nas zonas rurais, para melhorar a qualidade da educação. As nossas entrevistas com peritos em Maputo indicaram que existe uma escassez de mão de obra qualificada no sector extractivo; não existem engenheiros moçambicanos qualificados em número suficiente para trabalhar no sector do gás.

99 T Bernatzki, M Busse e R Hoekstra, Promoting Rwanda’s business environment: Impact of reforms and drivers of change, *Development Policy Review*, 40:2, 2022, e12578.

Os esforços para reduzir a taxa de fertilidade e acelerar a transição demográfica contribuiriam para a redução da pobreza. As autoridades moçambicanas devem:

- Continuar a disponibilização e propagação de contraceptivos modernos, concentrando-se nos grupos populacionais carentes, mais jovens e mais rurais, onde as campanhas de sensibilização e a aceitação de contraceptivos permanecem baixas.
- Educar os homens sobre o seu papel no planeamento familiar e garantir que o ónus do controlo da natalidade não recai apenas sobre as mulheres.

Moçambique é propenso a catástrofes naturais, especialmente ciclones, cheias e secas que podem afectar as perspectivas de desenvolvimento previstas neste estudo, particularmente na agricultura e infra-estruturas. A preparação para as catástrofes naturais é essencial e as autoridades moçambicanas devem:

- Continuar a investir na prevenção de perigos naturais e melhorar os sistemas de alerta precoce.
- Reforçar as medidas de adaptação nos sectores da agricultura, pescas, energia, ambiente e água, com especial atenção para as zonas costeiras.

Em conclusão, uma implementação dedicada destas políticas – alinhada com os pilares da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique – é essencial para que o país atinja os seus objectivos de desenvolvimento. O sucesso destas recomendações depende do esforço empenhado e da dedicação das autoridades moçambicanas. Embora a definição de agendas e metas de desenvolvimento seja um ponto forte de muitos países africanos, o desafio continua a ser a sua implementação efectiva. Se Moçambique se esforçar de uma forma concentrada, poderá ultrapassar este desafio e concretizar os seus objectivos de desenvolvimento.

Anexo

Dados do projecto

Os dados seguintes foram actualizados no modelo IFs aplicado a Moçambique:

SeriesGDPInformal%Blended	Dimensão do sector informal (% do PIB)	Banco Mundial
SeriesGiniExtended	Índice Gini	Banco Mundial
SeriesIncBelow2D15c%	População que vive abaixo do limiar da pobreza (> US\$2.15 por dia)	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
SeriesCorruption	Nível de corrupção	Transparência Internacional
SeriesFreedomEcon	Nível de Liberdade Económica	Fraser Institute
SeriesGovtDebt%GDP	Dívida da Administração Central como percentagem do PIB	FMI
SeriesLaborParRate15PlusFemale%	Taxa de participação laboral, mulheres	Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (ILOSTAT)
SeriesLaborParRate15PlusMale%	Taxa de participação laboral, homens	Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (ILOSTAT)
SeriesLaborParRate15PlusTotal%	Taxa de participação laboral, total	Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (ILOSTAT)

Séries actualizadas (Descrição)	Definição	Fonte
SeriesPopulation	Tamanho da população	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
SeriesTFR	Taxa de fertilidade total: filhos por mulher	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
SeriesHealthMalarDthsper100000	Mortes por paludismo (por cada 100 000 habitantes)	Relatórios mundiais sobre a malária da OMS, 2022
SeriesAgProdCereals	Produção de cereais	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAOSTAT)
SeriesVaddMan%	Valor acrescentado na indústria transformadora em percentagem do PIB	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
SeriesVaddAg%	Valor acrescentado na agricultura em percentagem do PIB	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
SeriesVaddInd%	Valor acrescentado na indústria em percentagem do PIB	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
SeriesVaddSer%	Valor acrescentado nos serviços em percentagem do PIB	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
EdSecLowerEnrollGross%Female	Educação, Secundária, Primária, Taxa Bruta de Matrícula em Todos os Programas, Sexo Feminino	UNESCO
EdSecLowerEnrollGross%Male	Educação, Secundária, Primária, Taxa Bruta de Matrícula em Todos os Programas, Sexo Masculino	UNESCO
EdSecLowerEnrollGross%Total	Educação, Secundária, Primária, Taxa Bruta de Matrícula em Todos os Programas, Total	UNESCO
EdSecUpperEnrollGross%Female	Educação, Secundária, Superior, Taxa Bruta de Matrícula em Todos os Programas, Sexo Feminino	UNESCO

Séries actualizadas (Descrição)	Definição	Fonte
EdSecUpperEnrollGross%Male	Educação, Secundária, Superior, Taxa Bruta de Matrícula em Todos os Programas, Sexo Masculino	UNESCO
EdSecUpperEnrollGross%Total	Educação, Secundária, Superior, Taxa Bruta de Matrícula em Todos os Programas, Total	UNESCO

Intervenções em cenários

Todas as intervenções iniciam-se a partir de 2026, são interpoladas até 2035 e depois mantidas a esse nível até 2043, excepto indicação em contrário.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Cenário da Governação		
Melhorar a qualidade da regulamentação governamental (govregqualm)	Interpolar de 1 a 1,2 até 2035 e depois manter a esse nível	<p>O excesso de regulamentação ou a fraca qualidade da regulamentação é um dos constrangimentos ao crescimento em Moçambique.</p> <p>Entre 2005 e 2014, o Ruanda aumentou a sua pontuação no índice de qualidade reguladora em cerca de 80%.</p> <p>Na Trajectória Actual, a pontuação de Moçambique no índice de qualidade reguladora aumenta de 1,8 em 2026, para 2,1/5 em 2043. A intervenção eleva o país para 2,6 em 2043, o que está ligeiramente acima da África de baixo rendimento, mas abaixo da pontuação projectada para o Ruanda em 2043.</p>
Reforçar a democracia (democm)	Interpolar de 1 a 1.05 até 2035 e depois manter	<p>Entre 2012 e 2017, a pontuação do Burkina Faso aumentou em 60%.</p> <p>Este cenário acelera a democratização. A pontuação de Moçambique no Índice de Constituição Política aumenta em quase 21% entre 2026 e 2035. A pontuação de Moçambique em 2043 está acima da média projectada para a África de baixo rendimento, mas a par da da Libéria.</p>

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Melhorar a liberdade económica (econfreem)	Interpolar de 1 a 1.12 até 2035 e depois manter a esse nível	O Ruanda melhorou a sua classificação em cerca de 23% entre 2000 e 2010. Neste cenário, a pontuação de Moçambique melhora em cerca de 14% entre 2026 e 2035 para atingir 7,4/10 em 2043, ligeiramente acima da média da África de baixo rendimento, mas abaixo da do Ruanda e do Uganda.
Melhorar o empoderamento do género – Substituto para a inclusão (gemm)	Interpolar de 1 a 1.25 até 2035 e depois manter a esse nível	Entre 1995 e 2007, a pontuação da Etiópia em termos de empoderamento do género melhorou 129%. Entre 2026 e 2035, a intervenção melhora o empoderamento do género em 28%, atingindo, 54/1 em 2043, acima da média projectada para a África de baixo rendimento, mas abaixo da do Uganda e da Etiópia.
Reduzir a corrupção (govcorruptm)	Interpolar de 1 a 1.2 até 2035 e depois manter a esse nível	O nível de corrupção é elevado em Moçambique. A Tanzânia melhora a sua transparência em 58% entre 1998 e 2008. A intervenção melhora a transparência em Moçambique em cerca de 33% entre 2026 e 2035, acima da média da África de baixo rendimento, mas abaixo da da Gâmbia, Ruanda, Burkina Faso e Etiópia até 2043.
Melhorar a eficácia do governo (goveffectm)	Interpolar de 1 a 1.2 até 2035 e depois manter a esse nível	Historicamente, o Ruanda melhorou a sua eficácia governamental em 54% de 2005 a 2015. A intervenção aumenta a pontuação de Moçambique em 28% entre 2026 e 2035, acima da da média da África de baixo rendimento, mas abaixo da do Ruanda.
Reduzir a probabilidade e a dimensão do fracasso do Estado (guerra interna) (sfintlwaradd)/ (sfintlwarmagm)	Interpolar de 0 a -0.4 até 2035 (sfintlwaradd) Interpolar de 1 a 0.8 até 2035 (sfintlwarmagm)	A pontuação da instabilidade relacionada com a falha do Estado diminuiu 27% entre 2026 e 2043 e permanece ligeiramente acima da média projectada para a África de baixo rendimento durante o período.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Cenário Demografia e Saúde		
Aumentar o multiplicador da utilização de contraceptivos (contrusm)	Interpolar de 1 a 1.6	A intervenção aumenta o uso de contraceptivos em 34%, em média, entre 2026 e 2035, em relação à previsão da Trajectória Actual. A taxa de utilização de contraceptivos em Moçambique será superior à média da África de baixo rendimento em 2043, mas ainda inferior à do Ruanda e do Malawi.
Melhorar a segurança da fonte de água, % de pessoas com acesso a, multiplicador, (água canalizada) (watsafem)	Interpolar de 1 a 1.5	Entre 2010 e 2020, a Etiópia aumentou a sua população com acesso a água canalizada em 93% e a RD Congo em quase 70%. A intervenção melhora o acesso à água canalizada em 45% entre 2026 e 2035. Em 2043, prevê-se que o acesso à água canalizada em Moçambique seja superior à média prevista para a África de baixo rendimento de 49%, mas ligeiramente inferior à do Ruanda.
Saneamento, melhorado, % da população com acesso a, multiplicador (melhorado) (sanitationm)	Interpolar de 1 a 4	O Mali melhorou a população com acesso a saneamento melhorado em 87% entre 2000 e 2010. A intervenção aumenta a população com acesso a saneamento melhorado em 9,4% entre 2026 e 2035, ligeiramente abaixo da média dos países de baixo rendimento.
Reduzir, multiplicador de mortalidade por doenças comuns em crianças com menos de 5 anos (total) (hlmortcdchldm)	Interpolar de a 0.5	Entre 2006 e 2016, o Malawi reduziu a taxa de mortalidade de menores de 5 anos em 50%, enquanto o Burkina Faso conseguiu uma redução de mais de 40% no mesmo período. A intervenção reduzirá a mortalidade de menores de 5 anos em Moçambique em 59% entre 2026 e 2035.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (SIDA) (hlmortm)	Interpolar de 1 a 0.5	O Burkina Faso reduziu as mortes por SIDA (em milhões) em 66% entre 2004 e 2014. O cenário Demografia e Saúde reduzirá a morte por SIDA em Moçambique em 58% entre 2026 e 2035.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (Malária) (hlmortm)	Interpolar de 1 a 0.5	Entre 2007 e 2017, a Guiné reduziu a mortalidade por malária em 72%. A intervenção reduzirá a mortalidade em Moçambique em 39% entre 2026 e 2035.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Cenário da Educação		
Ensino secundário profissional de nível inferior – (edseclowrvocadd)	Mulheres: Interpolar de 0 a 5 Homens: Interpolar de 0 a 4	O Burkina Faso aumentou a formação profissional nas escolas secundárias inferiores em 60% entre 2009 e 2019. As intervenções aumentarão em 100% o número total de matrículas na formação profissional nos estabelecimentos de ensino secundário inferior entre 2026 e 2035.
Ensino secundário profissional superior (edsecupprvocadd)	Mulheres: Interpolar de 0 a 15 Homens: Interpolar de 0 a 5	Partindo de uma base baixa de 2,6, a Etiópia aumentou a percentagem de formação profissional no ensino secundário superior de 21,56% para 59,2% entre 2001 e 2011. A intervenção permitirá a Moçambique melhorar a sua formação profissional no ensino secundário superior em 37% entre 2026 e 2035.
Educação, terciária, ciência-engenharia (edterscienshradd)	Interpolar para 5 entre 2024 e 2033.	O aumento do número de licenciados em ciências e engenharia é necessário para que haja capital humano de qualidade, capaz de fomentar o crescimento e desenvolvimento sustentáveis. A intervenção aumenta a percentagem de licenciados em ciências e engenharia em 71% entre 2026 e 2035 e, em 2043, prevê-se que a percentagem em Moçambique seja ligeiramente superior à média do grupo de rendimento semelhante.
Taxa de sobrevivência primária (edprisurm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.12 ao longo de 10 anos Homens: Interpolar de 1 a 1.17	O Malawi melhorou a taxa de sobrevivência a nível primário em 60% entre 2004 e 2013. As intervenções aumentarão a taxa de sobrevivência em Moçambique em 43% entre 2026 e 2035.
Taxa de transição do ensino secundário inferior (edseclowrtranm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.1 ao longo de 10 anos Homens: Interpolar de 1 a 1.1	Entre 2000 e 2010, o Níger registou uma melhoria de 45%. As intervenções levarão Moçambique a atingir 100% em 2034, face a 81,86% em 2026.
Taxa de transição para o ensino secundário superior (edsecupprtranm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.12 Homens: Interpolar de 1 a 1.1	As intervenções farão com que Moçambique atinja rapidamente os 100% em 2026, face aos 99,1% na previsão da Trajectória Actual.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Taxa de conclusão do ensino secundário inferior (edseclowrgram)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.23 Homens: Interpolar de 1 a 1.21	As intervenções aumentam a taxa de conclusão do ensino secundário inferior em 39% entre 2026 e 2035. Até 2043, a taxa de formação em Moçambique será ligeiramente inferior à média dos países de baixo rendimento.
Taxa de conclusão do ensino secundário superior (programa edsecuppr)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.2 Homens: Interpolar de 1 a 1.2	Partindo de uma base inicial baixa, a intervenção aumenta a taxa de conclusão do ensino secundário superior em 76% entre 2026 e 2035. Em 2043, a taxa de conclusão do ensino secundário em Moçambique é inferior à média dos países africanos de baixo rendimento.
Multiplicador da taxa de admissão terciária (edterintm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.2 ao longo de 10 anos Homens: Interpolar de 1 a 1.25	Madagáscar melhorou o seu nível de ensino superior em 61% entre 2007 e 2017. As intervenções farão com que Moçambique melhore o seu nível de ensino superior em 25%, em média, em relação à previsão da Trajectória Actual entre 2026 e 2035. Em 2043, Moçambique terá um nível de educação terciária mais elevado do que um membro médio do mesmo grupo de rendimento em África.
Multiplicador da taxa de conclusão do ensino superior (edtergradm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.2 Homens: Interpolar de 1 a 1.5	Entre 2007 e 2017, Madagáscar melhorou a taxa de conclusão do ensino superior em 160%. Moçambique registará uma melhoria de 125% na taxa de conclusão do ensino superior até 2043, ligeiramente acima da previsão da média dos baixos rendimentos.
Multiplicador da qualidade do ensino primário (edqualpriallm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.2 Homens: Interpolar de 1 a 1.21	O Burkina Faso melhorou a qualidade do ensino primário em 31% entre 2008 e 2018. Moçambique registará uma melhoria de 10,2% na qualidade total do ensino primário entre 2026 e 2035. Até 2043, Moçambique registará um aumento de 7,4% face à Trajectória Actual
Multiplicador da qualidade do ensino secundário (edqualsecallm)	Mulheres: Interpolar de 1 a 1.2 Homens: Interpolar de 1 a 1.2	A intervenção aumentou a qualidade total do ensino secundário em 10,1% entre 2026 e 2035. Em 2043, a qualidade do ensino secundário será 6,6% superior à previsão da Trajectória Actual.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Cenário da Agricultura		
Aumentar o rendimento das culturas (ylm)	Interpolar de 1 a 1.55 até 2035 e depois manter a esse nível	Entre 2005 e 2012, o Malawi aumentou o rendimento médio das culturas em 78%. Esta intervenção melhorará o rendimento agrícola em Moçambique em 48% entre 2026 e 2035. Em 2043, o rendimento médio das culturas em Moçambique será de 5,6 toneladas por hectare, a par da média da África Austral, mas muito abaixo da do Malawi, do Burundi e do Ruanda.
Aumentar a área de terra equipada para irrigação (Landirareaequipm)	Interpolar de 1 a 1.2 até 2033	Entre 2001 e 2011, as superfícies equipadas para irrigação aumentaram mais de 100% no Burkina Faso. Esta intervenção aumenta a área de terra equipada para irrigação em Moçambique em 40% entre 2026 e 2035, para atingir 310 000 em 2043.
Aumentar a captação de água (subterrânea) (waterwithdrawalm)	Interpolar a 1.05 até 2035 e depois manter esse nível	Para satisfazer as necessidades de água de rega.
Reduzir a taxa de perda da produção agrícola no ponto de produção (aglossprodm)	Interpolar de 1 a 0.7	Com esta intervenção, a perda de produção agrícola diminuiu 27,5 % entre 2026 e 2035.
Reduzir as perdas agrícolas do produtor para o consumidor (aglosstransm)	Interpolar de 1 a 0.7	A intervenção reduz em 25% as perdas agrícolas do produtor para o consumidor entre 2026 e 2035.
Aumentar a proteção das florestas (forestm)	Interpolar de 1.01 até 2063.	Incentivar a intensificação da produção de culturas em vez da expansão da área.
Aumentar o acesso aos alimentos / calorias per capita (total) (clpcm)	Interpolar de 1 a 1.1 até 2035.	Entre 2000 e 2010, a disponibilidade de calorias per capita no Uganda aumentou 42%. A intervenção aumenta as calorias disponíveis per capita em Moçambique em 17% entre 2026 e 2035. Em 2043, as calorias per capita em Moçambique estarão ligeiramente acima da média da África de baixo rendimento, mas abaixo da da Etiópia, Malawi e Burkina Faso.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Melhorar o acesso às estradas rurais (infraroadraitrgtyr) + (infraroadraitrgtyr)	Condição inicial fixada em 46% em 2019 (46% de taxa de acesso em 24 anos a partir de 2019)	O fraco acesso às estradas rurais impede a produção e o desenvolvimento da agricultura em Moçambique. Em 2023, Moçambique tinha a terceira taxa mais baixa de acesso a estradas rurais entre os 22 países de baixo rendimento em África. As intervenções colocam-na em 46% até 2043, a par da média projectada para a África de baixo rendimento e 15 pontos percentuais acima da previsão da Trajectória Actual.
Cenário da Indústria Transformadora		
govhtrnwelm (não qualificado)	Interpolar de 1 a 1.2	As transferências públicas para as famílias são muito baixas em Moçambique, ou seja, cerca de 1 a 2% do PIB. As despesas com a segurança social servem para mitigar a situação das pessoas vulneráveis, uma vez que a fase inicial da transformação estrutural liderada pela indústria transformadora está frequentemente associada à pobreza e à desigualdade (dilema dos agentes de desenvolvimento). A intervenção aumenta as transferências públicas para as famílias para 7,2% do PIB até 2043, em comparação com os 6% do PIB nas previsões da Trajectória Actual. Será então ligeiramente superior à média projectada de 6,8% para a África de baixo rendimento, mas inferior à do Ruanda.
Melhorar a regulamentação das empresas (govbusregindm)	Interpolar de 1 a 0.85 ao longo de 10 anos	Uma melhor regulamentação das empresas incentivará o crescimento liderado pelo sector privado e promoverá a indústria transformadora em Moçambique.
Aumentar o investimento no sector transformador (idsm)	Interpolar de 1 a 1.05	O sector transformador em Moçambique é pequeno e subdesenvolvido. A intervenção aumenta a percentagem da indústria transformadora no PIB para 27% até 2043, em comparação com a previsão de 24% da Trajectória Actual.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
<p>Aumentar a despesa em I&D (pública e privada)</p> <p>randdexpm</p>	<p>Interpolar de 1 a 1.5</p>	<p>Tal como noutros países africanos de baixo rendimento, a despesa em I&D é muito baixa em Moçambique e pode melhorar rapidamente.</p> <p>A criação de capacidade tecnológica através de I&D é crucial para um sector industrial robusto. Estimula a inovação, aumenta a produtividade e melhora a qualidade dos produtos.</p> <p>Partindo de uma base baixa, a intervenção melhora a despesa pública em actividades de I&D em 60% entre 2026 e 2035. Até 2043, prevê-se que as despesas públicas em I&D sejam de US\$ mil milhões, um valor superior ao previsto na Trajectória Actual. Em termos absolutos, Moçambique terá a 5ª maior despesa em I&D entre os países de baixo rendimento em África até 2043.</p>
<p>Aumentar a participação no mercado de trabalho (labpam)</p>	<p>Homens: Interpolar de 1 a 1,03 ao longo de um período de 10 anos, ou seja, de 2023 a 2033.</p> <p>Mulheres: Interpolar de 1 a 1,05 ao longo de um período de 10 anos, ou seja, de 2026 a 2035 e depois manter a esse nível</p>	<p>Como substituto da indústria transformadora de mão de obra intensiva. O crescimento da indústria transformadora deverá conduzir ao emprego directo e indirecto no sector.</p> <p>A intervenção fará subir a taxa de participação dos homens no mercado de trabalho para 81% até 2043, ou seja, 2,3 pontos percentuais acima das previsões da Trajectória Actual.</p> <p>A taxa de participação da mão de obra feminina aumentará para 81,4% em 2043, 3,8 pontos percentuais acima da previsão da Trajectória Actual. A taxa total de participação laboral de Moçambique (80,8%) até 2043 está a par das taxas de participação laboral projectadas para a Etiópia e o Burundi.</p>

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Cenário da Infra-estruturas/Saltos Tecnológicos		
Aumentar a taxa de acesso à electricidade nas zonas urbanas (infraelecaccm)	Interpolar de 1 a 1.2	O Burkina Faso melhorou o acesso à electricidade urbana em 45% entre 2009 e 2019. A intervenção melhora o acesso à electricidade urbana em Moçambique, que passa de 75% em 2026 para 100% em 2034.
Aumentar a taxa de acesso à electricidade nas zonas rurais (infraelecaccm)	Interpolar de 1 a 1.4	Entre 2009 e 2019, a Eritreia melhorou o acesso rural à electricidade em 99%. Partindo de apenas 2,29% em 2024, a intervenção melhora o acesso rural de Moçambique numa média de 153% – ou seja, de 8,5% (2026) para 22% (2035). Em 2043, Moçambique terá 40% da população rural com acesso à electricidade, um valor ligeiramente inferior à média dos seus pares.
Redução das perdas na transmissão e distribuição de electricidade (infra-electranlossm)	Interpolar de 1 a 0.8	De 1981 a 1991, os países africanos de rendimento médio baixo conseguiram reduzir as perdas de transmissão e distribuição em 25%. A intervenção reduz as perdas de transmissão e distribuição em 18% entre 2026 e 2035. Até 2043, projecta-se que Moçambique reduza as perdas de transmissão e distribuição em 19% em relação à previsão da Trajectória Actual.
Aumentar a percentagem de estradas asfaltadas (infraroadpavedpcntm)	Interpolar de 1 a 1.5	A Guiné-Bissau aumentou a sua percentagem de estradas asfaltadas em relação ao total de estradas em 200% entre 1992 e 2002. A intervenção melhora a percentagem de estradas asfaltadas de Moçambique em 52% entre 2026 e 2035 e coloca Moçambique ligeiramente acima da média dos seus pares de baixo rendimento em África até 2043.
Aumentar a utilização da Internet (ictintnetm)	Interpolar de 1 a 1.2	A intervenção aumenta a população moçambicana com acesso à Internet em 19,6% em 2035, o que será 0,4% acima da previsão da Trajectória Actual e 1,3% acima em 2043.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Aumentar o acesso à banda larga móvel, multiplicador (ictbroadm)	Interpolar de 1 a 5	Partindo de uma base baixa, o Ruanda melhorou o número de assinaturas de banda larga móvel em quase dez vezes entre 2012 e 2017. A intervenção melhora o número de assinantes de banda larga móvel por cem pessoas em 1,8% acima da previsão da Trajectória Actual em 2035, e em 2,2% em 2043.
Aumentar o acesso à banda larga fixa, multiplicador (ictbroadm)	Interpolar de 1 a 1.5	Partindo de apenas 0.02%, o Togo melhorou a sua ligação em 28 vezes, atingindo 0.6% em 2017. A intervenção melhora as assinaturas de banda larga fixa em 50% acima da previsão da Trajectória Actual em 2035. Em 2043, Moçambique terá assinaturas de banda larga fixa de 19.9 por cem pessoas, o que será 53% acima da previsão da Trajectória Actual.
Reduzir a contribuição informal para o PIB (gdpinformshrm)	Interpolar de 1 a 0.86	O avanço das TIC leva a uma formalização mais rápida do sector informal. A Gâmbia conseguiu reduzir a informalidade em 51% entre 1990 e 2008, passando de 51% (1990) do PIB para 33% em 2008. A intervenção diminui a informalidade em 29% entre 2026 e 2043. Em 2043, a informalidade será 17% inferior à previsão da Trajectória Actual.
Reduzir a percentagem de trabalho informal em relação ao total de trabalhadores (trabalho por conta de outrem)	Interpolar de 1 a 0.98	A intervenção reduz a quota do trabalho informal em Moçambique numa média de cerca de 2% abaixo da Trajectória Actual no período 2026–2035.
Cenário do Comércio Livre		
Aumento do multiplicador das exportações da indústria transformadora (XSM)	Interpolar de 1 a 1.22	O valor das exportações da indústria transformadora melhora em 13% como percentagem do PIB entre 2024 e 2033. Até 2043, prevê-se que a quota de exportação da indústria transformadora de Moçambique aumente para cerca de 1.1% do seu PIB.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Aumento do multiplicador das exportações agrícolas (XSM)	Interpolar de 1 a 1.22	A quota do valor das exportações agrícolas no PIB diminui 0,4% entre 2026 e 2035. Em 2043, Moçambique terá uma quota de exportações agrícolas inferior à média dos seus pares – países africanos de baixo rendimento.
Aumento do multiplicador das exportações de serviços (XSM)	Interpolar de 1 a 1.2	A quota das exportações de serviços em Moçambique aumentará em 2% do seu PIB entre 2026 e 2035 e, em 2043, prevê-se que a quota das exportações de serviços de Moçambique diminua abaixo da quota do PIB prevista na Trajectória Actual.
Aumento do multiplicador de exportação do ITC (XSM)	Interpolar de 1 a 1.2	Partindo de uma base baixa, a quota de exportação das TIC de Moçambique aumentará 96% em 2043, em relação à previsão da Trajectória Actual, para cerca de 0,2% do PIB, ligeiramente abaixo da quota média dos países africanos de baixo rendimento no mesmo ano.
Aumento do multiplicador de exportação de materiais (XSM)	Interpolar de 1 a 1.2	A quota de exportação de materiais melhorará, em média, cerca de 36% em relação à Trajectória Actual entre 2026 e 2035, mas continuará a ser inferior à média da África de baixo rendimento em 2043.
Aumento do multiplicador de exportação de energia (XSM)	Interpolar de 1 a 1.27	A quota de exportação de energia em Moçambique será cerca de 2% acima da Trajectória Actual projectada entre 2026-2035 e, em 2043, prevê-se que a exportação de energia de Moçambique represente cerca de 15% do seu PIB, muito acima da quota média do PIB dos países africanos de baixo rendimento, devido à sua produção de gás.
Aumento do factor aditivo de crescimento da produtividade multifactorial (mfpadd)	Interpolar de 0 a 0.006	O comércio livre desencadeou o crescimento da produtividade. Num estudo do FMI, estima-se que uma redução de um ponto percentual nas tarifas dos factores de produção aumente o crescimento da produtividade total dos factores em cerca de 2% nos países em desenvolvimento. A intervenção aumentou a taxa de crescimento da produtividade multifactorial de Moçambique numa média de cerca de 20 pontos percentuais face à previsão da Trajectória Actual durante o período 2026-2035.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Multiplicador do imposto pautal de importação na agricultura (mtariffaxrm)	Interpolar de 1 a 0.1 de 2032 até 2043 (13 anos).	Na ZCLCA, os produtos agrícolas são considerados produtos sensíveis e são alvo de uma tarifa fixa de 10%. Os direitos aduaneiros actuais podem ser mantidos durante os primeiros cinco anos, sendo que se aplicará uma redução progressiva a partir do sexto ano.
Multiplicador do imposto pautal de importação de materiais (mtariffaxrm)	Interpolar de 1 a 0.01	Os produtos não sensíveis beneficiam de uma redução pautal de 100% ao abrigo da ZCLCA. Alguns produtos materiais estão incluídos nos 3% dos produtos excluídos, por exemplo, o aço laminado plano ondulado; daí a redução de 99% dos direitos aduaneiros sobre os materiais.
Multiplicador do imposto de importação dos sectores da energia, dos serviços e das TIC (mtariffaxrm)	Interpolar de 1 a 0	A energia, os serviços e os bens TIC são todos produtos não sensíveis e beneficiam de uma redução pautal de 100%.
Multiplicador do imposto pautal de importação na indústria transformadora (mtariffaxrm)	Interpolar de 1 a 0.05	Vários produtos manufacturados estão excluídos da lista de produtos não sensíveis, por exemplo, a maioria das mercadorias e os veículos de passageiros; assim, uma redução pautal de 95%.
Aumento da transferência de exportações em resultado da promoção das exportações (Indústrias transformadoras) rácio (xshift)	Interpolar de 0 a 0.008	No estudo sobre a economia mundial, cada promoção adicional das exportações aumenta as exportações em 6-10%.

Intervenções e parâmetros	Intervenções IFs	Valor de referência/justificação/notas
Cenário dos Fluxos Financeiros Externos		
Aumentar as remessas dos trabalhadores (xworkremitinm)	Interpolar de 1 a 1.8 ao longo de 10 anos, de 2026 a 2035.	Entre 2010 e 2019, os fluxos de remessas para a Guiné-Bissau aumentaram cerca de 2.3 pontos percentuais do PIB. Os fluxos de remessas para Moçambique são muito baixos. Pode melhorar a partir de uma base baixa. Com esta intervenção, os fluxos líquidos de remessas para Moçambique aumentarão 0.34 pontos percentuais do PIB entre 2026 e 2035. Em 2043, as remessas líquidas para Moçambique representarão 0.3% do PIB, a par das do Burkina Faso.
Mais ajuda pública ao desenvolvimento – ajuda (aidrecm)	Interpolar de 1 a 1.8 ao longo de 10 anos (2026–2035).	Entre 1997 e 2004, os fluxos de ajuda para a Etiópia aumentaram em cerca de dez pontos percentuais do PIB. A intervenção melhora as receitas da ajuda em Moçambique em um ponto percentual do PIB entre 2026 e 2035. Em percentagem do PIB, prevê-se que Moçambique tenha a quinta maior recepção de ajuda (12.8%) na África de baixo rendimento até 2043. Na Trajectória Actual, a recepção da ajuda em Moçambique representará 10.8% do PIB até 2043.
Aumentar o stock de investimento directo estrangeiro (IDE) em Moçambique (xfdistockm)	Interpolar de 1 a 1.03 ao longo de 10 anos (2026–2035).	Os fluxos de IDE para a Etiópia aumentaram em dois pontos percentuais do PIB entre 1997 e 2004. No âmbito da intervenção, prevê-se que o volume de IDE em Moçambique aumente em três pontos percentuais do PIB, entre 2026 e 2035. Em 2043, o stock de IDE em percentagem do PIB será de 176.5%, a par da Libéria. Os fluxos de IDE representarão 18.4% do PIB até 2043, em comparação com 16% na previsão da Trajectória Actual.
Reduzir o IDE para o exterior xfdistoutm	Interpolar de 1 a 0.8 ao longo de 10 anos (2023 a 2033)	Como um substituto para a redução dos fluxos financeiros ilícitos/fuga de capitais. A redução das saídas ilícitas é fundamental para a construção do stock de capital interno de Moçambique.
Aumentar o investimento internacional de carteira (xportfoliom)	Interpolar de 1 a 1.5	O investimento em activos financeiros em Moçambique promove o desenvolvimento do mercado financeiro, o que é importante para o crescimento económico.



Este relatório fornece uma análise abrangente da trajectória de desenvolvimento de Moçambique até 2043, examinando sectores-chave como a demografia, economia, pobreza, saúde e alterações climáticas. Utilizando a plataforma de modelação *International Futures (IFs, na sigla inglesa)*, apresenta a previsão da Trajectória Actual, juntamente com cenários alternativos para avaliar os potenciais impactos políticos. As conclusões destacam que, apesar do crescimento económico previsto, Moçambique pode continuar a enfrentar desafios significativos na redução da pobreza e no desenvolvimento humano – a menos que implemente intervenções integradas e intersectoriais. O relatório oferece recomendações estratégicas destinadas a melhorar a governação, as infra-estruturas e os serviços sociais, com vista a promover um crescimento sustentável e inclusivo no país.

O *African and Futures Innovation Programme (AFI, na sigla inglesa)* do Instituto de Estudos de Segurança leva a cabo trabalho de investigação independente sobre as perspectivas de desenvolvimento de África, recorrendo a uma plataforma de previsão dinâmica e continuamente actualizada para compreender o potencial progresso do continente africano. O AFI proporciona aos decisores, à sociedade civil e aos peritos uma análise política com visão de futuro para planear as principais vias de desenvolvimento.



**Government
of Ireland**
International
Development
Programme

